

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

INOVAÇÃO E MODERNIDADE:
UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO CRÍTICA

THALES VIANA FERREIRA DOS SANTOS

VILA VELHA / ES
AGOSTO / 2014

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

INOVAÇÃO E MODERNIDADE:
UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO CRÍTICA

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

THALES VIANA FERREIRA DOS SANTOS

VILA VELHA / ES
AGOSTO / 2014

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

F383i Ferreira Dos Santos, Thales Viana.

Inovação e modernidade: um ensaio de interpretação crítica /
Thales Viana Ferreira. – 2014.

110 f.

Orientador: Márcio Carneiro dos Reis.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2014.
Inclui bibliografias.

1. Política social. 2. Cultura – Aspectos econômicos. 3.
Cultura – Visão política e social. 4. Desenvolvimento Social I.
Reis, Márcio Carneiro dos. II. Universidade Vila Velha. III.
Título.

CDD 300


THALES VIANA FERREIRA DOS SANTOS

**INOVAÇÃO E MODERNIDADE: UM ENSAIO DE
INTERPRETAÇÃO CRÍTICA**

Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 18 de agosto de 2014

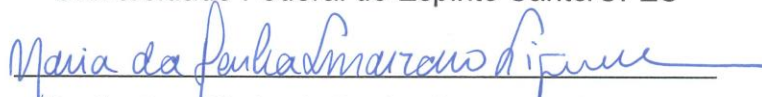
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Reis
Universidade Vila Velha - ES
Orientador



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES



Profa. Dra. Maria da Penha Smarزارo Siqueira
Universidade Vila Velha - ES

Aos meus pais, Gastão Ferreira dos Santos
Filho e Maria Vianey Viana Ferreira dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a inestimável contribuição de meus pais. Foram dois anos em que tudo me foi restaurado, como alegria e satisfação na união com a família.

Além da ajuda financeira da Universidade Vila Velha, o Centro de Estudos Sociais me possibilitou a convivência com alunos de diversas regiões do Norte do Estado do Espírito Santo e também da região da Grande Vitória, em que, sendo eu de Vila Velha, me reconheci em cada um deles.

Não posso me olvidar da dívida em que incorri em forma de trabalho e dedicação, amor e crescimento pessoal com o professor Márcio Carneiro dos Reis, pela emoção e a paixão na dedicação ao abrigo do conhecimento onde encontrei albergue durante estes 24 meses.

Agradeço a Professora Maria da Penha Smarzzaro por acreditar que mesmo passando por tantas lutas poderia estar junto de todos vocês, superando as dificuldades a cada dia. Pessoas como vocês deixam marcas e fazem diferença em nossas vidas.

E ao Senhor e Deus Soberano,

Obrigado a todos!

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO – INOVAÇÃO E MODERNIDADE	10
CAPÍTULO 1 – INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SCHUMPETER ..	18
1.1 INTRODUÇÃO	18
1.2 REFLEXÕES SOBRE A OBRA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	22
1.3 DINÂMICA E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA EM SCHUMPETER	37
CAPÍTULO 2 – O SENTIDO DA INOVAÇÃO NA MODERNIDADE	47
2.1 INTRODUÇÃO	47
2.2 INTRODUÇÃO À OBRA DE DAVID HARVEY	50
2.2.1 A condição pós-moderna	67
2.3 INTRODUÇÃO À OBRA DE AGNES HELLER	78
2.3.1 A condição política pós-moderna	81
CAPÍTULO 3 – BAUMAN E A MODERNIDADE LÍQUIDA	89
3.1 INTRODUÇÃO	89
3.2 O MUNDO PÓS-HISTÓRICO E A ATUAL FASE DA MODERNIDADE ...	97
4 CONCLUSÃO	100
5 REFERÊNCIAS	106

LISTAS DE SIGLAS

C&T - ciência e tecnologia

CDMA - Code Division Multiplex Access

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

ETN's - empresas transnacionais

EUA - Estados Unidos da América

IBM - International Business Machines

PSC - Partido Socialista Cristão

P&D - pesquisa e desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TDMA - Time Division Multiplex Access

RESUMO

FERREIRA, Thales Viana, M.Sc., Universidade Vila Velha – ES, julho 2014. **Inovação e modernidade**: um ensaio de interpretação crítica. Orientador: Márcio Carneiro dos Reis.

No atual estágio da Modernidade, promover a inovação ou a cultura que lhe é subjacente (**cultura da inovação**) parece ter tornado algo natural, indistintamente: “Cultura” é uma palavra que nos remete ao passado das sociedades. As temáticas próprias à modernidade se multiplicam, tais como: Inovação, cultura, desenvolvimento, intervenção estatal, relação entre público e privado, ciência e tecnologia, diversidade cultural, democracia, liberdade, dentre outros; ao mesmo tempo essas temáticas mantêm uma ligação fecunda com o novo, e, por extensão com o ato de inovar; Simultaneamente esta nova fase da modernidade: descolou a ideia de Estado do entendimento que se tinha de território, fazendo (re)surgir: novas territorialidades; a questão relativa ao problema da diversidade cultural nos territórios; e a questão relativa à aderência – ou não – da noção de cultura da inovação que se pretende promover às diferentes manifestações culturais próprias das novas territorialidades que emergem. Pretende-se com esta pesquisa: compreender o conceito de cultura da inovação, indagando acerca da importância da cultura da inovação no contexto da modernidade. Entender o problema ao sabor do contraste entre a cultura da inovação na modernidade atual e a diversidade cultural que desponta com a nova questão territorial que se coloca para o desenvolvimento do capitalismo. Propõe-se que os objetivos sejam alcançados através da investigação na obra de quatro autores a relação possível de ser estabelecida entre inovação e modernidade e o conteúdo da noção de cultura da inovação. Os autores são: Joseph Schumpeter (1883 -1950) David Harvey (1935-) Agnes Heller (1929-) Zigmunt Bauman (1925-). A dissertação se desenvolve em três capítulos em que se aprofunda o estudo da cultura da inovação, no primeiro capítulo, principalmente a partir da obra de Schumpeter - A teoria do desenvolvimento econômico (1982), passando ao escopo da inovação na teoria da modernidade em David Harvey e na condição política pós-moderna, de Agnes Heller, tomando-se as suas obras – Condição Pós-moderna e A Condição Política Pós-Moderna. No terceiro capítulo, verificamos se a noção de cultura da inovação inscrita como cultura na Modernidade Líquida, adere ao conceito formulado por Zygmunt Bauman nesta sua obra, diante do que nos colocamos a pergunta, teríamos todos nos transformados em meros prestadores de serviço ao capital?

Palavras-chave: Modernidade. Cultura da Inovação. Política de Ciência e Tecnologia (C&T). Pró-Desenvolvimento.

ABSTRACT

FERREIRA, Thales Viana, M.Sc., University Old Village – ES, jul. 2014. **Innovation and modernity**: an essay in critical interpretation. Advisor: Márcio Carneiro dos Reis.

In the actual stage of modernity to promote the innovation and the culture that is subsumed to it, appears to happen with any distinction: Culture is one word that is strided in the past of the societies. The themes which are properly related to modernity are multiplied: Innovation, culture, development, State Intervention, relation between the public sphere and the private sphere, Science and technology, cultural diversity, democracy, freedom, among others; While it happens, the new phase of modernity: differentiate the idea of State and the notion of territory; these make the resurgence of: new territorializations; the question related to the new territorialization in the territory; and the question of the adherence – or not – between the culture of innovation that is intended to promote and the cultural diversity manifested in the new territorializations that is emergent. The core aim of this research is given by the objective of the work as put it next: to verify what is the place of the culture of innovation, inquiring the importance of the culture of innovation in the context of modernity. Also, to understand in the form of this type of contrast between the culture of innovation in the actual modernity and the cultural diversity that is pointed at the center of the territorialization brought by the economical transformations of the capitalist system. We propose that these objectives are going to be enhanced by the study of those four authors that could be taking in the work of each one the relation between the modernity notion of society and what innovation is at this context, as well the content of the culture of innovation. The authors considered are: Joseph Schumpeter (1883-1950); David Harvey (1935-); Agnes Heller (1929) and Zygmunt Bauman (1925). This work evolves in three chapters in which is intended to study the culture of innovation, in the first chapter, in terms of the work made by Joseph Schumpeter, *The Theory of Capitalist Development*, as we pass by it, to the scope of those concepts of innovation in the theory of modernity by David Harvey, and in the political Theory of Agnes Heller, taking their Works. In the third chapter, we treat to verify if the conceptualization of the culture of innovation, that is inscribed as culture in the contemporaneity is due to the concept of Liquidity Modernity, such as it is formulated by Zygmunt Bauman, when we formulate the question that: Do we all have to become merely serviced to the capital?

Keywords: Modernity. Culture of Innovation. Policy and S & T. Pro-Development.

INTRODUÇÃO: INOVAÇÃO E MODERNIDADE

O tema que proponho abordar nesta dissertação pode ser lido como a relação entre a inovação e a modernidade. O propósito é tentar compreender o conteúdo da noção de cultura da inovação. A tentativa se resume a compreender o conteúdo de uma ideia, a de cultura da inovação, indagando acerca da importância da inovação no contexto da modernidade. O ponto de partida está no fato de que a inovação faz referência a duas coisas, que são relacionadas: “[...] à coisa concreta, isto é, o novo materializado, e à ação capaz de produzi-lo, ou seja, o ato de inovar” (HOUAISS, 2010, p. 504) enquanto que a expressão o moderno possui uma íntima relação com o novo: “A tradição moderna surge com o termo *novo* no sentido de valor, de ruptura e de negação” (PAGOTO; RAMOS; SOUZA, 2009, p. 241).

Ocorre que, nas últimas décadas, buscar a inovação, promover a cultura da inovação, inovar, expressam caminhos em que as políticas de ciência e tecnologia (C&T) se valem de certa noção de inovação¹. Mais do que isso: se valem de uma noção de cultura da inovação como forma de promover o desenvolvimento nos territórios. Essa prática, na verdade, de acordo com Reis (2013), parece ter tornado essa ideia de cultura da inovação algo natural, indistintamente. Assim, “[...] promover a cultura da inovação seria a solução para todas as situações [...]”, para todos os problemas colocados para o desenvolvimento em qualquer plano da realidade, desde os indivíduos, até os problemas globais (REIS, 2013, p. 2).

Simultaneamente, de acordo com Reis (2006), esta nova fase da modernidade veio acompanhada do descolamento das ideias de Estado e território, havendo uma coincidência entre a ideia destes. Tal coincidência se desfez: a ideia de território se descolou da noção de Estado, ao mesmo tempo em que novas territorialidades vêm se conformando e, junto com elas, a diversidade cultural se impôs como desafio, inclusive para as políticas públicas de desenvolvimento. Em outras palavras, a ideia de território se descolou do conteúdo do conceito de Estado para ressurgir como novas territorialidades. A partir deste descolamento, fica em

¹ Ver, por exemplo, Schwartzman (2008), Kuhlmann (2008) e os demais artigos do volume intitulado Anais do Seminário Internacional Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

evidência o problema da diversidade cultural nos territórios. Em adição, também fica evidente o contraste entre cultura da inovação na modernidade atual e a diversidade cultural que desponta com as novas territorialidades que emergem. Além disso, ao longo dos últimos cinquenta anos, os indicadores de exclusão e desigualdade vêm crescendo, ao mesmo tempo em que a intervenção estatal promotora do desenvolvimento, acompanhada do acirramento de conflitos com fundo cultural em todas as partes (NUNES, 2013).

O que está acima deixa em aberto perguntas, como: Em que medida a cultura da inovação que se pretende promover é aderente às diferentes manifestações culturais próprias das novas territorialidades que emergem? Para que o desenvolvimento ocorra, entendido aqui como um processo de melhora coletiva, há a necessidade de sobreposição de uma cultura às culturas que se expressam em diferentes territorialidades? Não seria esta a razão para os conflitos acima mencionados? Essas perguntas fazem sentido na medida em que se observa que “Cultura” é uma palavra que nos remete ao passado das sociedades. Com efeito, de acordo com o Dicionário Houaiss (2010, p. 291), a referência à palavra “cultura” como uma rubrica oriunda da antropologia pode significar

[...] o conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social; a forma ou etapa evolutiva das tradições e valores intelectuais, morais, espirituais (de um lugar ou período específico); ou ainda o complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins.

Há então que indagar: Que grupo social reivindica para si tal cultura? Qual a sua referência de lugar e de período específico? Quais padrões sociais, valores, instituições o distinguem?

O crescimento das referências à ideia de inovação e como isto tem servido de motor/contínuo e instrumento de reforço nas estratégias de desenvolvimento, verifica-se em documentos de grandes organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou mesmo até instituições como a União Europeia. Documentos do Banco Mundial, por exemplo, retratam a importância da cultura da pesquisa e, portanto, da inovação, que se encontram centralizadas nas instituições do setor público (como universidades ou centros de pesquisa): 30% das novas

ideias de ciência e tecnologia nos Estados Unidos da América, chegando a 50% de ideias novas na área de ciência e tecnologia no Brasil, ressaltando, porém, do ponto de vista da tradição *schumpeteriana*², a menor importância que alguns destes países atingiram picos de investimento em inovação tecnológica (DAHMAN; SALMI; RODRIGUES, 2008).

Neste ponto da análise, fica explícita a amplitude do debate, que envolve uma cultura do empreendimento técnico, caracterizada pelas relações entre os atores do sistema de inovação³, efetivadas como forma de inovar ao colocarem em sinergia engenheiros, cientistas dos complexos de pesquisa do Ensino Superior Público, e até de utilizar as regras da escrita, da aritmética, dos conhecimentos em informática, dentre outras⁴. Diante deste quadro, qual a centralidade na vida de grande parte das pessoas, de tal debate, que traz a questão da promoção do desenvolvimento através da inovação, implicando processos de reorganização dos territórios? Inicialmente, as políticas públicas tratam da ideia de inovação como forma de promover o desenvolvimento. Mas em que medida essas políticas são efetivas, como demonstram o estatuto daquelas instituições globais mencionadas? Essa questão aparece ao lado de uma outra, referente a que tipo de concepção de cultura essas instituições propagam, muitas vezes em nome da democracia e da liberdade.

Inovação, cultura, desenvolvimento, intervenção estatal, relação entre público e privado, ciência e tecnologia, diversidade cultural, democracia, liberdade, são todos temas próprios da modernidade que, como visto acima, mantém uma ligação fecunda com o novo e, por extensão, com o ato de inovar. Neste sentido, a pergunta central que orienta o presente estudo é: Qual o lugar da inovação na modernidade, de modo a compreender o conteúdo da noção de cultura da inovação, noção esta tão propalada e fomentada na atualidade, como forma de encaminhar os problemas colocados hoje para o desenvolvimento? É como se a cada momento estivéssemos escutando algo como: “- Vamos, faça diferente! Você tem o direito de resolver os

² Aqui é feita referência a Joseph Alois Schumpeter (1883-1950). A expressão tradição *schumpeteriana* remete a um conjunto de autores que deram prosseguimento à ideia original de que a introdução de inovações no sistema econômico por parte dos empresários (definidos por Schumpeter como pessoas com características especiais, empreendedoras) são a base de todo processo de desenvolvimento econômico, equivalente a um processo de seleção natural. Ver Schumpeter (1966, 1982).

³ Centros de pesquisa, universidades, empresas, governo formam basicamente o conjunto de atores de um sistema de inovação.

⁴ Em 2005, o Ministério da Educação administrou a Prova Brasil, uma avaliação de aprendizado de 3,3 milhões de alunos do Ensino Básico em 42.000 escolas, com um custo de US\$ 25 milhões.

problemas de sua própria vida! Você consegue!”. E, ao mesmo tempo, “- Faça valer sua identidade cultural, suas raízes culturais; o desenvolvimento do seu lugar depende disso e você é responsável por ele! Coopere, se associe, crie soluções inovadoras; você será recompensado por isto!”.

Ao mesmo tempo, a relação entre a modernidade e o novo e a relação entre inovação e capitalismo são relações estruturais, que parecem estar se alterando com a emergência de uma nova noção, que surge como uma nova cultura da inovação. O que temos, inicialmente é a consideração que Schumpeter (1982) estabeleceu uma relação entre a ação individual autointeressada e progresso econômico por meio da noção de inovação. Esta passou a estar relacionada à ideia de lucro (SCHUMPETER, 1982). Teoricamente, portanto, o estudo da sociedade relaciona-se com a ideia de que busca por certa noção de inovação; em segundo lugar, que esta noção de inovação é tão importante que o Estado passou a promovê-la, explicitamente, no estágio atual do desenvolvimento capitalista moderno.

É também sabido que o desenvolvimento do capitalismo deixou um rastro social e ambiental bastante significativo, ao lado de uma capacidade espantosa de renovação institucional, impactante nas estruturas políticas da sociedade. Mais recentemente, este impacto foi tão significativo que muitos autores passaram a se referir à modernidade como pós-modernidade e a transformação cultural está sendo tão significativa que Bauman (2001) criou uma nova expressão: modernidade líquida, para tentar compreender a dimensão desta transformação.

A literatura que contorna essas questões é muito vasta e sua revisão está além das possibilidades de um pesquisador individual, principalmente se considerar as dimensões plausíveis de uma Dissertação de Mestrado. Há, portanto, que se fazer escolhas e a forma que aqui se pretende abordar o tema proposto, tomando como ponto de partida a formação do pesquisador e sua perspectiva, desenvolvida ao longo de seu processo de graduação e do Curso de Mestrado: economista que lançou seu olhar para a maneira de perceber os processos sócio-históricos, a partir de uma perspectiva marxista, para além do fato, é claro, de que esta possui um arcabouço conceitual que permite minimamente construir uma compreensão que pretende contextualizar o conteúdo da noção de cultura da inovação e lançar luzes

sobre o impacto da sua disseminação por meio de políticas públicas na vida cotidiana.

Tal objetivo será alcançado, assim se pretende, investigando na obra de quatro autores: Joseph Schumpeter, David Harvey, Agnes Heller e Zigmund Bauman, a relação possível de ser estabelecida entre inovação e modernidade e o conteúdo da noção de cultura da inovação.

No primeiro capítulo - Inovação e desenvolvimento em Schumpeter - trataremos da contribuição deste autor, basicamente procurando o sentido da cultura da inovação que se encontra por detrás da motivação para inovar. No segundo capítulo - O sentido da inovação na modernidade - trataremos das contribuições de Harvey e Heller, com o propósito de vincular as formas de aparição da ideia de novo ao problema prático da inovação. Por fim, no terceiro capítulo, intitulado Bauman e a modernidade líquida, serão analisadas as transformações próprias de uma sociedade pautada na busca permanente do novo. Propõe-se aprofundar nas contribuições deste autor com o objetivo de saber se é possível, ou melhor, em que medida a noção de cultura da inovação é aderente ao conceito de modernidade líquida. Existe alguma permanência entre a modernidade no seu estado líquido e a inovação inscrita como cultura?

No primeiro capítulo será feita menção ao autor Joseph Schumpeter, referência principal no tratamento da relação entre inovação e desenvolvimento por meio da ação individual. Economista austríaco, cuja obra principal é *A Teoria do desenvolvimento econômico*, veio a público na primeira década do século XX, tomou como ponto de partida o que veio a ser chamado posteriormente de modelo neoclássico, representado pelo Fluxo circular da vida econômica, para demonstrar como a ação de sujeitos especiais, inovadores, empreendedores e empresários *schumpeterianos* alteram a rotina econômica, motivados pelo lucro e, em consequência, dão origem ao fenômeno do desenvolvimento econômico. Como será visto a seguir, Schumpeter (1982) não era propriamente um autor marxista, mas faz referência em vários momentos de sua obra à Marx (1994) e seu entendimento da dinâmica econômica em sociedades capitalistas desenvolvidas, o que permite estabelecer um diálogo fecundo com aquela corrente de pensamento.

Outro autor de referência para o presente estudo é o inglês, geógrafo e marxista David Harvey. Nascido em 1935, sua obra *A condição pós-moderna: uma*

investigação sobre as origens da mudança cultural tornou-se referência indispensável para o estudo das transformações do capitalismo contemporâneo. O principal motivo para a escolha deste autor, contudo, é o diálogo que sua obra possibilita com as concepções originais de Schumpeter (1982), através da ideia de empreendedimentismo, e do que Harvey (1992) chama de a face sombria da destruição criativa – dois conceitos que são muito caros a Schumpeter (1982): o de empreendedor e o de destruição criativa. Outra questão é o fato do diagnóstico da crise da modernidade feito por Harvey (1992), segundo o nosso entender, se assemelha muito ao problema destacado por Schumpeter (1982) em outra de suas obras muito conhecidas: *Capitalismo, socialismo e democracia*.

Agnes Heller, por sua vez, nasceu em 1929, na Hungria. Marxista, discípula de Luckács, a análise da sua obra *A condição política pós-moderna: uma análise das positivities* permite no nosso entender - além de introduzir elementos da política, como a discussão sobre democracia e ética na modernidade - fazer a transição entre a análise dos processos mais gerais e as questões objetivas que estão colocadas para o cotidiano das pessoas. De acordo com a autora, no lugar da política, a condição pós-moderna indica que deveríamos ser cautelosos com as generalizações sobre a modernidade e buscar uma tendência universal, ainda que imprecisa. Dessa forma, a tendência a tratar do objeto social da economia, por exemplo, constituiria uma espécie de traço geral-universal, de modo a buscar tratar de necessidades coletivas e a satisfação pela ação individual. Nestes termos, a consequência de uma pós-modernidade seria a pós-modernização, ou seja, uma sociedade em que os problemas estão por ser tratados. A sociedade insatisfeita, que caracteriza a pós-modernidade clama então por uma nova ética, já que foram postos em evidência os problemas de formulação política e de justiça societal (HELLER, 1998).

Bauman (2001), por fim, completa o grupo de autores cujas obras se tornaram nosso objeto de pesquisa. Sociólogo polonês, nascido em 1925, sua obra também se tornou referência para o tratamento nas ciências sociais das questões contemporâneas. A análise de *A modernidade líquida* nos faz chegar à transformação no cotidiano das pessoas propriamente dito, como parte do conjunto das transformações contemporâneas. Neste contexto, instala-se um verdadeiro abismo entre o público e o privado, fruto do desenvolvimento do capitalismo, que

implicou a transformação na esfera pública e a conformação da sociedade dos consumidores. Tal transformação traz, ao mesmo tempo, um relacionamento entre a cultura no território e o Estado, enquanto não mais se condicionam.

Na sociedade de consumidores, desenvolve-se uma linha na distância entre o hoje e o amanhã; entre o desejo satisfeito e a necessidade de se tornar satisfeito. Não existe já agora a ideia de fazer uma solução quanto ao pacote de necessidades, mas, estas já se traduzem num tipo de ideal de aptidão, em que as necessidades provêm da força sempre renovada de ter novos desejos satisfeitos (BAUMAN, 2001). Assim, neste terceiro capítulo, busca-se, em essência, compreender a relação público-privado, tendo a noção da modernidade líquida de Bauman (2001), partindo do fato de que a ideia de cultura da inovação se tornou um dos mais importantes signos da modernidade no seu atual estágio.

O ponto de partida no que diz respeito ao estudo em tela, é notar que deve estar claro quando se fala de cultura da inovação, propriamente, a que está sendo referido exatamente. Na pesquisa sobejamente conhecida da Sociologia, em que o indivíduo, que para nós constitui-se no centro da argumentação, tendo sido estudado pela Sociologia (mas também pela Economia), leva então, ao estudo da sociedade politicamente e mundialmente organizada, segundo princípios republicanos e configurada a partir de uma noção de história aberta. Ao buscar na figura do indivíduo aclarar uma relação que sequer foi tangenciada em outras disciplinas, inclusive por estes mesmos teóricos que procuraram entender a relação entre a inovação e a modernidade, temos alguns problemas.

Tem-se o fenômeno do empreedimentismo, da busca pelo lucro pelo atendimento de uma demanda social, ou, talvez, pelo requisito de estar disponível para o mercado em quaisquer condições. A compra e a venda, ou, numa palavra, a permuta, que é uma relação social capitalista. De um lado temos autores da economia que propõem um vínculo entre economia e progresso dentro da modernidade; na Sociologia, autores como Bauman (2001) referem-se a esta nova fase do capitalismo em que o crescimento das referências à ideia de consumo, capital social, esfera privada e esfera pública, se coloca lado a lado à noção de desenvolvimento econômico. Aqui, a compra, a venda, ou numa palavra, a permuta, intensificou-se no contexto de expansão do capitalismo.

Porém, Schumpeter (1982), ao tratar das firmas líderes, trata de fato dos empresários que acabam por dar conteúdo à ideia de desenvolvimento, enquanto que a Sociologia, em autores como Bauman (2001) destaca na sua obra *Modernidade Líquida*, os tais desdobramentos da modernidade. Pode-se dizer, que, de outro lado, o mundo do trabalho e o Estado, bem como as instituições sociais passam por transformações que subvertem e influenciam o seio da vida privada; e a solidez das instituições sociais mais expressivas do capitalismo moderno, como o Estado do bem-estar, a família burguesa, as relações de trabalho (sobretudo esta relação, se pensarmos na forma dos contratos de trabalho patrão-trabalhador), vêm sofrendo com o fenômeno da liquefação (BAUMAN, 2001).

É no contexto desta problemática que o presente trabalho se insere. Estamos aqui preocupados especificamente com a relação entre inovação e modernidade. Queremos compreender o conteúdo da noção de cultura da inovação num contexto histórico, em que as políticas de C&T utilizam sua promoção como estratégia de desenvolvimento. E, ao fazerem, têm como público-alvo o indivíduo estudado pela Sociologia e pela Economia, bem como os grupos que eles formam.

Essas políticas divulgam e promovem o fenômeno do que aqui chamamos de o fenômeno do empreedimentismo, com a pretensão de alterar as dinâmicas próprias do mundo do trabalho, intensificando a cruzada da modernidade contra o velho, o tradicional, que são fundamentalmente as culturas instaladas historicamente no território, em nome de uma cultura da inovação. Que cultura é essa? Qual o seu lugar? A que grupo social está associada? Qual a maquete da realidade para a vida das pessoas está conformando? E neste contexto, teremos todos que nos tornar empresários *schumpeterianos*? Não teremos outra escolha senão inovar para sobreviver? Essas são as perguntas que ficam e que poderão orientar pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SCHUMPETER

1.1 INTRODUÇÃO

Empreender é algo a ser estudado, desde os tempos de Max Weber (2004), passando por Joseph Schumpeter (1982). Schumpeter estabeleceu uma relação entre inovação e desenvolvimento por meio da ação de um sujeito especial – o empresário *schumpeteriano*. Empreendimento é fruto de colocar em execução uma atividade. Neste sentido, em que o mais importante passa a ser a forma como quaisquer dos elementos singulares da moderna produção - desde o trabalhador até o empresário - estiver tomando uma iniciativa em um negócio, com o fim de obter a honraria do lucro. Logo, esse alguém é um empreendedor. Assim, o problema teórico da ação do inovador é o ponto de interesse e passo básico inicial na determinação ou na apreciação da obra Schumpeter (1982). O objetivo é determinar o lugar do empresário e da inovação, vinculá-los, a partir de uma categoria fundamental aqui tratada, que é a de cultura da inovação.

O caso paradigmático deste tipo de iniciativa, a partir do empresário inovador se dá quando este deve antecipar tendências. Algumas nuances estão relacionadas à definição de empreendedor, desde Schumpeter (1982). Isto porque, entendidas como uma iniciativa que coloca em prática um projeto inovador, com vistas à obtenção do êxito financeiro, simbólico, político, social, vemos que esta atividade deve ser entendida como um advento a partir do empresário. Atualmente, entidades como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criado em 1972, auxilia no desenvolvimento administrativo das micro e pequenas empresas, buscando promover o espírito empreendedor, exigindo ainda requisitos como a estabilidade política e econômica do País, que visa criar com isto a nação de empreendedores, fator que passa a vigorar nestes dias⁵.

⁵ Mesmo que não seja necessário estar no interior das empresas, ou estar ativo, após a abertura de uma razão social, inovando e produzindo, o fator que precisa ser destacado com a inovação é que o empreendimento e o ato criativo são resultados da ação empresarial.

Primeiramente, pretendo tratar do empresário e da inovação como relação de um problema prático, presente no processo do ciclo econômico⁶. Processo este que medeia a compra das mercadorias e o seu consumo, e, do lado da oferta dos produtos, responde pela intermediação dada pela compra de mercadorias para consumo produtivo e sua venda e realização no mercado. Por isso que o ciclo econômico pode ser determinado na obra de Schumpeter (1982) pela função aí presente da inovação, extraindo-se elementos centrais do que seria a cultura da inovação (o processo de inovação), desde que a ação centrada no indivíduo, que, tem lugar aí mesmo quando processos contraditórios são desencadeados com o capitalismo, dando forma a um produto novo, que pode ser comprado ou vendido. Ao inovador são disponibilizadas amplas vantagens pela concepção de um produto com uma demanda e todo um campo a abastecer de forma monopólica.

As transformações que num sentido basilar fizeram com que atualmente vigorasse o empreendedorismo como ato, que busca adequar a uma situação extraindo dela cenários que possam elevar o sujeito que realiza tal comportamento a uma avaliação, e, posterior tomada de decisão. Assim, devem estar claros sobre em quais condições isto ocorre.

O primeiro ponto, obviamente, no caminho da resoluta afirmação de um problema com o qual o empresário está se dando, constantemente será o de como dar seguimento ao seu negócio. Neste sentido é que sua veia peculiar se afirma. Na subseção 1.2 Reflexões sobre a obra Teoria do Desenvolvimento Econômico, procuramos alcançar o objetivo, dando forma àquela indagação de um empresário inovador, o qual explora a sua capacidade de assenhorear-se de uma demanda, por meio da oferta de um bem, o que irá moldar a atividade-meio, configurando-se, propriamente, o que Schumpeter determinou como “[...] a vida econômica enquanto condicionada por circunstâncias dadas” (SCHUMPETER, 1982, p. 9).

Schumpeter, nascido em 1883, viveu até meados do século XX (faleceu em Massachusetts, em 1950), tendo sido eminente professor durante a fase inicial de sua vida, por iniciativa de Bohm-Bawerk além de retornar a esta mesma vida acadêmica em 1927, e em 1928, nos Estados Unidos da América, retornando à docência no outono de 1930, novamente em Harvard (VAZ, 1982).

⁶ Ciclo econômico corresponde às variações da atividade econômica ao longo do tempo. No caso de Schumpeter (1982), o autor argumenta que tais variações ocorrem em função do dinamismo que a introdução de inovações provoca no processo concorrencial. Considera três tipos de ciclos: os de curto-prazo; os de médio-prazo, entre 10-12 anos; e os ciclos longos, de 50 a 60 anos.

Em 1919, no mês de março, tendo aceitado proposta da ala direita do Partido Socialista Cristão (PSC), quando integra o governo de gabinete, como Ministro das Finanças, membro da Comissão de Socialização de Berlim, por dez meses, Schumpeter (1982) desenvolve curta atividade política na Alemanha. Depois, passou pela presidência de um Banco privado em Berlim, onde viveu parte de um fim trágico, ao perder todo o seu patrimônio com a solução falimentar encontrada pelo Banco em que trabalhava, ao optar por dar o pagamento de todas as suas posses para os credores, ao invés de aceitar a lei de falência: desde então não voltou mais à Áustria e Alemanha.

O objetivo específico neste capítulo é o de entender, principalmente, por meio da obra *A Teoria do desenvolvimento econômico* (SCHUMPETER, 1982), qual a noção de cultura da inovação. Esta noção se explica quando estamos nos referindo ao capitalismo presente, pois é expressão de sua organização nos territórios, tornando-se o motor do progresso.

A utopia do progresso se tornou o cume da argumentação do modernismo das vanguardas, em decorrência da teorização situada no século XIX, ou como quer que entendamos isto, sob a forma de um primado da técnica, a partir dos meios de justificação do capitalismo, quando este influenciava a percepção do início do século. Tal questão encontra sérios problemas com a crise que se sucede à aplicação do taylorismo, levando a uma nova configuração da produção e das técnicas, postas a funcionar através do fordismo. Comumente, uma narrativa sempre candente é imaginar que os custos elevados e correntemente dados, são formados pelos elevados custos e dados os obstáculos à competição possibilitados pelas políticas de regulação do Estado.

Ora, tais circunstâncias se referem ao mecanismo de que lança mão para representar o movimento do sistema econômico como um todo. Pretende-se pontuar, além do que foi dito sobre a obra de Schumpeter (1982), a inovação como motor do progresso. Mais exatamente abarcar os condicionantes sócio-históricos da ação econômica do empresário-inovador, tendo em conta os condicionantes – que foram acima citados - os quais se referem a esta ação propriamente dita (o ato de inovar), bem como sua importância para os processos de desenvolvimento, conforme o autor consignou. Assim, acreditamos estar aproximando a obra aqui analisada de um dos componentes fundamentais da modernidade: a busca

constante de introduzir inovações motivadas pelo lucro e que acaba por dar contorno geral da sociedade, que vai se conformando no futuro.

Esta visão – que se poderia facilmente atribuir a um indivíduo qualquer - neste sentido de categoria social, talvez fique evidente que, enquanto uma figura central na modernidade, a ação inovadora própria do empresário *schumpeteriano* domina a contemporaneidade como fator de mobilização da produção que uma relação entre ação histórica e sistema econômico envolve. Segundo esta concepção que domina o presente, desta sociedade que se conformou sob a forma ditada por um modelo pautado pelo lucro contábil, todos parecem estar se transformando em empresários cativos do dever de inovar.

No tópico 1.3 A Dinâmica e a análise econômica em Schumpeter, ao tratar de economia de redes e inovação, está colocada a forma da relação pontuada no tópico anterior. O que realizaremos, além de uma valorização da obra do Schumpeter (1982), já que está em pé de igualdade com os outros autores, foi colocada a subseção neste capítulo, como faceta importante desta economia, onde o tema da economia competitiva se deve ao ato de inovar. Aqui, as principais formulações de um ponto de vista crítico, como em Marx (1994), e, em autores como Schumpeter (1982), atualmente, valem-se da obra que toma estes autores a partir de suas considerações, tomadas, no caso de Sevckenko (2001), da obra do economista, traçando um painel dos séculos XX e XXI.

Este tópico está baseado na contribuição de Shima (2006), em sua obra *Economia de Redes e Inovação*, que trata do surgimento do capitalismo de redes no Japão e Itália. Esta é uma contribuição que se buscou aqui apreciar, no momento mesmo em que se dá um importante aporte a toda essa história contemporânea com a renovada aplicação de uma base sócio-técnica ao desenvolvimento pela introdução de inovações (SEVCENKO, 2001). Este aporte, assim, se coloca como um intento em dar um norte teórico àquilo que foi discutido no tópico anterior.

Um problema ao qual me referirei a partir de agora, demonstrando existir entre os vínculos desse tipo de racionalidade, como o que se passou a ser explicado a partir de sua crise na modernidade, é uma ação que se desenrola por múltiplos centros de decisão congregados na rede, quando surge um descompasso entre o progresso da base técnica do capitalismo, com suas conquistas tecnológicas em relação a uma política ou regiões de política subdesenvolvidas.

1.2 REFLEXÕES SOBRE A OBRA *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

O modelo do fluxo circular da renda⁷, de onde parte Schumpeter (1982), permite entender que o sistema econômico é levado a partir das ações que dão vida ao processo econômico de expansão da renda nacional, da renda *per capita* e do consumo, porém, existem diferenças entre a vida econômica e seu ulterior discernimento, quando estes agentes econômicos, num processo de desenvolvimento determinado por uma escolha de valores unívoca, centrado no indivíduo, levam à melhoria coletiva.

A abstração feita aqui parte de uma realidade complexa: em que os fatos econômicos são resultados extraídos com o concurso da Sociologia. Vale dizer, depois de imprevisíveis condições ou técnicas a serem copiadas desta realidade, o que perfaz uma abstração. Assim, há uma diferença entre as teorias econômicas e o fator histórico que subjaz nela. Em segundo lugar, há uma diferença não tão larga, mas importante em sua sutileza, quer dizer, enquanto fatos sociais que resultam do comportamento social, os tais fatos econômicos resultarão do comportamento econômico (SCHUMPETER, 1982).

Os fatos econômicos podem ser aventados teoricamente tão somente pela abstração realizada - por este esforço de reprodução do real pela conceptualização. O modelo requerido pela designação do fator empírico está relacionado com o processo social, isto, de uma totalidade de fatores históricos que são a condição em que se encontra a sociedade, não porque depende de causas presentes em sua posição final, como se os agentes tivessem um lugar na posição que ocupam por causa de fatores históricos, mas sim pela sua condição na forma com que as coisas vieram a ser. Tal questão é de fundamental importância: exatamente na ciência como na vida comum os fatos econômicos soem ser extraídos em dados formulados pela mão-classificadora, que pode determinar conceitos como os dados pela teorização abstrata. Dois destes fatos se destacam aqui, na teoria de Schumpeter: a) uma perfeita alocação de recursos e a necessidade econômica infinita se dão em um sistema de agentes que se vinculam sob a égide da autossatisfação; e b) a troca

⁷ Fluxo circular da vida econômica é uma representação do sistema econômico, base do que é conhecido como modelo neoclássico. Tal representação toma como ponto de partida a ação individual racional e autointeressada, realizada pelos agentes econômicos, e chega à determinação do produto, do emprego e da renda nacionais.

se dá enquanto o fator histórico se desenrola na prática sob a forma do ciclo econômico (SCHUMPETER, 1982).

Portanto, sua investidura nesta área de estudo se prova relevante forma de explicar isso, ou seja, que esta causa tida como fator na produção, ao existir, faculta a remoção dos obstáculos que se provaram difíceis, mas que, somente resolvendo algumas distorções e contratempos econômicos, levam ao surgimento de um dado histórico, por si só relevante, por aquele que assim fazendo, gera uma inovação⁸: Schumpeter (1982) mormente descreve, põe em evidência um ato social e a categoria histórica do inovador. O que deve ficar claro, no entanto, posto que serve para explicar que esta solução teórica inicial, que radica na categoria a ser abstraída, estando ela própria fazendo este vínculo entre sociedade capitalista e história do sistema econômico, é o que, afinal, na obra do referido autor, estrutura como que dentro de um modo de desenvolvimento.

Schumpeter (1982) trata do Fluxo Circular da Vida Econômica, enquanto condicionado por circunstâncias dadas, a renda seja um problema teórico no quadro analítico, pois desde os Economistas Clássicos, por um lado recebe tratamento e *status* de capital. No Capítulo II, o autor põe em relevo o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, citando *en passant*, o processo social. (SCHUMPETER, 1982). Referindo-se ao fator social, ao permitir com que se possa racionalizar a vida e o pensamento, indica que os fenômenos sejam avaliados a partir do mundo empírico; não obstante, traz uma diferença fundamental. A abstração feita é a de todo processo coletivo, admitindo-se dado tudo ao demais constante, implica que o desenvolvimento surge de uma situação sem desenvolvimento.

Ainda que não haja dúvidas quanto à importância do elemento monetário e sua natureza fundante, inclusive para a aquisição de bens, existem por detrás dos limites com que se depara o sujeito econômico, seja os preços relativos, a força do hábito, os quais se referem ao vultoso valor dos empreendimentos, a que deve

⁸ Schumpeter (1982) define inovações como o resultado de cinco tipos de ações que alteram a natureza rotineira do fluxo circular da vida econômica: 1) Introdução de um novo bem ou de um mesmo bem, mas com uma nova roupagem; 2) abertura ou descoberta de um novo mercado; 3) a introdução de novos métodos de produção e/ou formas mais eficientes de se organizar os fatores produtivos (terra, trabalho e capital); 4) o controle efetivo de uma nova fonte de matérias-primas e/ou produtos semiacabados; 5) mudança na estrutura de mercado.

acorrer ao processo de trocas⁹. Porém, a aquisição, pensando na forma de que o risco em um empreendimento pode ser reduzido até que possa ser copiado, tem-se esse estado de coisas. Deveras, cede espaço ao estudo da generalização das trocas. Se num primeiro momento, ao ter como objetivo a Economia e os fenômenos sociais vinculados aos agentes, Schumpeter (1982) trata da troca em si, sendo que esta, contudo, não é a forma que tal categoria aparece no mercado, nem sob a aparência da inovação, pelo menos não é assim que se dá hoje. Até que se possa valorizar e entender os processos por detrás dos grandes empreendimentos e da inovação, a incerteza, o financiamento e a estrutura que permite concebê-la, deve-se estudar a dinâmica, aqui representada pela noção de desenvolvimento.

Em *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, o autor se interessa, evidentemente, para o que torna a renda auferida um alento para todos os que são ao mesmo tempo. A renda passa a ser o elemento central na vida de grande parte dos compradores - com o propósito de produzir e consumir - assim como quando vendem o seu elemento de propriedade - podendo ser com respeito a este último caso (leia-se, o fato de venderem dívidas que lhes são caras), os chamados mercados. Basicamente, é isso que torna a renda um dado bruto da economia e que de fato move toda a engrenagem. Não obstante, enquanto fizera o autor, no capítulo primeiro, no caso Schumpeter, descrever a vida econômica do ponto de vista do fluxo circular, correndo essencialmente pelos mesmos canais, ano após ano, o que se torna interessante notar é a representação do fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico parte deste quadro teórico. (SCHUMPETER, 1982).

Tanto o trabalhador que requer seu provento e parte da receita total, como o comprador da mercadoria, coletivamente se reduzem a esta abstração (a do fluxo circular). Porém, quando estamos prestes por adentrar na esfera da apropriação privada, do mercado, dos padrões e hábitos disponíveis e pelas técnicas produtivas respectivamente, secundariamente temos o problema fundamental da teoria da cultura da inovação. Assim, um produto econômico pode ser a ponta de lança do capitalismo.

O que precisa ser notado, assim, é que a inovação, radical por certo, em seu estatuto fundante do desenvolvimento econômico, insere um elemento que se torna

⁹ A representação do Fluxo circular da vida econômica possui dois grandes fluxos: o fluxo real, de bens e o fluxo monetário que, ao final de cada período de tempo, se equivalem, conformando uma identidade matemática [Y (produto) = Y (renda monetária)].

valorizado por todos, sendo cabível de estruturar a argumentação nestes termos. O fato é que: tais mudanças e descontinuidades no canal do fluxo serão fatores que aparecerão. As mudanças espontâneas e descontínuas não se farão presentes no gosto dos consumidores, tratando-se de mudanças súbitas dos dados. Estas mudanças são o cerne da tomada de decisão alocativa que o empresário deve tomar. Este deverá enfrentar adaptações de seu comportamento que não seriam graduais, não obstante, jamais deveriam levar a outro comportamento. Aqui, a inovação é incorporada ao sistema econômico, para servir de esteio a formação de novos mercados inicialmente e não simplesmente por obra de investimentos planejados, mas por obra do empresário inovador¹⁰.

Alterando-se a noção de produtividade no sistema econômico orientado, vimos, que, a esta linha argumentativa se vincula a mudança na técnica e na organização produtiva. Todavia, a vida econômica a que estava vinculada ao grau evolutivo da sociedade, deve, como tal, ser objeto de uma sociologia histórica em que a mudança orientada pelo empresário inovador, economicamente orientado, é levada a efeito pela mudança histórica. Isto se dá dentro de uma lógica própria, providenciada pela circulação dos produtos. Esta mudança é concebida como a reposição destes atores sociais, mesmo que dentro do mercado, por sua situação de agentes. Sendo visualizada a partir dela, tanto o conjunto de suas posições modelares na vida de atores, que tem como fim a busca pela modulação da troca, fazendo dela meio de vida e objeto do desejo; como os que se submetem a ela, na divisão do trabalho. A propriedade privada da terra, o controle crescente sobre a natureza e a segurança legal são elementos que fizeram parte da elucubração

¹⁰ Refere-se aqui à decisão de alocar fatores de produção no processo produtivo. Ao introduzir inovações no processo econômico, o empresário passa a alocar os fatores produtivos de forma diferente daquela que rotineiramente ocorre como descrito no fluxo circular da vida econômica.

econômica dos teóricos entrementes, no momento da Revolução Inglesa¹¹, vivida por fases de expansão e contração da atividade laboral. Isto quer dizer que se inquietaram (leia-se, os economistas), como causas externas e que não obstante, obedecendo ao estatuto de formas presentes, prestes a amoldar a vida economicamente, deviam ser considerados como anúncio do outono da Idade Média para citar a paráfrase de *História Huizinga*, cuja obra que não é tão conhecida entre os economistas. O autor que mais de perto dissertou e ofereceu uma descrição desta sociedade, no século XIX, foi Karl Marx (1994).

Assim, desde que se compreenda isto, a renda determinará os papéis sociais, determinando na posição ocupada, ou melhor, pelas próprias situações em que se envolve tanto o gerente da produção, o diretor comercial e os *managers*. Estes se afeitam não só por uma vontade, mas orientados para a consecução do fruto do labor humano, desde que estejam orientados à consecução da produção, que é regida pela vontade frugal. No primeiro caso, de buscar melhorar e fazer a manutenção e a melhora contínua da produção sem incorrer em avarias; e, noutro sentido, o das supervisões e gerenciamento da produção, o fator tempo sempre prevalece. Porém, a produtividade é o principal: deve-se reconhecer isto nos dois casos. Pois bem, o propósito de se estudar aqui o ponto fulcral da análise do autor, é o que decididamente busca-se reconstruir as vias subjetivas que se prendem a posições na cadeia dos valores - e isto fica claro ao dar ênfase ao outro lado da produção, que é o da fase econômica - em que a organização social aproxima-se e só pode ser a criação de coisas úteis, dando o ensejo que os agentes permitiram e

¹¹ A Revolução Inglesa foi a operação de grande envergadura do capital, que instaurou as relações sociais capitalistas como um tipo de economia de trocas. Porém, isto ocorreu no fim do século XVII, ainda na Inglaterra. Envolveu por suposto os diversos setores da economia, mesmo as finanças, para desencadear a Revolução manufatureira. Primeiramente, tem-se a generalização das trocas, com a mercantilização das terras comuns, a instauração de relações de trabalho livres e a concentração dos meios de produção. Isto ocorreu, mormente, na produção têxtil e de algodão com grandes repercussões para o mundo da época, pelo que se pode dizer que a Revolução Inglesa abalou as estruturas do mundo naquela época.

que era tratar da destruição criativa¹².

Para Marx e Engels (2007), as três principais classes sociais são: os capitalistas, que detêm a posse dos meios de produção; os proprietários rurais (detentores dos títulos de posse das terras arrendadas), ou os grandes latifundiários, esta variante, mais comum em regiões colonizadas por meio das capitânias portuguesas; e os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho com o intuito de se sustentarem.

Assim, desde que se compreenda isto, a renda determinará os papéis sociais, sobre-determinando na posição ocupada, ou melhor, pelas próprias situações em que se envolvem tanto o diretor comercial, o gerente da produção e até os *managers*.

O paradigma da produção econômica e o dilema das capacidades produtivas (lado a lado com o fenômeno da capacidade do sistema de comércio, ou seja, do paradigma da dinâmica *schumpeteriana*) abrem-se uma lacuna a ser preenchida por um novo produto ou um processo inovativo, que impõe novas escalas de valores e novos regramentos para contemplar esta nova resolução de um dilema antigo, qual seja, o de ser a variação nos preços relativos ontem e hoje um parâmetro fundamental (HALL; TAYLOR, 2003).

Agora, porém, por motivos a que convém especificar, a importância muito maior recebe o estudo de outro elemento basilar, esteio maior do que todas as consequências da teoria da escassez que o autor da obra procurou retirar, tornando-se propriamente um economista institucionalista¹³. Colocamos o problema do seguinte modo: tomando-se os preços relativos como base de um sistema de valores (e uma decisão de produtividade positiva e de permitir a permuta, se vincula

¹² O tratamento que o autor dá à análise do capitalismo é o de “um processo evolutivo”, fazendo referência inclusive a Marx: “O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.”. De acordo com o autor, A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, como a U.S. Steel, servem de exemplo do [...] processo de mutação industrial - se é que podemos usar esse termo biológico — que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. “[...] Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver” (SCHUMPETER, 1961, p. 109-110). Esse é o ponto de partida dos chamados autores *neo-schumpeterianos*, aos quais a seguir faremos referência.

¹³ Refere-se aqui à corrente de pensamento em Economia – a Economia Institucional – que toma como ponto de partida a consideração de que o quadro institucional no qual os agentes econômicos tomam decisões faz a diferença para a compreensão dos processos econômicos e do funcionamento dos sistemas econômicos.

a isto), o problema alocativo está em qual decisão sobre a direção, o método e a quantidade da produção.

As primeiras perguntas que devemos responder são qual o contexto da ação inovadora, e, em que regime de historicidade o empresário tem se tornado o devedor. Há uma condição para o empresário ter contraído débito? O problema é que, na medida em que possa dispor de bens para criar mercadorias novas. Portanto, inovar a produção é fruto de um crédito normal que cria direitos ao empresário para o dividendo social - isso é válido na teoria da escassez¹⁴, especificamente, quanto a uma análise de tal fato, que, na "Teoria do Fluxo Circular enquanto Condicionado por Circunstâncias Dadas", a inovação aparece como que obedecendo a um estatuto determinado, existindo a partir daí, por características presentes nos canais de comércio que se desenrolam de ano a ano (SCHUMPETER, 1982).

Estamos propensos a determinar se isto ocorre em geral, como por uma tônica do processo econômico, quando se entende que grandes empresas capitaneadas pelo empresário inovador, realizam-se, aí mesmo numa ocasião em que seus aspectos técnico-gerenciais, e por meio dos *managers*, veiculam hábitos e estados mentais disponíveis pelo seu caminho, e, somente então, são levados a uma inovação (em geral, trata-se de um líder de mercado), ou se, ao fazermos uma distinção em que o empresário se torne um inovador desde que tenha incorrido em débito e tenha tirado todo proveito desta situação, façamos outra distinção, a de que além de ter incorrido previamente num débito estejamos tratando de uma firma, o que traz consigo enormes consequências, como mais tarde seria tratado na economia, o conceito da firma Marshalliana¹⁵, e nos encontramos novamente no século XX, com o problema do financiamento da produção. Afinal, depois da crise de

¹⁴ Refere-se aqui à base teórica inscrita na descrição do fluxo circular, que pode ser encontrada no fato de que todo processo econômico decorre da contradição entre necessidades ilimitadas ou infinitas dos agentes econômicos e a escassez de recursos necessários para sua satisfação.

¹⁵ Schumpeter (1982) ao tratar das firmas líderes, trata de fato dos empresários que acabam por dar conteúdo à ideia de desenvolvimento e Bauman (2001), enquanto se destaca em sua obra *A Modernidade Líquida*, os tais desdobramentos da modernidade, pode-se dizer, que, de um lado, o mundo do trabalho e o Estado, bem como as instituições sociais passam por transformações que subvertem e influenciam o seio da vida privada; e, a solidez das instituições sociais mais expressivas do capitalismo moderno, como o Estado do bem-estar, a família burguesa, as relações de trabalho (sobretudo esta relação, se pensarmos na forma dos contratos de trabalho patrão-trabalhador) vêm sofrendo com o fenômeno da liquefação (BAUMAN, 2001).

1890-1913, o capitalismo têm ciclos com baixas tendenciais cada vez mais fortes, fator histórico importante (FRANK; FUENTES, 1989).

O modelo estacionário é prova deste problema da categorização da ação social do inovador. A crise traz consequências desiguais em um problema exemplar, o de quanto produzir. Já o fluxo circular da renda, enquanto condicionado por circunstâncias dadas, obedece aos mesmos pontos de corte. Nenhum termo geral é mais teoricamente importante - o empresário inovador. Este é o elo que permite que o crescimento do futuro seja tão grande como parecera ser o crescimento no panteão do século XVIII, ainda que por razões diversas daquelas que Schumpeter (1961) fiou aos economistas convencionais. Assim, destacamos a figura do empreendedor como outro tipo de mercador, diferente do atravessador, constituindo-se por um empreendimento criativo. Schumpeter (1961) não afirmou que o crédito ao consumidor servia como elemento essencial da produção. Assim, afirmou que não fazia parte da racionalidade de um comportamento egoísta por parte dos agentes que se servissem, ora de empréstimo para consumo, ou que, de alguma forma, ora lançassem mão de empréstimo que seria contratado por caução para produzir, senão que, o seu elã vital fosse o ato em si. Dito isto, a tese controvertida que Marx e Engels (2007) contestaram quando disseram que a base real do movimento geral do capital está em oposição frontal ao capital portador de juros, é a chamada Lei de Say, que postula que toda oferta cria sua própria demanda do que se seguiria uma economia sem ciclos, e o dinheiro como meio de troca, e não reserva de valor.

Aqui, o inovador chama o mercador de débito, banqueiro, como agente especial, e afirma também que o mercado de capital, sendo aquilo que se chama de mercado de capitais. O dinheiro se tornaria a forma valor por excelência. Isto é o contrário de que o empreendedor inovará, mas, raramente incorria em débito que moldasse a produção, e a razão para isto não deixa margem para dúvidas na análise deste mundo moderno, é que o prazer hedonístico teria que ser infinito para que o ciclo transcorresse desta forma. Na modernidade, a Economia é sempre meio para um fim, dado os hábitos mentais e as técnicas produtivas disponíveis, portanto influenciáveis nos chamados preços básicos da economia (juros, salários e renda da terra), não serão ilustrativos apenas, jamais deixando o desejo de fundar um reino privado, e comumente uma dinastia, como sendo passível de realização efetiva.

Vê-se que o processo de produção envolve o lucro contábil e de antemão, todas as superfícies em que se possam auferir lucros, dentro das quais se desenrola, sempre, a totalidade das trocas. Pode haver conduta racional, mesmo na ausência de motivo racional, pouco de racionalidade consciente. Mas existiria, no caso do fluxo circular, a satisfação das necessidades como algo que remete a um pensamento bastante comum, o da motivação normal?

Esse regime de historicidade, não estranho à Economia, já que se deve percorrer a trilha consecutiva da produção, desde que as fontes de rendimento não cessam de alimentar o consumo dos empresários e o gasto de rendas auferidas, por meio de ação social desta categoria histórica que passou a ser importante com a gênese de uma sociedade mercantil. Contudo, eis o empresário: abstrai-se do processo social, na realidade, do seu ambiente em que temos diante do tudo a função geral de trocas que se generalizam, para satisfazer que tipo de consumidor?

Aqui e dentro da teoria do desenvolvimento (capitalista), Schumpeter (1961) trata do lucro do empresário, parte do fluxo circular da renda, e chega à categoria histórica e ação social do inovador. Ora, os fatos econômicos, definidos como tal o comportamento econômico, podem então, se presenciarem para a aquisição de bens. Em vias de se transformar numa vertente científica, o comportamento racional subjetivo fundado na maximização econômica do agente somente trata desta abstração que está relacionada às motivações, impulsos e premissas demonstradas (reveladas por suas preferências - as preferências do consumidor - e sua curva de indiferença).

Pela organização racional conceptualizada pelo desejo egoísta, temos, noutra diapasão, o elo que remonta ao início do "Fluxo circular da vida econômica enquanto condicionado por circunstâncias dadas." Eis o empresário: ao mesmo tempo em que a maximização da utilidade pelo sujeito econômico está sempre predicada pela noção de comportamento do consumidor de modo imediato, reconhece-se que a teoria econômica ter-se-ia estagnada em sua teorização mais palpável, sem precisar que avançasse sobre as causas do crescimento, caso em que estivesse limitada a esta engenharia, mas, quando reconhece o vínculo entre as partes numa sociedade regulada pelo comércio, cuja mediação se faz por uma dependência recíproca entre os sujeitos: "[...] e, tão logo, os membros dos grupos sociais se tornam especializados ocupacionalmente, podemos distinguir classes de pessoas cuja

atividade principal é o comportamento econômico ou os negócios de outras classes" (SCHUMPETER, 1982, p. 9).

A racionalidade se põe na realização de planos, enquanto forma consciente do "ser" comportamental do empresário. Assim, como se dá a sua realização, mais até do que na condução dos negócios, é que se pode avançar mais na categorização - a de inovação. Quando se põe a teorizar sobre a base do cálculo de maximização da utilidade, tem-se em mente o gosto deveras representado pela preferência do consumidor e que deve expressar o comportamento econômico. Porém, quando se trata de classificar matéria de vida econômica, devem-se distinguir as práticas envolvidas pelos representantes deste grupo especial de pessoas, dado pela sua disposição ao comércio e aos negócios, sua contumaz busca do lucro, vis-à-vis, seus planos e funções especializadas e voltadas ao produto social, desde o comportamento generalizado, por uma eterna busca de realizar desejos infinitos numa economia de necessidades finitas e que põe o problema da maximização econômica do indivíduo em que, o racional com todas as suas premissas, coexiste com um racionalismo tão somente "seu" (egocêntrico, o empresário é racional). (SCHUMPETER, 1982).

Deveremos fazer esta distinção, porque o que se pode dizer com base nessas considerações feitas por Schumpeter (1962) sobre o consumo e a produção, é que, ao lado da demanda, a economia precisa abstrair do todo o indivisível, o comportamento econômico, porém, do lado da oferta, a vida econômica predicada pelo comportamento voltada pelo lucro, escapa a um tipo fortuito a que se poderá recorrer para expressar padrão de consulta, o empresário. Este talha a sua espécie ao modo de uma busca, em que nada o detém.

O empresário pode estar assumindo uma posição por achar merecer uma distinção social, e aqui diríamos, acompanhando o autor, haver pouco espaço à satisfação hedonista. Pode buscar um impulso para lutar, provar-se superior aos outros, de ter sucesso em nome, não de seus frutos, mas do próprio sucesso. Finalmente, há a alegria de criar e de fazer as coisas, ou simplesmente exercitar e exercer a engenhosidade (SCHUMPETER, 1982).

Voltando a cargo no tema do atendimento da demanda, aí estão envolvidas operações de produção excedente em regiões para abastecimento, como: na produção; determinação do *quantum* (produto total e preço); compra e venda das

mercadorias respectivamente (os bens intermediários e finais) em que a extensão e intensidade da demanda pode-se conhecer, em parte, pela longa experiência; e, noutro caso, pela própria experiência a contar da data da produção do cereal; e, pela sabedoria em torno do trigo, tal qual foi exemplificado pela teoria *neoschumpeteriana*, que permite como exemplo entender isto. Esta é a imagem mental do quadro exemplificado por Schumpeter (1982). Este quadro se prende - por causa das influências econômicas do processo que desprende novos fatos econômicos - às influências que são aquelas tratadas também por Marx e Engels (2007), em primeiro lugar, a propriedade privada; em segundo plano, a divisão do trabalho; e em terceiro lugar, o poder da concorrência.

Tal consumo privado é determinado pelo preço do mercado e pode ser generalizado ou apurado como dado pela quantidade de outros bens disponíveis, obtível com uma restrição orçamentária dada pela quantidade deste consumo que é privado, assenhoreando como consumo do próprio produto.

Chegamos ao ponto de definir que nesta imagem do quadro econômico, tanto quanto pelo consumo como parte de sua curva de indiferença, restringindo-se pelos seu próprio *quantum* (dado pelo preço e a quantidade total de produtos para consumo privado), como também, tendo como referência o quanto produzir, o homem de negócios é - e, ao mesmo tempo, todos são - compradores e vendedores (SCHUMPETER, 1982).

Dependendo de condicionamentos de propriedade física e dos objetos naturais, processos naturais, ou, especificamente, o resultado dos processos materiais, e o fato de se retirar o máximo proveito deles, ou ainda, pela consideração da miríade de fatos físicos que pode ser relevante para a Economia, tem-se uma ideia preliminar de um sistema econômico.

O segundo lado desta questão da produção que nos faz elevar a égide deste produtivismo moderno, organizado, é o propósito do ato concreto da produção. Sua essência é fazer do segundo lado, com efeito, analiticamente importante, desde o seu enervamento inicial, em planos, projetos e inovações em que um tipo de produção põe o selo sobre si. A respeito do método e volume da produção tecnológica deve ser distinguido aqui desde o seu início, dentro da teoria do Schumpeter (1982) que, constantemente faz referência a um clima criado para que o que vemos agora seja, assim, uma produção que sempre encontre uma demanda.

Distinguida do problema puramente tecnológico e que, ainda que obedeça aos parâmetros da normalidade econômica pode fugir ao paradigma dos hábitos mentais prevalentes, levando a teoria a se defrontar como na oposição pessoal entre gerente comercial e técnico de uma empresa.

Adequação hedonista é a palavra-chave que vem à luz. Enquanto se pode urgentemente solicitar demanda por melhor abastecimento de uma máquina pelo engenheiro, o homem de negócios tratará deste ponto como cume da produção. Muito melhor, se vir a ser gasto um montante em instrumentos que gerem menos oneração. Embora ao tecnólogo pudessem dar-se, nas duas posições furtivas, casos indesejáveis de adequação por alteração, o empresário tratará deste segundo aspecto. Porém, o que ocorre durante todo o processo produtivo, caso onere ainda mais a organização da produção quando esteja sendo um meio de interferir é que se a satisfação das necessidades é único fim de toda a produção, então, não há nenhum (por suposto), nenhum sentido econômico em recorrer a uma medida econômica que a prejudica (SCHUMPETER, 1982). Assim, a adequação não é nem o mais produtivo ou eficaz, nem o mais desejável.

O teórico deveria postular algo novo como um quadro teórico. E, para nos acercar de tal fato, que deveras encerra a questão com outro exemplo típico de uma caracterização do problema microeconômico - máximo de utilidade sendo orientado por uma nítida premissa retirada da realidade desta sociedade, citemos suas palavras:

Pois, embora o objetivo econômico guie os métodos técnicos tal como usados na prática, é bem razoável aclarar a lógica interna dos métodos sem levar isso melhor num exemplo. Suponha-se uma máquina a vapor e todas as suas partes componentes obedeçam à sua adequação econômica. À luz dessa adequação faz-se o máximo dela. Então, não havendo sentido em tirar maior proveito na prática, aquecendo-a mais, contratando homens mais experientes para trabalhar nela e aperfeiçoando-a, se isso não se pagasse, ou seja, se fosse possível prever que o combustível, as pessoas mais talentosas, os melhoramentos, e o aumento das matérias-primas, custariam mais do que renderiam. Mas, é bem razoável, considerar as condições sob as quais a máquina poderia fazer mais, e quanto a isso, quais melhoramentos são possíveis com o conhecimento atual e assim por diante (SCHUMPETER, 1982, p.15)

Mesmo que, ao se considerar a dinâmica econômica em Schumpeter (1982), tenhamos diante de sua teoria o lastro histórico, e, ainda que a doutrina dos custos

não difira daquela dos clássicos, baseada na teoria do valor de Ricardo¹⁶, e numa teoria objetiva, detemos nestes pontos por si só eloquentes, exemplos fidedignos da questão principal, a saber que, afora o contratempo a teoria dos custos não considerados, não considera uma taxa de lucro líquida. Mesmo sem ter isso claro, o empresário se torna o que é ao fazer novas combinações e produzir em uma margem maior.

O que é mais importante é que, em contraste com os bens consumo que têm valor lastreado em alguma utilidade marginal, os bens de produção têm um valor de rendimento. À utilidade marginal dos bens de consumo, temos a taxa de utilidade marginal dos bens de produção.

A imputação indica que o valor de uso dos bens, inclusive intermediários, somente se vale do seu transcurso no produto e que, afinal, se existe terminologicamente uma proveniência que liga as fontes de rendimento aos seus pontos de apoio na terra e no trabalho constantemente faz refluir o valor dos bens de consumo aos seus elementos originários, vimos, a questão desenrolar-se assim, encerrando o desígnio da produção numa demanda *ex-ante*. Nas palavras de Schumpeter (1982), por uma vida econômica entende-se a que se vincula a sociedade em sua evolução, deve ser entendida sob o prisma da mudança social, ou, como o próprio a denomina: mudança história. É a que permite dizer que o desenvolvimento econômico é algo assim, quando somente ao dar conteúdo empírico a termos conscientemente separados, como estática e dinâmica, e ao ver, na perturbação desta - a causa *mobilis* daquela (a relação entre o mundo da economia, ou, aos fatos dados como relacionáveis no sentido histórico) - e que não tem a ver com causalidades econômicas, mas, simplesmente acontecem e devem servir como fonte explicativa, não será neste momento em que aparecem e intervêm no fluxo circular gerando um novo equilíbrio, uma dinâmica própria, que se define a inovação?

Porém, não será considerado tal ajuste um desenvolvimento porque os ajustes, mesmo quando levarem ao acréscimo de riqueza, ou, ainda tendo sido

¹⁶ A obra de David Ricardo (1821) *Princípios de Economia Política e Tributação* - teve grande influência por inserir temáticas intrusivas do espaço de desenvolvimento nacional, como renda da terra. A sua forma de entendimento da teoria econômica trouxe também a noção de ciclo econômico em ligação ao tema do rendimento marginal, incluindo o desenvolvimento como um tema de interesse da análise. A análise econômica deve desprender ideias a partir de Ricardo com base a uma consideração rotineira de valor e trabalho, com base numa teoria da produção capitalista, onde o valor-trabalho tornou-se categoria importante.

justificados pelo aumento populacional e tudo isto, conducente à adaptação do sistema, não será considerado assim porque será tratado como mudança de dado bruto; mas, "[...] todo processo de desenvolvimento [...]", diz o autor, "[...] repousa finalmente sobre o desenvolvimento precedente" (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

Para Schumpeter (1982), a nova combinação de meios produtivos - (combinar diferentemente esses materiais e essas forças) - permanentemente leva ao desenvolvimento, como por exceção à regra de que meras adequações serão insuficientes para trabalhar sobre os gostos cambiantes. Todavia, sendo levado antes a postular que a mudança econômica se dá do lado do ofertante - justamente para os novos valores das funções (fx) - a função que une os setores num ramo de produção para atender a demanda que, apenas responde à mudança, é a de uma produção aumentada.

O conceito de inovação que adequa-se, ao mesmo tempo em que, afiliado a uma das cinco provas de que o desenvolvimento, já agora formado no interior do sistema econômico e caracterizado por uma expansão da curva de equilíbrio, cujo efeito é o de deslocar o exato ponto em que o grau máximo que o mesmo permite efetuar-se, já não está nele o poder de elevar-se por meio de pontos infinitesimais. São eles:

[...] introdução de um novo bem: um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados ou de uma nova qualidade de um bem; introdução de um novo método de produção, [...] um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseado numa descoberta científica nova, e pode consistir também em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria; abertura de um novo mercado: um mercado que o ramo da indústria de transformação do país em questão, que não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não; conquista de uma nova oferta de matérias-primas ou bens semimanufaturados, mais uma vez, independente do fato de que essa fonte já existia ou teve que se ser criada; estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou uma fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1982, p. 49).

O tipo de empresário descritivamente que se aproxima a uma realidade em que será levado pelas coisas - tão logo estas coisas se fixem pelo tempo (num produto ou processo), é um empresário que está sempre a inovar, não obstante o processo normal de atendimento de uma demanda. A questão do empresário, ou os pressupostos da ação social que se torna presumível, recorrendo-se à figura

principalmente do inovador, pela via da cultura da inovação, reivindica uma caracterização, assim que estas coisas - que na teoria do fluxo circular, considerada pelas questões da psiquê, acabam sendo desconsideradas pelas equações feitas por Pareto, estão dadas, no entanto, numa ocasião em que, atendo-se ao problema de ser o empresário cativo do dever da atividade, do conhecimento técnico e da correção, considera-se o mesmo como o inovador por excelência, o que terá amplas consequências (SCHUMPETER, 1961).

O empresário-inovador atem-se na descrição de Schumpeter, portanto, a uma descrição do sistema, em que a renda corre por um fluxo forçado para os canais de valor (capital comercial e capital industrial). Quando, porém, fatores considerados pelo capital, terra, trabalho, podem acabar por servir a esta teoria e acabam servindo mesmo, num certo sentido, para inspecionar porque, o novo produto e a natureza do produto, podem levar a rotina econômica a emergir de um sistema para outro e fazer emergir o "novo", isto se deve ao que Schumpeter denomina de destruição criativa (SCHUMPETER, 1961).

A própria descrição do desenvolvimento como um fenômeno que não se deixa estancar é o que Schumpeter irá deslocar conceitualmente, dentro do escopo da teoria econômica, da teoria da firma, para um ponto de tratamento em que o importante é o *quantum* produzido, pois é o nível de gastos por consumidor o mais importante, ou, nas suas palavras, “[...] os preços monetários de cada ano divididos pelo valor do salário-hora de cada ano” (SCHUMPETER, 1961, p. 108-109).

São os itens do orçamento do operário que não cresceram de maneira simples e direta entre 1760 a 1940, pois, na verdade, o problema que está sendo colocado pelo autor por detrás da destruição criativa, e o que se pode determinar desta discussão e da própria definição da destruição criativa, ou em outras palavras, da destruição criadora, tem a ver com o fato de ter ocorrido quase sempre uma situação de penúria na questão das pressões da indústria - e, justamente o contrário, nos anos que vão de 1946 a 1970. Para o autor, o impulso fundamental que põe em funcionamento dentro da lógica do aumento do lucro a máquina capitalista, procede dos “[...] novos bens de consumo, dos novos métodos de produção e transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista” (SCHUMPETER, 1961, p. 110). São explosões discretas, que estão separadas no limiar de novas eras em que

transcorrem muitos e muitos anos, até que, numa ocasião em que a absorção dos resultados da revolução forma o chamado ciclo econômico, talvez retornem com força – desde a carruagem até o avião que corta os céus; a mecanização da agricultura, que traz os silos e as estradas-de-ferro; a história da produção da eletricidade; da roda acionada pela água até a história da instalação moderna destes sistemas de aquedutos: como partes desta história, existem muitos exemplos de mutação industrial em que, como capitalista e trabalhador, se pode exultar ao ver tudo isto.

O estudo deste processo formador, a partir de elementos cujos elos formadores se colocam historicamente ao longo de determinada época, no entanto, não pode ser visualizado pelo nível de consumo das massas. Daí a descrença de Schumpeter nos métodos da economia convencional, a teoria do marginalismo, porque somente se pode entender o ciclo econômico por meio de um processo que se estende por um longo período de tempo. Somente assim se pode determinar cada qual o seu papel, a indústria dentro do seu ramo, os *managers* das corporações que dirigem o processo ou mesmo os trabalhadores no interior do sistema, pois, determinada época da história põe em si as possibilidades de cada um num terreno que lhes foge aos pés, sobretudo os das empresas oligopolistas (SCHUMPTETER, 1961). Não está em questão como o capitalismo administra a estrutura existente, nem é este o papel da teoria, senão que, o principal diálogo que se deve travar com a realidade, servirá como mote para discorrer sobre outro problema, aquilo que é verdadeiramente crucial, que é saber como ele as cria e destrói.

1.3 A DINÂMICA E A EVOLUÇÃO ECONÔMICA EM SCHUMPETER

A imagem de montanha-russa é bastante adequada para a virada do século, como ter a visão das tendências que se sucedem, como quando nela estivemos, e, qual um circuito que começa com uma inclinação dos trilhos e resolve-se em quedas vertiginosas, curvas acentuadas para a direita e para a esquerda, como se os aventureiros fossem sair dos trilhos. Então, mais um tranco seco, sucedido por uma subida vertiginosa que, ao chegar ao cume, apertado pelas cintas de segurança das

vagonetas, impulsionasse a uma nova queda e que precipita com o carro circuito abaixo outra vez, chegando até ao *loop* que parece o máximo da adrenalina de uma montanha-russa, o que tende a converter a experiência da modernidade tardia, uma vertigem pós-moderna.

Vê-se que entre a chegada ao ponto mais esperado do passeio, propriamente chamado de *loop* e o início, existe todo um circuito para que o carro numa montanha-russa esteja a vagar quando atinge velocidades altíssimas. Nisto que se constrói uma imagem-símbolo. Podemos verificar a corrida do século XX pela consciência imagética nela inspirada, os chamados signos-símbolos, mas não apenas isto.

No trabalho de Sevcenko (2001) em que se apresentam as representações iconográficas que o autor reproduz à exaustão, três são as fases que se sucedem:

Primeiro, temos a emergência contínua e metódica, talvez até mesmo persistente que enchera os seus contemporâneos da mesma arrogância com que os participantes de uma montanha-russa vão se enchendo, à medida que parecem agigantar-se, alçando a si mesmos em patamares elevados - antes de chegarem ao ponto culminante da montanha-russa, de onde podem ver as pessoas qual formigas andando de um lado para o outro no parque, ou de onde podem ver também o parque e até a cidade: aí, na história o autor reconhece esta fase de agigantamentos quando está representada no período que vai, mais ou menos, do século XVI até meados do século XIX.

Temos várias formas imagéticas relacionadas. Também podemos, especificamente, relacionar, propriamente no contexto brasileiro, àquela segunda fase da montanha-russa e que é a que nos precipitamos de forma vertiginosa e perdemos as noções referenciais de tempo e espaço (das circunstâncias, inclusive da realidade latino-americana), de onde se interpreta que, embora se esteja passando por uma nova fase de desenvolvimento tecnológico, isto se dá de forma mais pela incorporação e a aplicação de novas teorias científicas para o domínio de novos potenciais energéticos, o que por certo ocorreu ao redor de 1870 com a chamada Revolução Científico-Tecnológica.

Desenvolveram-se, por aí, as aplicações da eletricidade com as primeiras usinas hidro e termoelétricas, o uso dos derivados do petróleo, que daria origem aos motores de combustão interna, e, portanto, aos veículos automotores, e são criadas as indústrias químicas de novas técnicas de

prospecção mineral, dos altos-fornos, das fundições, das usinas siderúrgicas e dos primeiros materiais plásticos, e surgem os transatlânticos, os carros, os caminhões, motocicletas, os trens expressos e os aviões, além de novos meios de comunicação, como o telégrafo com e sem fio, o rádio, o gramofone, a fotografia e o cinema. Nunca é demais lembrar que esse foi o momento no qual surgiram os parques de diversões e sua mais espetacular atração: a montanha-russa, claro (SEVCENKO, 2001, p. 15).

As fases que simbolizam estes vetores de modernização se sucedem sob o ritmo compassado de invenções. A Teoria da Evolução de Darwin, a substituição de energia a vapor por energia elétrica, e de carruagens por carros, a descoberta dos fundamentos biológicos da genética como Mendel, e ainda, a formulação da Tabela Periódica por Mendeleiev, as descobertas revolucionárias, cada uma a seu tempo e campo particular, de leis da termodinâmica por Philipp Watts e da eletrônica (PELÁEZ; SZMRECSÁNYI, 2006).

Pretendo respaldar a representação do problema desta tese tomando a primeira fase do esquema proposto por Sevcenko (2001), por construções teóricas que influenciaram na modernização latino-americana na segunda fase, quando países como o Brasil, Chile, Argentina e México já estavam sob a égide de uma modernização - o que específico na seção dos objetivos.

A terceira fase, a do *loop*, representaria o momento quando nos resignamos ao movimento de um maquinismo titânico, numa etapa que por assim dizer, representaria o atual período em que se registra um surto dramático de transformações, com a revolução microeletrônica.

Portanto, não temos um modelo normativo que leva a adotar uma estratégia prática baseada em três movimentos: primeiro, ao desprendermo-nos do ritmo das mudanças atuais estabelece-se um distanciamento, a partir do qual se pode articular um discernimento crítico. Em segundo lugar, deve-se recuperar o tempo da sociedade, o próprio tempo histórico para avaliar a escala, a natureza, a dinâmica e os efeitos da mudança e das mudanças em curso, chegando mesmo a determinar os beneficiários e a quem elas prejudicam (ou, a quem elas prejudicaram); em terceiro lugar, cabe derivar, a partir da crítica em perspectiva histórica, ponderando como a técnica pode ser colocada a serviço de valores humanos (SEVCENKO, 2001).

O Manual de Oslo (OCDE, 1992) passou a servir como marco conceitual deste ponto de vista, porque a inovação é concebida pelo comércio de um produto que sofreu uma modificação tecnológica importante. Este Manual serve para

pesquisas sobre inovação tecnológica na indústria e nele a fronteira entre inovação e difusão é muito tênue. Antes de prosseguirmos, fazemos finca-pé na discussão sobre a inclusão desta temática da inovação, mas agora formada em meio a um progresso tecnológico. Aquando da terceira fase, a do *loop*, para o autor que escreve, o modo que a sociedade tem para dialogar com estas transformações é a crítica (SEVCENKO, 2001).

O problema todo que leva-nos a indagar sobre o sentido das transformações é que a terceira fase, quando as tecnologias começam a alterar a vida das pessoas dado a profusão de instrumentos e aparelhos inventados com o fim da Segunda Guerra, depende cada vez mais de uma corrida armamentista, para que sejam desenvolvidos. Os radares, a propulsão a jato, novas famílias de plástico, polímeros e cadeias orgânicas, a energia nuclear e a cibernética foram feitos nessas condições. Num segundo momento, o problema de tais transformações que se centralizam nos Estados Unidos da América (EUA) está em que a reconstrução da Europa, o aumento dos investimentos diretos estrangeiros em regiões periféricas, como a África e a América Latina, o aumento do fluxo comercial patrocinado por tratados multilaterais¹⁷, foram todas opções que os países ocidentais estavam destinados a tratar com a potência, porém, o que jamais ocorreu a contento.

Por conseguinte, o crescimento das economias industriais no período do Pós-guerra, entre 1950 e 1973, foi de seis por cento ao ano para a produção industrial. Porém, as alterações mais significativas em termos de formação de uma nova institucionalidade tem se presenciado nas sociedades do norte, onde a economia tem migrado, tomando-se como base para isto o fato mais incrível: neste período, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial saltou de dois trilhões de dólares para oito trilhões, mas foram apenas alguns poucos países que contaram com outro dado importante, quer dizer, com a renda *per capita* em países como os EUA terem crescido a uma taxa de quatro por cento.

A maior mudança que estamos prestes a assistir desde a década de 1970 e que tem se consumado nos nossos dias é a mudança da base técnica da sociedade, rumo a uma sociedade da informação. Além da volatilidade do mercado, resultado da integração dos fluxos cambiais, ou melhor, da sua desregulamentação, bem como da alteração da escala planetária das ações empresariais, a organização dos

¹⁷ A crise que se avizinhava em nada se compara à anterior, mas piores em seus efeitos sociais.

negócios cognominou o termo globalização para a nova era em que as empresas estão face ao imponderável. Estas empresas podem multiplicar filiais, aproveitando a liberalização comercial para difundir-se e, dado o enorme poder de barganha, petiscar dentre os pontos de interesse do Estado - interessados que estão em receber novos investimentos, aqueles que lhe apeteça, oferecendo, para isto, canais nutritivos ao capital, como favores, isenções e garantias. Para Sevcenko (2001), isto é a demonstração de que as corporações multinacionais ganharam um poder de ação sobre os sistemas políticos: é quando o poder se extraterritorializa (BAUMAN, 2000)

O fim do mundo, ante o fato de se colocarem em questão não apenas o Estado, como o desenvolvimento das regiões periféricas, como se vê, é provocado por um contexto de abalos nos sindicatos, aumento da concentração de renda e uma atmosfera cultural em que os anteparos para a apreensão do mundo se reduzem ao mero individualismo antissocial.

Por um lado, estes eventos são entendidos como uma reestruturação produtiva que se alastra por todo o mundo, por outro, tem a ver com a perda de capacidade crítica com relação a seus critérios de juízo de valores, a falta de toda busca axial, fator de longa tradição no iberismo e que podemos especificar no olhar voltado para os centros capitalistas. Primeiro uma elite que se identificava com os modismos europeus, agora um grupo de potentados que se referenciam no padrão de consumo de Primeiro Mundo. O que está em jogo e precisa ser especificado é que a síndrome do *loop* “cai como uma benção” para os sócios deste mundo privatizado: “Nele está garantida toda a excitação da correria livrando-os ao mesmo tempo, da responsabilidade de conjeturar sobre as consequências atuais e futuras desencadeadas por esse paradoxal trem da alegria” (SEVCENKO, 2001, p. 21).

A formação de redes de firmas se encaixa bem ao panorama descrito de transformações, tal qual está representado nas pesquisas sobre a economia de redes, desde 1980. Todavia, as redes foram sendo utilizadas desde o início do século XX porque as firmas precisavam alcançar uma produção com economias de escala escopo para a produção artesanal.

Entre os melhores exemplos deste arranjo técnico-produtivo, estão as empresas familiares japonesas e italianas daquela época. Para fazer frente ao imenso escopo alcançado pela produção manufatureira de países que já buscavam

a organização fordista, temos nestes casos, a redução dos custos e a utilização de aparelhos que podiam ao seu modo, processar grande quantidade de matéria-prima em (SHIMA, 2006).

A caracterização deste mundo que passa por um imenso progresso técnico, porém, se encaixa melhor na representação de uma fase da história do capitalismo, na qual, quando se lança o olhar para a atual morfologia assumida pelas redes no mundo unificado e prestes a se integrar sob o signo da informação, novamente se percebe um tipo de cooperação, muito mais voltado para a troca de conteúdo informacional, em relação às redes de firmas do início do século XX e que, ao invés de reduzir custos operacionais, busca alcançar maiores níveis de inovação. Com efeito, a padronização já existia como um sintoma das redes no início do século XX. E, como tal, a forma de produção, que já se colocava nos moldes do fordismo, iniciará seu predomínio no ano de 1915, mas, enquanto técnica organizativa, a novidade da produção flexível, atualmente, de fato, se remete ao fenômeno das redes e que têm relevância para o processo de inovação desde aquela época, atualmente e configura num paradigma novo.

É a esta história que vamos recorrer, pois, sob muitos aspectos as redes são caracterizadas tendo como objetivo precípua fortalecer o arranjo cooperativo entre as firmas, em suas diversas competências, assim, como anteriormente, a busca por mercados se valia de uma configuração de estruturas industriais para atender um mercado maior (SHIMA, 2006). Esta crescente complexidade implicará, desde o menor rumor de mercados consumidores, novas formas de barreiras à entrada, em intensa mobilidade (do capital) e uma maior complexidade neste arranjo dos capitais. É típico destas firmas que se organizem a partir de estratégias globais, e não mais isoladamente, para atingir mercados nacionais: tornam-se, então, *global players*. Para o autor em que nos baseamos neste relato, as redes por promoverem a cumulatividade de conhecimentos e acesso ao aprendizado entre os agentes, tornam-se importantíssimas num sentido específico: “Um dos aspectos mais destacados no estudo da formação de redes de firmas é o tema da inovação. As redes são consideradas um elemento relevante para a aquisição, a exploração e o desenvolvimento de novas tecnologias” (SHIMA, 2006, p. 335).

Para autores como Britto (1999) e Shima (2006), as estruturas de redes são constituídas por quatro elementos: pontos, posições, elos e fluxos. Os pontos ou nós

são elementos primários que, a partir deles, se constitui a rede. Os pontos são integrados por meio da rede, em razão da qual se integram por causa de certa complementaridade. Assim, cada um dos pontos fornece à rede um ativo, que controla e/ou dispõe a partir do controle de certas atividades necessárias aos demais. Esta dinâmica dá à rede seu caráter de unidade, ao mesmo tempo em que define certos pontos como pertencentes a uma rede. Posições relacionam-se a uma suposta divisão de trabalho entre os pontos da rede (BRITTO, 1999; SHIMA, 2006). Os pontos têm, assim, o que se denomina de função-chave na rede. Por isto, dele dependem somenos os demais pontos da rede. Segundo Britto, refere-se à “[...] integração de capacidades operacionais e competências organizacionais dos agentes, bem como à compatibilização-integração de tecnologias incorporadas nos diferentes estágios das cadeias produtivas” (SHIMA, 2006, p. 336).

Segue-se daí que cada ponto redefine sua estratégia competitiva ao longo do tempo, porque está ali disposto como parte da rede em função do ambiente macro, e, em função das ligações com os demais pontos, tem que ser forte o bastante a fim de que toda a sua participação dentro da rede possa continuar a ser repensada em uma única direção, que é a manutenção de sua capacidade produtiva. Assim, ligações fortes significam interdependência forte, ou ainda: “Os elos ou *links* são os elementos que relacionam os diversos pontos entre si, em função da posição que cada um ocupa na rede” (SHIMA, 2006, p. 336).

Ocorre que, se as ligações se dão por meio de compra e venda, integração de diversas etapas produtivas, e intercâmbio de conhecimentos e competências para a pesquisa e desenvolvimento (P&D), os fluxos podem ser caracterizados por um conteúdo qualquer entre os pontos interligados, ou seja, o conteúdo das ligações, assim, os fluxos tangíveis, podem ser uma possibilidade desta ligação entre posições envolvendo transações em termos de volume e valor; e, os fluxos intangíveis, que irão corresponder ao conjunto de informações que circulam entre os pontos, são parte complementar do paradigma: surge, assim, o paradigma do informacionalismo como em Castel (2003), ou, de economia do conhecimento (REIS, 2006).

Por sua vez, a visão ortodoxa releva - pela existência do conceito específico de externalidade - determinada atividade, que, indiretamente afeta positiva ou negativamente, outros agentes. Visto que é escolhido o sistema *Code Division*

Multiplex Access (CDMA) então irá se viabilizar a expansão da demanda por parte dos agentes em função de externalidades de rede. Assim, por transitar por um único canal mais informações do que no sistema *Time Division Multiplex Access* (TDMA), há uma escolha de um sistema, o qual afetará a escolha de todos os demais agentes que queiram realizar algum tipo de comunicação móvel, porque necessariamente terão de direcionar suas decisões com base no sistema CDMA.

A visão neo-institucionalista traz à baila, além da noção de *path-dependent*, uma decisão dos empresários de ajustar a organização da estrutura produtiva com a finalidade de reduzir custos de transação. Sabe-se que os custos de transação surgem na passagem de um bem ou serviço por interfaces tecnologicamente distintas (PESSALI; FERNÁNDEZ, 2006).

A decisão de produzir internamente numa empresa petrolífera dos navios mercantes de que se utilizará, seria, portanto, um exemplo do ajuste que se dá conforme se tenha tomado a decisão de produzir internamente os fatores de produção de que necessita. Diante disso, a firma se insere sempre no mercado em que está configurado para ela, o mesmo dilema da petrolífera, entre comprar no mercado ou, produzir internamente, os fatores que necessita (*do or buy*).

Os evolucionários não têm a rede como elemento economicamente distintivo, apenas perceberam, segundo sua relevância, alguns elementos de seu comportamento. Conjugam, de forma dinâmica, as diversas competências para melhorar a capacidade inovativa e competitiva de uma empresa ou ramo industrial como um todo. A visão evolucionária delimita, de outro lado, o paradigma atual na medida em que está sendo absorvido por esta dinâmica: permitindo às empresas transnacionais (*etn's*), *join-ventures*, acordos para P&D, contratos para atuação por mercados compartilhados, subcontratação de empresas e contratos para atuação no mercado mundial com base em acordos entre fornecedores e grandes redes de comércio. Além da inovação e gestão da unidade por interações entre pontos da economia com base em inovação, dado o aprendizado em que se enfrontam os elementos da rede, e, dado as externalidades positivas, programas de pesquisa conjuntamente com os governos e acesso a novos recursos por meio de bancos e fortes laços com os agentes de mercado vemos que as redes podem promover um salto de qualidade que não se resume aos ganhos pecuniários que se destacam distintivamente em cada uma das visões.

Aliás, quando observamos que as redes se relacionavam muito menos que nos dias de hoje, quando se pensa em formas contratuais, dentro da visão evolucionária, o significado da rede está dado porque desde o seu surgimento, as redes funcionaram como mecanismos de concorrência no modelo de produção fordista que se renunciava, permitindo economias de escopo e acompanhamento dos sinais emitidos pelo mercado. De certo modo, já podia ser evocada neste tempo de mudança em regiões importantes, que, como comentado, não se limitavam aos EUA um aspecto central das redes. Isto quer dizer que, não apenas esta nação, mas porque as redes envolvem relações de parentesco e confiança entre países como Itália, que, segundo Shima (2006, p. 341):

Isto não significa dizer que a organização da produção em rede, nessa fase, tenha conseguido alcançar as altas escalas inerentes à produção fordista, mas sim que a rede, em função da distribuição de custos entre os seus pontos, conseguiu viabilizar economias de escopo.

Segundo o estudo de Shima (2006), a indústria têxtil do Distrito do Prato, na Itália, apesar de não ser exclusivamente fonte de inovação, mas uma forma apenas de inserir-se no mercado, viabilizando em princípio a produção artesanal, veio a ser a nova firma especializada para fazer frente ao aumento da pressão competitiva exercida pela produção em massa, senão que, levará com que vários membros da família, as quais se prestavam a uma produção de tecidos, associassem a um técnico com experiência para que, com a passagem dos anos, novos integrantes da família pudessem formar uma nova firma especializada em alguma fase do processo; processo este que por algum motivo era deficiente para acompanhar a moda.

As oficinas estavam organizadas em unidades com capacidade para adaptação à moda, com o passar do tempo, na medida em que eram especializadas. Assim, em várias fases da produção a especialização requerida, desde a reorganização das grandes plantas integradas em oficinas de alta sofisticação, que esta região da Itália tratava de incorporar novas oficinas a pequenas firmas, tendo como mecanismos de ligação os elos de uma rede - pelo menos foi o que ocorreu com maior intensidade após a crise de 1930.

Algo que se tornou paradigma no mundo da economia moderna foram os ganhos de escala, a especialização da classe laboriosa, as economias de

externalidade, o desperdício de materiais, a rigidez de processos, o elevado consumo de energia, enfim, um modelo baseado na exaustão dos recursos naturais. Depois disso, expandia-se assim uma rede com outras pequenas oficinas que empregavam até 30 (trinta) pessoas. Isso era conseguido pelo arrendamento dos equipamentos da fábrica em crise, ao que se fazia uma proposta aos trabalhadores para trabalharem como subcontratados.

Nos anos 1950, surgiria a figura do *Impannatore*, que tinha como função organizar uma pequena oficina dentro de um esquema de federações autônomas, capazes de atender a moda: organizava a compra de matérias-primas, coordenava a rede de forma a produzir por encomenda, e trazia os produtos ao mercado (SHIMA, 2006).

O seu sucesso se deu na medida em que deixou de ser o encabeçamento dessa confederação e passou a coordenar essas atribuições, tendo passado a ser o estilista responsável pela formação da moda e a introduzir na rede a prática da inovação, com pesquisas de novos materiais e processos produtivos (SHIMA, 2006; PIORE; SABEL, 1984).

Um processo de *learning by interacting* e de *learning by using*¹⁸ se desencadeou, quando a experiência dos operadores de máquinas e a integração dessa rede coordenada pelo *Impannatore* viram-se diante da necessidade de realizar tais adaptações em virtude da hábil arte de confeccionar as roupas, as quais reproduziram nas máquinas, que passaram a receber as inovações tecnológicas por meio destas hábeis adaptações que clamavam os seus consumidores. No início da década de 1970, novas máquinas substituíam as antigas, segundo dados de Piore e Sabel (1984), cerca de treze mil teares mecânicos. O caso do Japão se refere ao surgimento dos conglomerados *Zaibatsu*. Sua organização acompanhou toda a economia japonesa, que consiste em redes de firmas. Antigo, porque, segundo nos contam os autores, decorre de uma necessidade de enfrentar com poucos recursos, a produção em massa. O seu início ocorre no alvorecer do século XIX, com o surgimento da grande indústria e a investida da maquinaria.

¹⁸ Estes são dois elementos da formação do aprendizado tecnológico reunidos na teoria do evolucionário, mormente, considerado *schumpeteriano*. O aprendizado tecnológico é a principal forma de difusão da tecnologia no mundo contemporâneo. Além destes elementos, temos a inversão tecnológica, teorizada pela CEPAL nos anos 50 e 60 e também a teoria da cultura da inovação, em que se destaca a transferência de tecnologia (REIS, 2006).

CAPÍTULO 2

O SENTIDO DA INOVAÇÃO NA MODERNIDADE

2.1 INTRODUÇÃO

A descrição da História Moderna está estreitamente relacionada ao problema da formação social que a Sociologia pode ter tomado como ponto de partida da sua teoria. Sempre a forma de aparição do “novo” na história está pautando uma narrativa, que é por si só, uma forma de cultura. Procura-se este vínculo normativo, que, por um lado faz da Sociologia porta de entrada para as teses da modernidade, como o Estado e a ação burocrática com respeito afim, ou ainda, a racionalidade e a difusão de teorias científicas, além dos demais campos de recepção de ideias de justiça ou estética, e, de outro lado, o problema da modernização social em voga desde o século XIX.

A Sociologia responde ao problema da formação social moderna em questões colocadas por si mesma, pela mente do século XIX, atrelando às suas explicações um campo de problemas em que uma série de questões são respondidas por meio de conceitos formados, justamente para explicar as feições empíricas assumidas por suas instituições. Temos diante de nós, com o edifício teórico da Sociologia uma forma represada de normas que estariam prestes a serem utilizadas como esteio de uma visão holística sobre as sociedades que vieram primeiro a serem transformadas com o capitalismo da Revolução Gloriosa de 1689.

O intento deste capítulo é vincular as formas de aparição da ideia de novo ao problema prático da inovação, além de historicizar as categorias de que nos utilizamos. Gerados conjuntamente, a modernidade pode significar tanto o triunfo do racionalismo com o Século das Luzes, o século XVIII, de uma busca axial por valores perdidos ao longo de sua história, mas que, por um esforço da civilização ocidental e na medida em que suas teorias ganham terreno, simbolizam uma época em que a modernidade está prenhe de realizações, como a república e a democracia, dentre outros achados históricos que inauguram uma época em que a ideia do “novo” supera em seu racionalismo, todo o mundo antigo.

Pode ser um mote para vasculhar estas teorias na busca de uma valorização dos problemas encerrados neste tempo histórico. No entanto, não à forma desta liberalidade, seu lastro histórico em John Locke (1973), quando o Estado Moderno já se formou, mas verificar o quanto estas teorias respondem pouco a uma pesquisa sistemática, e o quanto precisamos aprofundar no estudo da contemporaneidade, quando o problema fundamental da modernidade tornou a apresentar-se sob a forma da crise civilizatória.

Neste capítulo, buscamos apresentar as duas faces do problema. Primeiro, a obra de Harvey e a ideia de empreedimentismo, ou ainda a face sombria da destruição criativa, quando a pesquisa do diagnóstico da crise da modernidade se assemelha muito ao problema destacado por Schumpeter (1961). Isto está representado na sua obra relatada neste trabalho, a partir do momento em que a cultura da inovação passou a ser um importante signo deste período, que alguns atestam como uma crise de longa duração. A história tem se desenvolvido até atingir níveis cada vez mais evoluídos em todas as áreas, como no nível político, econômico, cultural e social. O desenvolvimento integral parece ser contido em um leito, qual a maneira de um rio, quando o progresso da tecno-ciência está sendo compelido pela sua força à um estilo bem aquém de suas possibilidades históricas, quando se dá a oportunidade para que a política venha a regular o progresso do capitalismo. Isto é, para Harvey (1992), a crise civilizatória redundou em um mundo em que as principais consequências seriam catapultadas a um constante problema, a uma espécie de problema mundial que terá sucessivamente, em distintos momentos de resolução prática, mas ainda em bases nacionais, a tentativa mil vezes esgarçada de lidar com problemas que são globais, numa escala diversa, ou seja, no plano nacional e local. Intentaremos mostrar, por meio da contribuição de Harvey (1992), que a relação entre inovação e modernidade se completa com o próprio desenvolvimento do capitalismo.

Contudo, por que a modernidade constantemente se desdobra em experiências bastante representativas, se ainda temos a obra de Agnes Heller para entender e aprofundar o sentido da atual transformação?

Ora, as categorias de dominação racional incluem monarquia-hereditária e carismáticos. Vale dizer presidente plebiscitário, ou ainda, governo de gabinete e partidos – em caso de ministérios de partidos. Segundo Weber (2004, p. 144): “O

tipo mais puro de dominação legal é aquele que se exerce por meio de um quadro administrativo burocrático”. Daí, a equiparação entre Estado Moderno e burocracia na sua obra clássica.

A relação entre o projeto da modernidade e a burocracia no âmbito das teses sobre a sociedade capitalista moderna, entendendo que, essa parte da sua obra tem em consideração o fato de que as estruturas sociais que mantêm em funcionamento à ordem social, reconhecidamente impressas na forma de uma burocracia, sendo esta entendida sob uma ótica de estruturas fundantes, históricas e institucionais, colocam-nos na posição de introduzir pelo viés filosófico a influência que isto terá durante o período em que o Estado se torna presente na vida social como organizador da sociedade. Aqui, poderíamos nos estender sobre a forma deste Estado, que, em geral é laico, configurando desta forma, a influência que conhecemos, e que se remete propriamente à obra do liberalismo. Não obstante, isso está expresso no que Harvey (1992) denomina de secularização, já que anteriormente, as sociedades europeias, nas quais de forma primagecial, o poder republicano aparece. Este demora a se tornar propriamente independente, nas suas funções do poder clerical, determinando o sentido do “ser moderno” (HARVEY, 1992).

Será a época moderna entendida não apenas como uma era em que a razão assume a dianteira na formulação das teses morais e a regulação social através deste Estado, senão, que a partir dos paradigmas científico-filosóficos, pelo menos desde o Século das Luzes, aprofundando-se com a Revolução Francesa¹⁹, a subjetividade ganha espaço num processo de individuação em que o Estado passa a ser o catalisador das novas aspirações. Neste sentido, certamente poderíamos descender da obra de Max Weber (2004) as linhas de uma necessidade de autocertificação da razão. Aqui, tendo sido colocada ante a sociedade ocidental, tal Estado, enquanto estrutura racional-legal poderá dispor de um poder que tornarão planos e metas sociais factíveis de serem atingidas pela organização burocrática do poder em que sua estrutura está marcada por uma racionalidade com respeitos afins (HABERMAS, 2002).

¹⁹ A Revolução Francesa é o grande evento que marca a fase que se estende até o século XIX, e pode ser considerado como a sua fase inicial. Como evento político traz a figura de Napoleão e simboliza do ponto de vista civilizatório, o mundo que deveio (SPENGLER, 2014, p. 36).

Na obra de Heller (1998), o problema é o mesmo: se o burocrata estará por esta via de dominação reproduzindo um mote da burocracia, o de dominar racionalmente para sua função de comandar o corpo social quer seja do conhecimento técnico especializado necessário à condução do Estado, quer seja de forma contumaz, no controle dado pelas informações advindas do caráter exclusivista do cargo, parece-nos notável o fato de que este poder sofra contrapontos pela ação dos políticos em não serem controlados, eles mesmos, por políticas públicas ou pela ação previsível do aparato racional-legal do Estado: pretendem se tornar aptos a agir independentemente do Estado. Ademais, como vimos sua influência (da moderna burocracia weberiana) numa história de constante responsabilização do poder público, e, agora, da necessária *accountability*, não se dá sem o problema que estamos por tratar, que aparece, em sua forma original, vinculado a uma lógica da lei escrita (norma), aplicada por uma certa transparência democrática.

As leis, na medida em que o processo político de tomada de posição do poder público insere a norma procedimental (o processo legiferante), constantemente, pelo procedimento do voto periódico, se refaz ao longo do processo, mas certamente retira daí sua legitimidade. Porém, a questão que nos envolve aqui, ainda por ser tratada, mas desde já da qual nos acercamos, é referente às relações entre a lei escrita e a norma.

2.2 INTRODUÇÃO À OBRA DE DAVID HARVEY

Deve-se entender a realidade do capitalismo atual a partir de categorias novas? A pergunta se justificava, por várias razões, desde quando na década de 1970, os teóricos sociais, trabalhavam e testavam suas teorias. A rigor, se, a causação dos fenômenos de acumulação alteraram-se com o fato das finanças terem sido lançadas (catapultadas, dado seu nítido aspecto fictício), (se) no caso em que estiveram reguladas no ciclo pós-guerra, atualmente, no entanto, desprenderam-se do setor real, oferecendo prêmio pela liquidez para ativos não tão líquidos. Assim como o dinheiro-papel (os derivativos) - talvez somente o poder da alta finança tenha ficado claro a todos, estaria naturalmente, a ser teorizado. No

entanto, isto passou a papel de primeira grandeza, o que alterava os dados teóricos, ou seja, ficávamos sem ser teorizada a transição. E mais, não podíamos citar especificamente o seu desígnio, sua função de gerência de um novo tipo de capitalismo. Haveria que, terminologicamente estruturada a forma de sua relativa eficácia, em fazer com que o capital se assenhoreie através do financismo desenfreado dentro das grandes cidades, o que outrora foi um problema de política do Estado religar o poder das finanças, sobre uma base real.²⁰

Segundo Schumpeter (1982, p. 155),

[...] os períodos históricos de maiores flutuações monetárias foram seguidos às guerras Napoleônicas, a descoberta do ouro nos Estados Unidos e a crise de 1873, em que as curvas deflacionárias não suavizaram o grande declínio das ondas monetárias; a deflação é a influência que o capital usurário, usualmente teve até aqui nas políticas econômicas, em que as flutuações dos preços para baixo move a depressão como um ajuste que levará, com uma função até então nova do Estado, desde a década de 30 e seguindo-se à depressão, em retirar o capital produtivo gerado pelo trabalho, para valorização em canais sociais, culturais e políticos de valorização.

O que Harvey (1992) tornou notável foi a forma de valorização do capital produtivo devendo estar sendo direcionada para canais esporadicamente relacionados somenos ao fator real da economia, o território. Os capitalistas passam a dividir espaço com novos investidores, ou secundarizados pela ação empreendedora que busca o seu lugar na economia, e para isto, deve-se ter atenção, não menos cuidadosa para entender a função do inovador, ou no mínimo, a forma de aparição de categorias novas de valorização no território.

A atual forma de valorização do capital-fictício se alterou, justamente segundo o lastro desta interpretação, que somente pode entender as crises como as em que há superprodução (crises no território), diferentemente de Schumpeter (1982), que acreditava em crises além de superprodução, crises de demanda, mas jamais monetárias, em última instância.

Os vetores da grande transformação atualmente, no entanto, diferem do modelo de escala. Procura por mercados novos, baseado no modelo carbono de recurso, na atividade fabril horizontal. Houve, por outro lado, contra a

²⁰ Aqui a noção de modernidade e revolução em um tipo de racionalidade deve dar lugar ao termo de uma repensar as reflexões tidas como modernas, proféticas em sua modernidade. Fora da teorização econômica, no entanto, tais elocubrações jamais encontraram vida fora das teorias críticas surgidas no decorrer dos séculos que se cristalizaram a modernidade.

desconcentração da economia, uma localização muito mais importante que seriamente desloca a produção dos antigos centros para novas modalidades de economia em que ocorreram ocupações próprias, seguindo somente os principais pontos. Harvey (1992) pode destacar a região da Terceira Itália, Indonésia, e os diversos laboratórios das empresas de alta tecnologia no Silício, Alto Vale na Califórnia, também chamado de *Palo Alto Silicon Valley*, são eles: antiga concentração do capital em indústria capitaneadas, por empresas, de *trusts*, divididas em estilos de grupos de capitais abertos, porém, ainda produtivas, e empresas de alta rotatividade e subcontratadas. Em oposição a estas, grupos trustificados transnacionais de capital financeiro autônomos com poder de comando e veto. Em segundo lugar, grande dispersão da produção intra-firma e foco em gerência produtiva, cede lugar a uma dispersão geográfica em cadeias globais de produtividade e excelência, levando a perda do poder operário. Constituindo-se num centro, o *locus* de emprego em tempo integral, condição permanente, se dá com uma periferia com dois subgrupos distintos (HARVEY, 1992).

O desenvolvimento de organizações para controle de negociações coletivas cedendo espaço para o que se pode denominar de novo trabalhismo, certos setores com dependência de organizações derivadas de baixo poder de fogo para sindicalização e negociação coletiva, faz parte, evidentemente, dos centros avançados.

Em quarto lugar, estreita articulação entre uma economia tradicional, dividida espacialmente no território, mas lembrada culturalmente por políticas que provêm o respaldo da sua produção, e isto é de grande interesse, está ocupando o lugar e aparecendo como ponta de lança do projeto de governos que passaram por mutações gerenciais, ao que se pode agregar a força das economias de nicho (HARVEY, 1992).

Estes *locus* de economias, antes que se tornassem parte de uma geografia histórica das chamadas cidades pós-modernas, ao que se vinculava ao poderio imperial dos grandes industriais e dos gigantes como *Vanderbilt*, *Rockefeller*, *Morgan Stanley*, e não menos importante, a Indústria Petroquímica, que fizeram o capitalismo do século XX, estão sendo agregados à exploração de cidades, formas de produção, voltadas para esta exploração de cidades, e, em segundo lugar, o rápido crescimento de economias negras ou informais (HARVEY, 1992).

Outros fatores podem ser destacados como a tal transformação do setor tecno-gerencial em forças motrizes locais de crescente inovação, com a escala industrial e o atendimento a um grande mercado, que, por seu turno, cede espaço a criação de poder de manufatura para produtos em baixo preço e menores unidades. (HARVEY, 1992)²¹.

Como marco histórico inicial, um pouco por influência de autores da Sociologia, o debate sobre a ação pública pró-desenvolvimento depende de que o canal entre o que se chama de grande economia e o Estado. A Economia, enquanto dimensão social da prática laboral, devendo ser entendida em sua nova relação com o Estado, entendido como anteparo destas relações frente às demais sociedades, deve estar nitidamente dentro do escopo da contemporaneidade social, pois sua historicização serve para entendimentos prévios sobre tais meios, *conditiosinequa non* para reestabelecer o tecido social.

Não bastaria percorrer o sentido, por exemplo, da ideologia da chamada globalização, capitaneada pelos mercados. Se estes elementos do pano de fundo do debate sobre o mundo contemporâneo, que formam a chamada Condição Pós-Moderna, e que dentre as várias razões apontadas se destaca a compressão do tempo-espaço, consistem em fatores que promovem a base estrutural para fazer frente à concorrência internacional, mas também, permite o reestabelecimento de taxas de lucratividade interna, isto se deve a esta necessidade de reduzir o nível de endividamento externo da economia, ao mesmo tempo em que um novo sistema econômico pode ser reorganizado, sendo este o centro da análise contemporânea sobre o território.

O capitalismo não teria se desorganizado, sabidamente, depois do período de recessão inaugurado pela crise do petróleo, em 1973, e novamente, em 1979. Antes, o que ocorreu supostamente, parece ter sido (ou, foi o que ocorreu) a sua organização mundial dispersa geograficamente e interiorizada em locais que se tornaram mesmo a mola-mestra de seus Estados, com flexibilidade dos contratos de

²¹ Para a formação de uma economia que explora nichos de mercados específicos, Ver Harvey: op cit. p. 148, para a formação de uma economia móvel, conquanto se tem a produção por escopo e economias de foco, como teorizado como teóricos do pós-industrialismo, deve-se ter em mente trabalho de autores da terceira Revolução Industrial, que se apoia na flexibilidade do processo de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, gerando variedade de produtos, inovação, etc.

trabalho e do mercado de trabalhadores e dos padrões de consumo, por doses muito grandes de inovações. (HARVEY, 1992).

A tese de Harvey (1992), segundo a qual vem ocorrendo uma mudança cultural, ou como o mesmo autor dá ênfase a uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas. Não seriam meramente temas candentes de um debate em quaisquer partes do mundo em transformação, pelo que o capitalismo vivencia comumente.

Então, a contribuição sobre o que Harvey (1992) busca entender a rigor nas novas maneiras pelas quais experimentamos o tempo e o espaço, e isto porque emergiram junto dos processos do capitalismo flexível na transição do fordismo para o regime de acumulação flexível, um conteúdo novo para as práticas espaço-temporais será a modernidade. Neste sentido, estamos interessados na obra de Harvey (1992), uma das mais completas do gênero - porque busco entender qual a importância do conceito de inovação na modernidade, dado que em suas análises esteve preocupado em denominar de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo a principal forma de reestruturação das técnicas produtivas. Assim, ainda que tenham sido concebidas no modelo *Toyotista* e adotadas em todo o mundo dentro de uma organização do capitalismo, as diferenças do antigo modelo para o novo são importantes como um todo.

Os vetores da grande transformação, atualmente, diferem do modelo de escala. A argumentação retomada, aqui, se refere a pontos tratados, segundo este autor em *The limits of capital*. Nesta obra, em que Harvey disserta sobre pontos da obra de Marx e Engels (2007), reconsiderando-os, estão alinhavadas as três características básicas do capitalismo: o capitalismo é orientado para o crescimento; o crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção; e o capitalismo é por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico (HARVEY, 1992).

Salienta-se que estamos tratando em termos precisos de uma ordenação espaço-temporal de grande monta. Segundo o autor, o fato de ter deparado com o termo pós-modernismo (e reagido da mesma forma) ao estar ante as formas culturais que vinculavam o mundo contemporâneo a alguma vertente filosófica, como o pós-estruturalismo, ou ainda com o arsenal de novas ideias, como o pós-industrialismo, indica que as diferenças são muitas para conceituar esta ordenação e

sua relação com a cultura, mas pelo que já foi adiantado, vemos que o pós-modernismo coloca em jogo tudo isto. Assim, para nós, dentre as características do novo ambiente de negócios da modernidade e que são muito importantes, devendo ser estudados pela importância crescente que aí ocupa a inovação como estratégia de mercado, será determinada pela referência dada na obra de Harvey (1992), e que, por si só, precisa ser tematizado, que está dado pelo vínculo desta espacialização em sua relação com uma “[...] impressão crescente de uma poderosa configuração de novos sentimentos e pensamentos” (HARVEY, 1992, p. 45).

Com isto, estamos estabelecendo que a via dessa espacialização a qual nos fez referirmos ao capitalismo como um todo, vale dizer, como modo de produção, por se remeter até uma nova definição de padrões de crítica social e prática política depois de 1972, tendo seus vínculos reais dentro de parâmetros de crítica cultural, política e intelectual, onde a inovação deve ocupar o *locus* de transformação nas novas regiões que emergiram na esteira do avanço das formas de capitalismo flexível, restando trilhar este caminho da explicação.

A maior diferença entre os dias que correm dos anos que se seguiram ao pós-guerra não terá sido a compressão do tempo-espço? Toda a interpretação de Harvey (1992) gira em torno desta indagação e antes de discorrer sobre uma suposta aceleração do tempo, de amplas consequências sobre a organização espacial, que antes, reservava à fábrica o controle do tempo como tempo médio socialmente necessário para produção de mercadorias, deverá ser notado que ao especificarmos a importância da inovação, estamos pondo em relevo que inovações técnicas se inserem como fatores redutores de barreiras organizacionais, “[...] que vão fazer com que a produção que põe fim à rigidez nas habilidades, além do capital fixo, que precisa ser constantemente amortizado se eleve ambos, a princípios e diretrizes da produção *just-in-time*” (HARVEY, 1992, p. 210).²²

O livro que Harvey (1992) coloca como início de sua análise, prestes por indicar os nexos desta relação entre a espacialização do capitalismo e as transformações culturais, é um relato realmente personalizado, relacionado à vida de Londres, por meio de uma estética cultural pressagiando o pós-modernismo

²² O fato de tal transformação envolver todos os processos reais, mediados pela técnica, condiz com o que Schumpeter (1982) diria da destruição criativa, pois as transformações econômicas da revolução microeletrônica envolvem sistemas de reposição, comércio internacional e sistema financeiro, permitindo a univocidade no entendimento deste ponto sabidamente controverso.

(RABAN, 1974). A pergunta central sobre o tema da inovação é a de empreendimentismo vinculada ao capital, em que devemos entender em que a inovação consiste para o sistema da economia por causa de uma relação capitalista com a destruição criativa. Seria este o atual triunfalismo do capital?

Ora, se a cidade altera seu ritmo compassado por um intenso fluxo de mercadorias, e nela os trabalhadores não têm habilidades para utilizarem sempre da mesma forma, antes é a adaptabilidade que se torna vital ao desenvolvimento capitalista. Então, ao invés de utilizar-se de suas habilidades, pode-se falar mais adequadamente em competências para utilização de conhecimento; para o trabalho em equipe. Enfim, para uma série de atividades que no máximo deverão fazer com que os trabalhadores possam apenas esperar por um surto, senão muitos, de desabilitação e reabilitação no curso da vida. A seguir, discorreremos sobre a modernidade capitalista e sua aceleração de ritmos e processos econômicos, fatores que resultam da queda do modelo fordista-keneynsiano, com base em Harvey (1992).

Ao que parece para o autor, num intenso diálogo com a economia institucionalista, a destruição criativa foi um processo bastante utilizado numa época de transição do capitalismo fordista para a acumulação flexível, pois se baseia na destruição forçada de ativos, antigos. Assim, configurada a superacumulação como um fenômeno recorrente, existe uma desvalorização de mercadorias, de capacidade produtiva e do valor do dinheiro, associadas à destruição direta. Mas, também, a força de trabalho pode ser desvalorizada junto das falências massivas, desvalorizações significativas e brutais. Nesta época de crise, reconhecidamente após a década de 1970, o capital responde, no contexto a seguir, pelo menos desde 1972, segundo Harvey (1992), com a elevação destes momentos que são elementos da taxa de lucratividade, a saber: o domínio do tempo de trabalho, as lutas dos proprietários do trabalho, mas, sobretudo pela diminuição (redução do tempo de rotação do capital).

Quadro 1 – Processo de Circulação do Capital

D-M-D - o que envolve o tempo de produção e o tempo de circulação do capital, ou uma somatória de ambos) dos tempos de giro.

Em que: D....M....D - D..../MPD

_D....\FT D.

D - dinheiro/M - mercadoria/ D capital.

D - dinheiro/ M - mercadoria/ D - K/MP- meios de produção/ FT - força de trabalho.

K – capital.

Fonte: O autor (2014).

Nota: Adaptado da obra de Marx (1994).

Quando Raban (1974) fez seu relato em um livro que Harvey considera interessante para confirmar o relato como marco histórico inicial sobre a condição pós-moderna, portanto, uma dentre as muitas relações que o termo poderia ter com a sociedade atual, fez com que jamais deixasse de ter em conta que, nesta obra, mais que uma manifestação anti-moderna, haveria um presságio – detectado pelo próprio Harvey – da vida urbana, por causa de certa maneira de tratar os problemas, dados como eram tratados nos círculos populares e acadêmicos. Termos como *gentrification* (surgimento de uma camada social média) e *yuppies*, enquanto jovens profissionais urbanos passam a ser tidos como descrições comuns da vida urbana. Harvey explicita o nexos, não necessariamente férreo, entre formas de experiência mutante, entre a vivência prática do tempo e do espaço e, subsequentemente, propõe que esta “[...] ascensão de formas culturais pós-modernas [...] [está relacionada aos] [...] modos mais flexíveis de acumulação de capital e uma compressão do tempo-espaço” (HARVEY, 1992, p. 288).

Inicialmente, Harvey procura entender a razão pela qual tenha corrido tantos anos, desde quando escritos críticos surgiram, tratando de cidades e temas urbanos, detendo-se, por exemplo, em problemas de grandes urbanizações depois de intensa modernização nos EUA. Se pensarmos em livros como *A Morte e Vida de Grandes Cidades*, de Jane Jacobs (2007), o autor considera que descrições vibrantes surgem, então, “[...] que demonstram aspectos vibrantes e tons coloridos em situações que outros autores somente viam dentro de prismas quadrados e tons de cinza” (HARVEY, 1992, p. 15).

Porém, segundo o relato de Harvey, durante os anos que se seguiram à publicação de *Soft City*, enquanto era escrito por Raban, trouxera uma novidade, pois, algo chamado 'pós-modernismo' emergiu de sua crisálida do antimoderno para estabelecer-se por si mesmo como estética cultural (HARVEY, 1992). Uma denúncia de uma cidade como Londres estar sendo vitimada por sistemas racionalizados e automatizados de consumo e produção seria o cerne do livro de Raban (1974). Porém, o que na prática era um libelo contra o desenvolvimento do capitalismo e sua epopeia do progresso, em se tratando de uma cidade como Londres, acabou por se tornar uma tendência de algo presente de forma aguda naquela altura, e que era não propriamente uma denúncia de uma nova forma de exploração do trabalhador, mas sim do consumidor, em que o capitalismo elevava a sua produção fabril ao mundo dos empórios, distantes da determinação produtiva, operando por símbolos e imagens (HARVEY, 1992).

Uma cidade enciclopédia ou empório de estilos, esta era a tônica de seu livro, segundo, informa-nos Harvey (1992). Isto deve ser medido pelo grau de desorientação a que Bauman (2001) já fizera seu relato com a costumeira verve, indicando, junto de Raban (1974), o que servia a uma dissolução das hierarquias e até da homogeneidade de valores em vias de dissolução.

O livro de Raban (1974) seria, então, bem recebido nesta época, por este ser considerado, ainda naquele tempo, uma descrição de um jovem profissional que chega a uma cidade como Londres. Entre o mundo como fábula e o mundo como representação, temos o mundo em que os *philosophes* tratam como o fim da história sob a aparência de uma dominação global (a chamada filosofia pós-estruturalista é ricamente condensada destas elocubrações). No entanto, o *pathos* que explicita-se neste movimento histórico, heurístico e real, é uma percepção de indivíduos que criaram máquinas e fizeram historicamente a ordenação da casa (gaia), mas que estão sendo repelidos pelas máquinas-impressoras, as máquinas industriais e as cibernéticas, pois, o *pathos* é a experiência da realidade, mas os indivíduos apenas têm sofrido as consequências da modernidade em Bauman (2000). Neste ponto, Harvey (1992) condiz com o esquema do estranhamento (*entfremdung*) que analisa o espelho da mercadoria como um terreno de contradições aparentemente insolúveis para o sujeito.

Ora, aquilo que Raban (1974) teria feito é uma tentativa de louvar o individualismo subjetivo, lado a lado uma rara enunciação de um debate que fora empurrado ao subterrâneo da cidade pela retórica coletivista. Aqui, o importante é notar que a cidade deveria dar o quanto de liberdade fosse necessário para cada um se tornar aquilo que realmente queria fazer de si mesmo.

A cidade seria ocidental porque não era dada à mera disposição das pessoas, uma realidade matematizada (ao contrário do que se poderia imaginar pela pena da teoria social). A cidade era mais parecida com uma linguagem teatral, uma série de palcos que, segundo Raban (1974) e de acordo com Harvey (1992), os indivíduos poderiam operar nos seus afazeres uma magia distintiva, enquanto respondiam a uma multiplicidade de papéis. Este berro altissonante é mais que uma mera descrição num relato de um jovem homem profissional. Contrapõe-se ao temor de que as cidades estivessem sendo devoradas pelo totalitarismo dos planejadores, dos burocratas e elites corporativas.

O aspecto relevante da obra de Harvey (1992) é notar urgentemente que ressoara o momento pós-moderno em *Soft City*, de Jonathan Raban (1974). Havia algo assim mesmo por ser notado em meio aos disfarces fantásticos encenados (em muito por meio do modo como o empreendimento foi reduzido a uma tarefa de produzir fantasias e códigos sociais de *status*) em Londres, como em qualquer outra cidade, o que Raban (1974) denomina de imperialismo do gosto. Não se queria, assim, determinar um meandro dentre outros possíveis em que se pode atestar da Londres de *Soft City* - escrita por Jonathan Raban (1974) por meio de uma cidade comum, na qual, se pode apontar que algumas mudanças sugeridas têm relação com o que recebe o nome pós-moderno.

A cidade é um complexo de complexos. De forma que não existem fora de si mesmas - labirinto, enciclopédia, empório, teatro, a cidade é lugar em que se juntam (se fundem), a imaginação e o factual, ou têm *de* se fundir. O anelo principal do que vivencia a cidade, dentro de Londres, que foi pintada por Raban, como: “[...] um livro de rabiscos de um maníaco, cheio de itens coloridos sem nenhuma relação entre si, nenhum esquema determinante, racional ou econômico [...]”; equipara-se, então ao individualismo (HARVEY, 1992, p. 17).

Como procuramos saber nesta pesquisa, a identidade se torna peça a ser encenada, antes que a cidade possa se tornar dura. Então, a sua identidade se

revela como a cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, tão real quanto a cidade das estatísticas.

O que é uma cidade para Raban (1974), é uma questão que pode ser arguida, como se fosse direcionada a cada um, assim como o que nela receberia o cognome de pós-moderno, ou seja, sua conotação adveio de padrões sempre derivados de uma forma bastante comum de inovação, o indivíduo social. A resposta a estes tipos de indagações são importantes noutro sentido e o qual convém especificar, isto é, quando se aponta, em meio às modas da cidade, que o estilo arquitetônico e sua mudança melhor seriam aproximados das preocupações da alta cultura e da vida diária, através da produção da forma construída, temos um problema relacionado ao capitalismo.

Para Harvey (1992), o problema é que o texto fora bem recebido por causa das máscaras da cidade, encorajadas pelo perigo do assassinato, da violência, quando todo o empreendimento se tornou uma moda; e aquilo que se chama de "novo" no capitalismo, apenas fornecia mais um elemento desta gramática da cidade. Ora, quando se sabe que Londres é uma cidade que se organiza com máscaras, sob o risco do assassinio absoluto, o fato a que nos referimos aqui, ou o ato de situar o que seja uma inovação aí ainda que seja potencialmente um valor considerado importante, não será mais que uma mixórdia: fantasias e disfarces ganham cor e tela para pintar, e cada pessoa diz ser o que a cidade é.

Dizemos instalar-se o problema da pós-modernidade mesmo em textos como o de Raban (1974), por problemas intrínsecos da modernidade, porque na sua tensão constituinte, o cânone da modernidade, como sendo metade transitória, fugidia, fortuita, metade eterna e imutável (HABERMAS, 2002). Não se pode querer estabelecer o novo sem negar o velho, como bem sabiam as vanguardas do século XX. Mas, o que vemos ser retesado como uma noção válida de pós-modernismo tem relação com um contexto de relação com o "novo", que agora colocou a última moda em tensão com o modernismo, insinuando um valor absoluto que a modernidade detinha para manifestações *pueris*.

O projeto filosófico da modernidade tinha sua *raison d'être* numa constituição inequívoca do projeto político das classes modernizantes, sempre que modernização e modernidade retroagiam sobre o quadro político da industrialização. Isto levará a uma divisiva em relação ao homem antigo e medieval: a dominação, a força, a

violência e o sadismo eram valores não reconhecidos, mas sim a universalização do racionalismo, as leis científicas, os valores morais universais e as leis universais, além da autonomia interna da arte, que serviram para este projeto se tornar hegemônico como um moderno sistema filosófico - com as suas leis internas. Desde que a modernidade se tornou um elemento importante, o cientificismo determinava o padrão de conduta de uma sociedade que instalara não menos que uma regra: a de uma vida bem vivida.

Adorno e Horkheimer citados por Harvey (1992), em *A Dialética do Esclarecimento*, retrata que este projeto era machista turvo, imaginário que buscava-se, realizado ou não, por meio da certeza de que todas as questões seriam resolvidas pela razão, na medida em que suas faculdades estivessem determinando as regras da moral, do direito, da filosofia e da teologia. Tanto o hitlerismo, como as sombras que vinham do leste se assenhorearam de um projeto ulterior, já deveras adiantado, mas que poucos nutriam esperança de que pudesse levar ao fim pressuposto, imperando uma descrença nas finalidades desta busca axial (de uma ciência neutra). Se por um lado isto levou a um dênodo engano quanto a possibilidade do projeto da modernidade, nas regiões mais inóspitas ao ideal do universalismo, já que o nazi-fascismo impunha regras de comando político centralizado, inclusive com relação aos juizes, absolutamente submissos ao hitlerismo, isto não deixou de gerar uma cultura, a cultura da tragédia em vista da modernidade, que soava como uma *kulturkritik*, para autores como Goerg Simmel (2012).

O niilismo ver-se-á neste ímpeto - de que Nietzsche (1999) fizera seu próprio elemento dionisíaco, o mais importante, demoradamente influente sobre a cultura do início do século na Alemanha, e, talvez, menos na filosofia empírica. A absorção de uma necessidade de transvaloração buscara na Grécia e na *poiésis* a forma de uma luta contra os supostos da racionalidade ocidental, socrática. Weber (2004) dissera certa feita, que o homem moderno, esta nulidade que cria ter atingido o cume do desenvolvimento técnico, criou para si mesmo uma especialidade fria, especialidade de si mesmo, convertendo-se numa prisioneiro da racionalidade instrumental do Estado, da economia.

O super-homem figura como a mais poderosa força motriz da justificativa do fim da modernidade, como a sua força oscilante, que fez da Europa moderna

altercar valores do racionalismo com um padrão de desenvolvimento dominador porque levou à Guerra Mundial. Neste ponto, dizer que o projeto nitscheano para a Europa teria sido realizável, porque pôde ser traduzido em sua lógica interna num padrão de dominação. É o mínimo que se poderia atestar pela crise interimperialista do início do século XX: os campos de concentração, o belicismo entre as potências e a solução final orquestrada como um crime de genocídio para o conflito de 1945, depois formatado como uma política de ética da responsabilidade (a *realpolitik* que explodiu as bombas de Hiroshima e Nagasaki convertida em princípio de política de dominação na Guerra Fria) soa como atitudes limítrofes e tão exageradas quanto os chamados Estados guarda-noturnos, que cuidam da política de controle e segurança, apenas da polícia e do exército (FEHREJOHN, 2002).

A energia vital, a vontade de potência, a vontade de viver e poder, a tese da extemporaneidade que indica formas de se libertar da história, o poder do *volk*, são formulações que pautam a alienação, a busca de superar a própria construção do ego.

Através da crítica ao poder totalitário, temos o anteparo, claro, o Estado. Desde a crise de que estamos tratando, o humanismo, a crise do Estado Moderno tem uma linha degenerativa que vem desde o fim da ocidentalidade em questão, por causa do politicismo das luzes, dos projetos de libertação do homem e da chegada de uma afluência ser superposta ao domínio bélico. O "eu-próprio", libertado de suas tendências racionais-emancipatórias, qualquer subjetivismo individual servindo para liberação (ARENDETT, 2012). O único caminho deste processo destruidor e sua raiz cínica é determinar sobre sua base algo novo. Ao contrário, como vínhamos acabando de estabelecer com o capitalismo, com sua lógica que é a de devorar este universo, da individualidade até envolver a reação à unidade, o ponto de chegada, e nada mais que isto se dá quando a espacialização do capitalismo seria terminantemente contrabalançada pelas tendências destrutivas de que agora nos acercamos.

Esta é a imagem que Harvey quer estabelecer, a imagem da destruição criativa. O mundo moderno deveria se estabelecer, mas algo lhe foge sob os pés. A geografia do capitalismo proposta por Harvey é a resposta: tentamos deixar nossa marca no eterno, no imutável, no absoluto, buscando agir sobre o caótico, o contingente e o concreto. O futuro do capitalismo está na organização das redes em

um capitalismo global que inova, mas, segundo se pode perceber, seria bem difícil teorizar a transição, mesmo entre os que adotam uma postura laudatória. Sobre isto o que se chama de após - no prefixo da pós-modernidade, ou se perguntarmos sobre qual a relação entre a inovação que economiza tempo de trabalho e o espaço social a tentativa de entender a pós-modernidade como um período de transição é apenas o começo (HARVEY, 1992).

Sua origem etno-cultural, o projeto de modernidade, a ótica heroica cujo *leitmotif* está na destruição criativa, equipara-se a determinar, pois, este modernismo, pelo projeto de espacialização do capitalismo, progressista, mas que tem uma lógica lapidar no produtivismo. Tudo isso que encontra em um ápice o seu limite, na crítica ao racionalismo. Enterver algo como um projeto que deveria ser resultado da mão invisível, onde somente havia tais interesses representados univocamente, foi uma tentativa que somente poderia ser feita fora da Filosofia, mas que novamente se reintegrou como a experiência do dínamo destas transformações, como sendo, aqui tematizada, por uma relação puramente exterior entre capital e industrialização, mas que, no termo político ainda está por ser alcançada.

O modernismo será uma mitologia do progresso quando substituída por interpretação, que defendo aqui às quais elevam todo o processo que se assiste do alto, como uma teorização rarefeita do capitalismo, até o início do século XX, gerando uma revolução permanente na política, ou no caso do fascismo, como se tratassem cada qual, de uma força autônoma, capaz de poder significar a orientação da história a partir de um topo, inclusive pela postulação de um sentido ou rumo geral para os acontecimentos histórico. Ao contrário, este topo, bem ao modo de uma filosofia da história que buscava desvalorizar a história de um povo, utilizando os canais de valorização produtiva para idealizar, apropriar um aspecto desta realidade, a saber, o futuro que deve ser modulado por relações de troca entre classes sociais e países, por meio de uma dominação interna ao sistema de Estados, gerou o canal de acumulação que, aliás, imperialista seria tanto este canal como uma interpretação vigente nos dias de hoje sobre o socialismo, realmente existente. Afinal, como no caso do fachismo que impôs uma forma de dominação interna semelhante ao totalitarismo, que é o regime do socialismo realmente existente, ou burocrático, devendo servir para determinar os rumos do modernismo.

Transformou-se o modernismo numa tendência: cultura, portanto, porque o

fim do projeto moderno se deu na virada do século XIX para o século XX, implicando numa vitória da filosofia política do século anterior, o século do Iluminismo. As representações que se seguiram em tratar da modernidade e do espírito como o espírito de época se traduziram em meras denúncias do *kitsch*. As forças centrífugas do capitalismo que fizeram a centralização dos grandes Estados Europeus foram fundamentais na formação do Estado-Nação na periferia do capitalismo. Assim, a pressão dos países em questão levou com que os países retardatários, numa constituição dessa modernidade periférica, teriam feito dessa operação algo que foi mais importante ainda, realizada sob a pressão de Estados-Nação que haviam alcançado a sua unificação (Itália e Alemanha), mas não apenas os países enclacados em sua circvizinhança, mas somenos as nações imperiais do século XIX. Tanto o nacionalismo, como as ideologias totêmicas de capitalismo de Estado, portanto, sofreram influência do discurso modernista. Coubera aos artistas fazerem o vínculo heroico entre uma interpretação moderna da política e seus países. Picasso seria o mártir do heroísmo modernista para toda a Europa (HARVEY, 1992).

Harvey questiona o projeto *nietzscheano*²³ sobre a sua força centrífuga, em servir de norte epistêmico, mesmo depois das teorias *kuhnianas*²⁴ de desenvolvimento da ciência e de evolução linear do conhecimento de Faeyrabend (1989), porque, a interpretação de Nietzsche (1999) de que a superação pela arte dos valores do bem e do mal continuam tendências destrutivas (HARVEY, 1992; HABERMAS, 2002). O que está em questão é este relacionamento entre o subjetivismo radical, a coisa firmada e concreta de uma comercialização funcional, com as vias de destruição do projeto moderno, pois o subjetivismo radical, o individualismo e a busca de autorrealização têm suas formas culturais, assim como o esteta, ainda que uma seja impositiva em seu ideal, sendo arte?

Porque o hedonismo não tem a mínima relação com as práticas artísticas modernas é que o modernismo pôde se desenvolver, e é bom que se diga, por não mais que uma década. Já em 1918, o modernismo francês da *Belle Epoque* seria

²³ O projeto da modernidade vinculava a razão e aspectos da liturgia racionalista, como a busca da verdade, o ideal de justiça por meio de discursos sobre a cidade e a República, enquanto o projeto nitzscheano permissivo, com uma interpretação deste período, encerra isto a uma pré-história da verdade, quando o discurso ainda não se havia emancipado da razão.

²⁴ As teorias da filosofia da ciência, somenos consideradas pós-kantianas, comungam com uma estrutura de paradigma, proposta por Thomas Kuhn (2011) em sua obra *Estrutura das Revoluções Científicas*, em que a crise na explicação teórica ou baixa capacidade de explicação de uma ciência (chamada de ciência normal), acaba dando passagem a uma transição paradigmática.

impingido de ultrarradical, pouco conservador, quando o progressismo da Europa era destruído pela modernização.

Isto prova que a própria constituição da vanguarda era problemática, pois não rompia com as tendências do desenvolvimento avassalador do capitalismo, quando se devia notar isto. Segundo Harvey (1992), isto dera à tônica, quando cidades foram estudadas ou quando a cultura vienense foi trabalhada em textos de experiência da formação, como experiências de formação dinâmica, diversos movimentos, inclusive com a cultura artesã. É o próprio quadro cultural que retroage, não obstante seus problemas, os problemas dos diversos modernistas, ao sabor das circunstâncias.

Seu intérprete aqui, Harvey (1992), indica que estas conexões são montadas como congestão do capital, reversão de conectividades anteriores que entram em crise por meio da exaustão e que, por meio do dialeticismo de todas as vanguardas permite que o novo surja do velho. Aqui, teriam os movimentos como um todo explorado as oscilações entre o elemento fugidio da modernidade e sua existência valorativa concreta, permanentemente colocando em questão o projeto internacionalista do capital, por meio de formas românticas, mixórdia de simbolismos mitológicos.

A transformação operada pelo modernismo se segue aos eventos pré-crise dentro desta moldura teórica de modernização acelerada, e se dá pela reconstituição de autores como: D'Alembert Matthew Arnold, Diderot, Adam Smith, Jeremy Bentham, Condorcet, Saint-Simon, Auguste Comte e John Stuart Mill, em cidades como Viena, Berlim, Moscou, Chicago, Munique, Paris, Nova Iorque, Londres, chegando a Copenhague (HARVEY, 1992).

Estamos entre os anos de 1910 e 1915, escritores como Proust em *No caminho de Swan*, Joyce em *Dublilenss*, Thomas Mann em *Morte em Veneza*, e, *Filhos e Amantes* de D.H Lawrence, podem ser considerados experimentalistas, tidos como inventores de formas literárias que não apenas colocaram, pois, em sua sacrossanta verdade a forma literária como uma forma pura, mas expõem as contradições de todo artista moderno. Pode-se fazer como Harvey e incluir *O Manifesto Vorticista* (HARVEY, 1992).

O pós-modernismo tende a aceitar isto, o futuro como uma tela em cidades do futuro, histórias alojadas pelo mito, a sagração de heróis que jogam por terra as

tradições. O autor diz que autores como Schumpeter, seriam cativos deste entendimento, em que sabendo das dimensões existentes neste projeto modernista, de desenvolvimento, industrialização e ética culturalmente democrática, enfim, o moderno sagra-se todas as dimensões do desenvolvimento como objetivo último da política (HARVEY, 1992).

Depois dele um sentimento surgiu de dentro de sua crisálida antimoderna. O que passa por uma transformação profunda é, portanto, o capitalismo. Se por um lado, trata-se de mais do mesmo é outra história que se dá como uma transformação cultural. Não restaria margem para entrever na contestação de que nos apresentam o mundo do século XX, como uma mudança ocorrida na estrutura do sentimento. Modismos ou promoções publicitárias, e espetáculo vazio, ou citando Harvey (1992), os planos do modernismo na arquitetura.

Sempre que nos referirmos ao pós-modernismo, em um contexto de condição pós-moderna, temas candentes se tornam possíveis de serem inspecionados a partir daí. Inspeccionar uma prática, cultura, necessariamente consiste em historicizar suas forças motrizes; no caso do desenvolvimento tecnológico e da alegada criatividade do empresário, mesmo se estamos lançando mão de um conceito de competitividade externa. Quando afamados por natureza ou pela sagração da lei natural, como o Príncipe Charles, atestam o primado do abstrato na arquitetura de uma estética abstrusa deveras e até mais destrutiva que os ataques da Luftwaffe, segundo Harvey, também para o caso de uma estética destrutiva até mais maligna do que o caso do modernismo em suas tendências futuristas, que levaram o Papa João Paulo II a relevar que o marxismo e a secularização não morrem, mas que estão com o passar do tempo em extinguir-se, pois seu tempo já passou, é porque, seu atrativo - junto com o tempo, nos ensina algo neste esquema inicialmente proposto por Huysens, em 1991 (HARVEY, 1992).

O pós-modernismo na cidade indica que a arquitetura do planejamento - mas também o urbanismo - sobretudo porque, segue dizendo ele, que o pós-modernismo é a ruptura com a ideia de que o modernismo refez-se sobre a base atual do planejamento em larga escala ou que efetivamente rompeu com a ideia modernista de que o planejamento urbano e o projeto de desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala, e de alcance, tecnologicamente racional e

eficiente sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada - superfícies austeras e funcionalistas do modernismo de estilo internacional (HARVEY, 1992).

Segundo nosso autor, através desta edificação por museus, casas de campo e estruturas que são as cópias de infraestrutura antiga na Inglaterra, indicam que as infraestruturas urbanas passadas se tornaram partes diretamente produzidas pela manufatura, e a manufatura britânica em muito produz para ou ao serviço do patrimônio por herança.

Em terceiro lugar, a repetição monótona de formas funcionais monocromáticas que podem pouco passar a ser eficientes, dependem do quanto de modernismo se coloca em cena, pela sua completa determinação dentro deste elemento fulcral, que é a utilização funcional, sendo a lacuna o dinheiro, onde a *gentrification*, os modismos são facilmente depurados como que a arquitetura da classe operária não deveria contar com o seu apelo ou complacência porque atinada pelo norte espacial, cuja coedificação com um tipo de arquitetura de classe implicaria numa concordância com uma classe média, já reduz as urbanizações que não vingaram a um atraído dilema que não faz sentido, ou então, caso em que a arquitetura somente servisse aos ricos, e não aos pobres (*gentrification*).

2.2.1 A condição pós-moderna

Ao que fica exposto, o projeto de dominação étnico-espacial, ou teorias mais fortes sobre o atual momento histórico, porém, relevando estar este cenário no quadro mais amplo de uma crise civilizatória, pode indicar outra função ao pós-modernismo (não apenas uma periodização), mas algo que pode ser contextualizado pelo projeto de desenvolvimento em que se baseia.

O mundo atual é permeado de ritmos que são consequências da aceleração de seus processos sociais, pois o efeito geral em colocar a acumulação em bases relativamente fáceis pode então gerar um ambiente muito pouco propício para a inovação: a relação que se estabelece entre a inovação e a modernidade está justamente no aspecto mais saliente desta época, a destruição criativa.

As estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão, até mesmo a recente revolução das telecomunicações, seriam

entendidas como casos de chegar ao domínio do espaço pela compressão do tempo. Qual o futuro das transformações se pensarmos detidamente no seu significado? Seria isto, e é o que faremos a seguir, tentando entender o sentido destas transformações para depois reconstituir o caminho que nos trouxe até o século XXI, o fio condutor.

As redes, a inovação e o capitalismo contemporâneo ultratecnificado demonstram várias linhas de explicação. Se sairmos de um mundo fechado para um novo mundo, por razões especificadas até aqui, que remontam atualmente a uma crescente racionalização e a secularização e a laicização que a acompanha no Estado, tem-se o questionamento sobre se o *welfare* teria sido substituído por um Estado organizado. Novamente, o problema das finanças e do grande capital industrialmente produtivo se vetoriza em problemas difíceis de serem configurados, como uma tendência cristalizada, pois isto varia de acordo com o Estado. Segundo Harvey (1992), neste amplo quadro geral formado pelo fim do modelo de acumulação fordista, está em questão, sob a forma de duas ocorrências gerais, o que se imaginavam ser as tendências da progressista e eterna narrativa do impulso capitalista depois da Segunda Grande Guerra.

A monetização progressiva das relações na vida social transforma as qualidades do tempo e do espaço (isto deverá ser estudado pelo discurso social detidamente a seguir, como o advento de novas camadas sociais e territorialidades)²⁵, quer dizer, somente o fato de que o mercado tenha chegado, em tempo, a todas as regiões do mundo, isto altera a organização social do espaço. Em segundo lugar, a destruição criativa, se na primeira forma de restauração de canais para a acumulação teria levado, inclusive, por meio da capacidade de influenciar a produção de espaço ao aumento do poderio social, de um lado, e ao surgimento de novos atores no território num segundo momento, por outro o lugar em que estas transformações ocorrem porventura podem deixar que as oportunidades fossem feitas por aqueles que estão no espaço doméstico. Daí que, "[...] quem domina o espaço sempre pode controlar a política de lugar, mesmo que isso é um corolário

²⁵ A principal referência de que me utilizo é a de Márcio Carneiro dos Reis (2006). Autores como Ianni (1998), dedicaram sua teorização mais recente ao problema da universalização das relações de produção capitalista. Este autor, que é tributário da análise marxista, indica que entre 1946-1989 teriam surgido novas economias-mundo em distintas regiões, seguindo-se a uma acumulação num período de crescimento ininterrupto por causa desta internacionalização das economias mundiais.

crucial, primeiro assuma o controle de algum lugar para controlar o espaço” (HARVEY, 1992, p. 213).

Aqui, o incentivo é dado pelos custos de congestão²⁶ associados com a expansão nos locais originais. Adiantamos esta análise porque a tese da pós-modernidade pode ser situada a partir do debate sobre a crise do modernismo. O fordismo, iniciado com a primeira linha de montagem em 1913, fragmentava tarefas, distribuindo no espaço a fim de maximizar a produtividade, e minimizar o fluxo produtivo, ficando primeiramente claro as fases do caminho de valorização do capital entre um processo de produção e um processo de circulação, pois assim se fazia o giro do capital com a existência de todo um mercado a conquistar.²⁷

Nesta obra, Harvey explicita onexo, não necessariamente férreo, entre formas de experiência mutante entre a vivência prática do tempo e do espaço e, subsequentemente, propõe que esta ascensão de formas culturais pós-modernas, segundo nos informa, está relacionada aos modos mais flexíveis de acumulação de capital e uma compressão do tempo-espaço (HARVEY, 1992).

Aparentemente relacionado a novas ideias sobre esta realidade mutante (*vide* a ideia relacionada pelo autor entre capitalismo pós-industrial e compressão do tempo-espaço), como o pós-estruturalismo, o que se deve ressaltar, remete-se à uma influência muito mais reflexiva sobre a realidade, restrita ao mundo de língua inglesa e francesa, e, de outro lado, o que, nas palavras de Harvey (1992), colocou o pós-modernismo como fator importante na política. Estabelecerá, portanto, o seguinte: “Ele [o pós-modernismo] parecia a caminho de desempenhar um papel crucial na definição da trajetória do desenvolvimento social e político apenas em

²⁶ O problema de quando as finanças são restauradas em um contexto de intenso processo de internalização é a de que seu *modus vivendi* é a resolução conflitiva de padrões de relacionamento interestatal. Por exemplo, no Brasil, quando os acordos passam a ser feitos no plano multilateral.

²⁷A capacidade de se mover, isto é notável, ser-lhes-á utilizada por aqueles que detêm o poder do espaço. Mas, na medida em que todos são levados a fincar raízes, mal podem suportar a dinâmica, uma fábrica subsidiária em outro lugar, no caso dos trabalhadores, ou uma situação em que os proprietários de casas de hoje, cheio de dívidas, analisa Harvey (1992), em uma situação de mercado imobiliário fraco, e com fortes interesses em permanecer num ambiente familiar tivessem de ser levados a deixar seu local. No caso dos capitalistas, o incentivo para mudar, já que a acumulação lhes dá meios para expansão, se dá por meio de opções de se expandir *in [sitti]*, ou instalar uma fábrica subsidiária em outro lugar.

virtude da maneira como definia padrões de crítica social e de prática política”. (HARVEY, 1992, p.12).²⁸

Como se pode entender da obra de Harvey, a hipótese da pós-modernidade como uma relação histórica entre dimensões funcionais, práticas culturais, além dos parâmetros estabelecidos por esta época para a crítica cultural, política e intelectual, permite entender algo sobre o atual modelo tecnológico, enquanto um elemento dentro do escopo e análise de Harvey, que inicialmente faz uma reflexão semelhante no tratamento desta condição histórica, que são os seus fundamentos político-econômicos (HARVEY, 1992). A forma que se pode entender os resultados da pesquisa que se tornou difícil de conciliar, segundo uma norma e mesmo padrão de análise, na medida em que o pós-modernismo estivera durante o último quartil do século XX, minando qualquer noção de um vínculo entre as formas culturais em diversos terrenos, no entanto, uma análise detida de alguns de seus campos minados, eleva o pós-modernismo a ser entendido como uma experiência do espaço e do tempo. Isto a que denominamos desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo e complexos processos de produção cultural e transformação ideológica remontam a este nexos. Com relação ao conceito desde que apareceu na arquitetura, sua base real é a seguinte: “O pós-modernismo cultivava, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um palimpsesto, de formas passadas superpostas umas às outras e uma colagem de usos, correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros” (HARVEY, 1992, p. 69).

O que fica indicado é que as formas pelas quais o próprio autor deveria situar o debate, o que Lyotard (2009) fez a respeito de assuntos amplos como eficácia, vinculados ao jogo de linguagem (discursos individualistas subjetivos), Harvey (1992) dita uma mesma análise, segundo a qual os princípios do produtivismo

²⁸ Serão as conectividades entre formas empíricas que mantêm as bases do mundo moderno, ainda por serem universalizadas, e que, buscando emergir por uma negação do modernismo, quando acabaram por se tornar, ao seu modo, confirmadas na prática atual de sociedades circunstancialmente alteradas por meio da instauração de práticas de crítica cultural, política e econômica pós-modernas, ainda dependentes do capitalismo em como o faz Morin (2011). Procuramos entender que a resposta para este impulso de desenvolvimento que corre em direção contrária à deterioração das possibilidades fechadas com as crises que se seguiram à década de 1970 (uma tese estritamente marxista, mas que atualmente tornou-se presente no debate econômico), e que, levando adiante esta postura intelectual do pós-modernismo, sendo inicialmente estudado por Harvey (1992) como passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea, esteja atualmente sendo, inclusive por este trabalho, tomada como uma relação necessária entre capitalismo e ideologia vitoriosa? Esta pergunta talvez, o próprio Harvey terá feito, e é o que fizemos.

econômico estão relacionados ao capitalismo apenas lateralmente, enquanto a cidade passa a ser edificada. A cidade pós-moderna está dentro de um projeto amplo de projeto urbano assim concebido como se uma construção de metrópole suplantasse seu próprio *corpus* planejado, e a dificuldade está em que o projeto de uma cidade moderna encontra um norte estilhaçado, com entradas e uma saída: "[...] gerando formas arquitetônicas especializadas de um lado e conjuntos de habitação falidos que devem ser destruídos" (HARVEY, 1992, p. 70).

O cognome desta prática pós-moderna é *gentrification*: desde a primeira crítica pós-modernista na obra de Jacobs (2007), Harvey (1992) defende a tese de que a vida cotidiana pode dar cabo deste estigma social.

Coloca algumas fotos de cidades americanas, como o prédio da *International Business Machines* (IBM) em Nova Iorque e que ensaia a forma de um jardim fechado, ou ainda, o prédio com fachada que deveria substituir Baltimore por um muro com lampião em sua parede, e os *shoppings* construídos desde a década de 1970, ruas de *Los Angeles* que se tornaram lugares indesejados, proscritos e rotas, mas, segundo uma resoluta valorização do seu espaço.

Isto quer dizer que o modernismo tinha um projeto de áreas construídas segundo projetos liberais, esquizoides, mas que, o espaço social da cidade teria uma base material em que coexistem as sensações e práticas sociais. Fatores como o do escritor, educador e arquiteto Frank Lloyd Wright, que fez da cidade lugares organizados, pressupunham então, uma forma de construção em que as cidades deveriam ter um fluxo e uma relação entre pessoas muito grandes. Se de um lado havia uma considerável forma de razões práticas, técnicas e econômicas, também tecnológicas, de outro, o compasso desta urbanização teve um peso. Mas seria isto a equiparar o modernismo de Picasso ao de Wright? O projeto da modernidade estaria em questão com bases reais e o pós-modernismo seria, então, o alento a terminantemente colocar um fim às exasperações do racionalismo (HARVEY, 1992).

Por isso, o pós-modernismo não carrega um projeto definido para a edificação dos prédios, grandes construções e fortalezas comerciais do mercado capitalista, utilizada, por meios como tijolos, grandes troncos madeiriços e cortinas de fumaça, já é outro o mundo do espaço que se pretende conquistar, é o espaço da cidade, onde não deveria haver mais espaços para as pessoas, apenas uniformidade e não lateralizações. O pós-modernismo na arquitetura obedece aos descaminhos da

modernização, sem esmaecer seu caráter de uma nova gramática organizada por um jogo de linguagem absurdo: apenas significa dizer, “[...] coloca o espaço como organização de metrópoles e valoriza a história (assim, uma história inexistente ou o pastiche), sem um lugar definido para a ornamentação, o embelezamento, códigos e símbolos de distinção” (HARVEY, 1992, p. 83).

A novidade maior está em que as alteridades e resistências regionais podem florescer como um contraponto à reterritorialização do capital. Segundo Deleuze e Guattari (*apud* HARVEY, 1992, p. 217), “[...] o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão, o que estava desterritorializando com a outra”. Isto ocorre, igualmente, em movimentos de toda espécie e que se avultam como um contraponto ao domínio do tempo pelo espaço imposto pelo capital. É isto que devemos entender na próxima seção para chegar a um entendimento correto sobre a cultura da inovação, sua época, seu contexto e sua tardia manifestação. Certamente, o triunfo não será o das oscilações entre um futuro tecnificado e uma sociedade do controle instaurada com a modernidade, mas antes, um apelo para o fim das incertezas que estão a apontar não entre um futuro belicista e lúgubre, como era no século XX, mas a negação deste mundo reificado. Poderíamos aqui agregar, que durante os anos que se seguiram à publicação de *Soft City*, enquanto era escrito por Raban (1974), trouxera uma novidade - algo chamado pós-modernismo emergiu de sua crisálida do antimoderno para estabelecer-se por si mesmo como estética cultural, teoriza Harvey (1992). Porém, por que a cidade deveria dar o quanto de liberdade fosse necessário para cada um se tornar aquilo que realmente quer?

Colocando de outra forma, a modernidade tinha projetos políticos que fizeram ruir o mundo antigo, segundo o próprio Marx (1994), cultuado como modernista pária. Estes projetos, desde a Revolução Francesa, são ensinados como partes da história contemporânea. Haveria outra fase atualmente, quando, então as modernizações que prometeram liberdade da escassez, libertação pela ciência e a organização racional da vida, que via de regra redundou em fracasso.

O projeto da modernidade, segundo Habermas (2002) é o projeto da razão e ganha vida no século XVIII. O fenômeno da dominação classista pelos financistas e pela burguesia industrial dentro da política de Estado-Liberal do século XIX, jamais teria seguido um projeto desta envergadura. À exceção do socialismo, o que apenas fica indicado aqui, é sua constante relação em uma avenida, em que os burocratas,

os capitalistas e os financistas abririam a corrente para tudo isto acontecer, vinculando projeto utópico, humanismo e o racionalismo ocidental, as linhas mestras da Revolução Francesa. Não deveríamos passar adiante, sem determinar que mesmo antes do pós-modernismo, o sentimento de que a modernização era um projeto de dominação em todos os quadrantes ficou claro, variando as análises. Porém, tem como capítulo fundamental a denúncia dos horrores anti-humanistas do fascismo e da crítica da modernidade por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*, pelo menos é este o caminho de Harvey (1992).

Por um lado, se os europeus se acostumaram a viver sob as possibilidades e os riscos da experiência vital da modernidade e que, segundo Berman (1986), passa a unir povos e nações, mas como o mundo moderno estava prestes a ruir quando ocorre à emergência de Hitler na Alemanha, era porque o próprio projeto da modernidade estava em questão, e isto por vários motivos: o próprio conceito de destruição criativa de que um mundo novo advém da destruição do antigo é uma narrativa que está subreptícia em todos os programas declarados por líderes que estiveram à frente dos Estados Unidos, como Roosevelt (1928-1932), e a necessidade de superação de fases de guerra ou crise eminente jamais deixaram de jogar o mundo moderno nas densas trevas (FRANK; FUENTES, 1989).

A modernidade estética, certamente tem um poder de realizar as finalidades do racionalista, do esteta, providenciando normas que somente a natureza ou a cultura pensada como antítese que está condicionada pela natureza e sempre pronta a oferecer a saída para os lustros históricos que, seguem-se a períodos de crise (já que as guerras sucedem a períodos de crise, pelo menos, usualmente tem sido assim), pois, de certa forma, pensar que a modernidade é a rota de fuga para os próprios problemas que nela são gerados, como fome, violação de direitos e o desrespeito à tradição, não elimina os riscos de viver nas sociedades modernas, mas certamente leva a entender as transformações. O naturalismo e o realismo são dois produtos desta nova forma de modernizar os costumes, através dos conhecimentos gerais, com os quais os cidadãos vão se familiarizando com as novidades da cidade, e isto pode causar grandes dificuldades, porque, a realidade costuma ser reinventada e transcrita pelas formas literárias disponíveis, o que gera repulsa. Harvey (1992) coloca algo sobre isto, pelo que se tem uma tarefa para pensar o caos e representá-lo, afinal, como representar o "eterno" e o "imutável"?

O projeto da modernidade passa por uma crítica com o modernismo surgido antes da Primeira Guerra Mundial. Uma reação às novas condições de produção, circulação e consumo. O escapismo, a valorização do individualismo, um tanto quanto exacerbado, o dandismo, todas as formas de escape para o exótico, tudo isto fazia parte de uma balbúrdia que por si só era um grande teatro, mas sua forma elementar eram as possibilidades utópicas, ou a imitação, quando fosse necessário. Quando este tipo de modernismo iniciado com o dadaísmo, que era o primeiro surrealismo segundo Harvey (1992), tido como um tipo de antessala da modernização e suas contradições. Tem-se, no entanto que se promover uma cultura artesã. Segundo o autor, tendo em mente a produção codificada, refletida, retroagindo sobre rápidas mudanças ocorridas neste ínterim e pulsando a veia inovativa (da cultura da inovação), pode acontecer que, linhas de ação capazes de modificar as tendências destrutivas desta destruição criativa, caso sejam refeitas podem gerar e fazer com que uma trilha aberta para um caminho novo no modernismo leve, de fato, a uma rota de fuga, ao escape (HARVEY, 1992).

Sabendo que, já no início do século XX, lado a lado aos arquetípicos vanguardistas, de que os famosos arquitetos Walter Gropius e Le Corbusier tentavam estabelecer parâmetros a partir deles (de cima para baixo), sua finalidade era que, ao desenvolvimento mercantil se pudesse reter a racionalidade disto tudo, afinal, Harvey (1992) determina que a influência dos novos sistemas de transporte, ou até mesmo antes que se tematizasse politicamente toda força dos projetos de racionalidade sistêmica a partir das novas condições tomadas como um dado da realidade na produção, forjada pelo maquinário da grande indústria capitalista, havia "no ar" desde a emergência do taylorismo, mas que, ainda não vingara numa "fábrica global" a ser alimentada pelos mercados de *commodities* de todo o mundo. Isto, a saber, o capitalismo como uma realidade global, fantasmagoria, é o que ocorre apenas com o fordismo. Temos, segundo Harvey (1992) , um impulso não de todo estranho à época. Assim é que, reagindo contra o quadro geral destrutivo, tendo como pano de fundo a imensa veia libertária, que desde o romantismo alemão os influenciava, estamos diante de algo que seja simbólico desta que é a principal escola de arquitetura da Alemanha, a Bauhaus, e que possa ser entendido como um fenômeno de simplicidade de formas? Esta é a resposta que buscávamos, parece que sua afirmativa é categórica.

As tensões deste modernismo estético e que alcançam uma resolução dos assentos exagerados numa formulação filosófica da razão que, por assim dizer, está marcado pelo internacionalismo do consumo desta esfera que deveria ser apropriada como um consumismo de classes médias, pela incorporação do *emigré* a serviço da arte, que, não obstante, seu internacionalismo costumava ser incorporado a um quadro de intensa efervescência urbana numa época em que as cidades cresciam absurdamente, além de tensões que jamais se arrefeceram, antes explodiram entre um internacionalismo exacerbado e nacionalismo, globalismo e etnocentrismo, universalismo e privilégios de classe (HARVEY, 1992, p. 33-34).

Estamos entre os anos de 1910 e 1915. Já fizemos referência aos escritores como Proust, Joyce, Thomas Mann e Lawrence, que podem ser considerados experimentalistas. Pode-se fazer como Harvey (1992) e colocar ao lado deles nomes como: Matisse, Picasso, Brancusi, Duchamp, Braque, Klee, d'Chirico, Kandinsky, que exibiram obras no *Armory Show*, em Nova Iorque, no ano de 1913. Na música, o despertar da primavera de *Stravinsky*, provoca uma revolução num ambiente de música ainda influenciada pela vida externamente isolada à maneira de um mosteiro, quando se sabe que somente se pode isolar-se em sociedade, fazendo com que esta arte que compõe o cenário da cultura ocidental, tendo formado seus sistemas em escalas tonais em um ritmo compassado, diluísse num somido austero que é o dodecafonismo do gênio.

A linguística de Saussure (1999), em que o significado dos termos, em questão, serão não fortalecidos pela realidade numa exposição de temas que se reforçam à medida em que são entrelaçados em teorias, mas num sistema autorreferente em que as palavras ganham sentido quando se relacionam a outras, colocam muitas questões. Perguntamos sobre a condição pós-moderna, se havia condições para uma vivência rica nas cidades, ainda mais porque o pós-modernismo seria um conceito que nas últimas décadas tornou-se (algo 'um conceito') com o que lidar um campo de opiniões e forças políticas conflitantes que já não pode ser ignorado (HARVEY, 1992), sustentada por uma posição que se tem como elemento acertado no debate sobre as tendências dentro dos meios culturais, na arquitetura a condução do termo pós-moderno pode soar muito mais que uma tendência, diante do qual devemos buscar as mesmas saídas que se buscava com o modernismo.

A caracterização de um novo período se faz em dimensões da prática social porque é a própria sociedade como um todo que altera sua situação, a partir de algumas forças dentro do território, o que deveria parecer, e, no sentido apontado

como uma nova periodização histórica funciona como tal, a saber, como justificativa exemplar do fim dos grandes sonhos modernistas dos planejadores que mudaram a face das cidades europeias pela força do desenvolvimentismo, e que a arquitetura promovera desde a década de 70.²⁹ Dentro deste limiar histórico, estaremos presenciando o fim de algumas formas literárias, alguns sonhos de cidades racionais, mas não apenas isto, porque, o termo pós-modernismo situa-se num determinado "topos". As teorias sociais que surgiram sobre o debate rescaldado pelo que diríamos se tratar de uma realidade aparentemente móvel, mas que resiste a qualquer fato categórico, ou superfície plana, remete-se ao que Harvey caracteriza bem à maneira do par antigo/moderno, tomando de Huysens (1985, *apud* HARVEY, 1992), mas, somente enquanto os pares que sustentam a argumentação no debate cultural pós-moderno semanticamente refiram-se a uma era primacial, de um novo recomeço.

O moderno adquire a conotação de um desenvolvimento tal, que agora pudesse, como num ritmo imposto por si mesmo, servir de impulso ao progresso material e espiritual e integralmente realizável em todas as áreas. As áreas seriam: a econômica, a político-institucional, a social e, a cultural (HARVEY, 1992).

A análise do fordismo realizada por meio da ótica extremamente servil e que obedece ao escopo marxista, não foi esta a que recorremos até agora na obra de Harvey (1992). Para isso, deveriam ser investigadas as diferenças na organização da negociação de salários em quatro países, no período de 1950-1975 da negociação de salários. O que deve estar claro é que o fordismo do pós-guerra, que teve muito de gastar tinta com a política internacional, será, portanto, um sistema de produção em massa como um modo de vida total. De um lado, tínhamos o elemento demissão voluntária, que tinha consecução normal, já que o trabalhador era tanto portador de uma ética do trabalho industrial (refletindo a velha preocupação do consumo não-alcóolico), que não podia ser abalada como que produzira, quanto mais não fora, um mundo mercantil; e, de outro lado, soubera ser uma peça, a engrenagem do sistema que, com os fluxos de comércio mundial se formara o que nos leva ao entendimento do sistema fordista-keneynsiano, com base em Harvey (1992).

²⁹ A referência prática como guarda-chuva da nova tendência pós-moderna na arquitetura é Charles Moore (HARVEY, 1992, p. 95).

O fordismo é o que permite a acumulação. O Estado irá garantir que isso aconteceria, e dentro de alguns pressupostos, dentre os quais, destacam-se a taxa de crescimento econômico e a *oikos-nomo*. *Esta*, literalmente era a base deste Estado-interventor e o que previamente se pode entender pela economia, somente pode permitir que continuasse a ser entendido por meio da compreensão de que as estratégias de crescimento, sobretudo nos centros, se faziam não apenas pelo comércio, mas sim pelo investimento direto (Plano Marshall).

Assim, o que temos é um arrazoado, uma suma econômica em que o crescimento dependia de que houvesse uma estratégia pública de reestabelecimento da lucratividade. À sua exposta, por meio dos autores compulsados por Harvey (1992), vimos que outros setores, simplesmente porque permitiam avanço através da internacionalização havida aí e no Terceiro-Mundo, levará com que este crescimento passe ao largo das décadas de 40, 50, 60, 70 e 80. Por fim, a possibilidade de que houvesse uma redistribuição dos frutos do progresso técnico entre patrões e empresários determinarão melhores performances de longo prazo, o que nos põe ante ao problema do modo de acumulação do capital e ao modelo de acumulação na teoria da regulação. Além do crescimento da demanda acompanhar o progresso técnico, então, temos que o Estado deveria realizar a universalização de benefícios do sistema, pois "Nem todos os setores estavam atingidos pelo benefício do fordismo, havendo na verdade muita insatisfação no sistema mesmo no apogeu do sistema" (HARVEY, 1992, p. 132). Segundo nota Harvey (1992), o Estado tinha como injunção externa a política monetária dos Estados Unidos da América, ante ao problema da acumulação e do *déficit*, a política fiscal do *hegemon*, e, internamente, injunções internas que contrabalançavam por sua própria política fiscal desde que estivesse ocorrendo uma negociação coletiva de salários.

Outro aspecto notável é que o empresário toma toda sorte de proveito desta receita (crédito) conforme não há diferença entre as oficinas do fulgor da modernidade e a grande indústria - que precisa que, em última instância, nos setores avançados, a taxa de elevação da demanda agregada, ou o mesmo que, o aumento da produção tecnicizada esteja acompanhado de um crescimento estável da demanda. A tecnologia da produção em massa é, portanto, o primeiro dado do crescimento econômico.

2.3 INTRODUÇÃO À OBRA DE AGNES HELLER

A globalização como organização societal é irreversível. A assimilação do mundo por um universo digital/global é um fenômeno histórico que já molda as nossas vidas e predominará, mas é contraditório como modo de organização das sociedades quanto o foram a codificação do espaço e a organização do modernismo como força internacional nas vanguardas. Baseado nos avanços tecnológicos nos setores de microeletrônica e telecomunicações, uma nova forma de organização em redes emergiu como fundamento a um novo sistema global de integração, tanto entre economias quanto entre culturas e sociedades.

Assim, os mais diversos pontos distribuídos dispersamente por todo o globo passaram a ter a capacidade de desenvolver conexões que puderam conectá-los de acordo com seu *modus vivendi* das relações externas/internas.

Esses fluxos, financeiro ou de informações, por exemplo, por meio desse espaço virtual (mas real em suas consequências), passaram a circular globalmente transpondo as limitações físico-geográficas, mas podendo ignorar a totalidade das funções que, dado os seus objetivos, não lhes serão importantes. Em outras palavras, os fluxos, uma vez imaterializados e desterritorializados, puderam consumir seus objetivos com uma eficiência jamais vista, mas ao risco não só apenas de ignorar as pessoas, como também países inteiros.

Assim, Estados destituídos de instituições políticas e economias estáveis, onde as infraestruturas e o capital humano qualificado não puderam corresponder ao imperativo desse paradigma da sociedade da informação, passaram a ser desarticulados da nova ordem global. Estados fracassados são o seu termo de análise, à exceção de setores específicos da sociedade destes territórios avançados, o suficiente para integrarem em tal ambiente.

Assim, esse mundo que opera em redes por meio desses turbilhões de fluxos virtuais, evidenciou o anarquismo atual que impera. As consequências dessas distorções podem ser tanto pessoas como grupos de indivíduos excluídos, que uma vez excluídos, são acolhidos por comunas criminosas, que embora ilegalmente têm não só o poder de rearticular-se a essa dinâmica global como também conceber valores comuns (que se legitimam ente seus integrantes) aos que a elas se integram.

O que dizer da inovação depende, então, de conceber sua função numa teoria da inovação dentro da sociedade, mas ao Estado resta o controle sócio-político através do direito. O narcotráfico, as comunas terroristas, Estados fundamentalistas, e a economia do crime, em geral, são fenômenos perversos que passaram a ser parte desta complexa rede, possibilitando não apenas sua propagação, mas atuando como um meio perverso de integração social.

Sem a universalização da democracia de direitos, por meio da integração desses excluídos a esse paradigma global, essa dinâmica de exclusão tende a permanecer e a se presentificar até que revides violentos venham alertar a sua existência, como nos atuais movimentos de protesto antiglobalização.

A Economia do conhecimento tem, portanto, seu nexos chave com o empreendedimentismo do ponto de vista do crescimento econômico, enquanto que o desenvolvimento diferencia entre estes casos recentes - determinado pelas economias de escala e de escopo. Do ponto de vista técnico, a economia reacendeu o interesse dos macroeconomistas pelo crescimento econômico incorporando temas como ideias e economia do conhecimento (capital humano, capital social, tecnologia, conhecimento, ideias de empreendimento inovativas). O objetivo de Jones (2000) e de outros teóricos não é apenas o de explicar as modernas teorias do crescimento. O autor discorreu sobre isto que distingue o processo das amplas regularidades empíricas associadas ao crescimento, dentro de um quadro teórico que distingue o processo de crescimento e de desenvolvimento. O mesmo dirá que os formuladores da política econômica estão a moldar a trajetória do crescimento econômico.

“O que fazer”, é aqui, a palavra-chave. A primeira coisa que se pode falar numa narrativa como esta e que tem como *modus causal* eventos representados pelo desígnio ocidental, permite estabelecer que o que ocorreu naquele momento nos países ocidentais, durante o século XX, durante os anos de ouro do capitalismo, foi uma conjunção de atividades desprendidas como formas de valor. O capital fictício, no entanto, predominou como função deste modelo. O modelo de desenvolvimento serviu como forma de acumulação; temos aí, um mundo que depois das guerras se formou e outra vez encontra o sentido. Assim, o sentido do trabalho orientado pelo tratamento de temas que estão além da produção gerou o conceito de segunda divisão industrial.

Não queremos dizer com isto, por exemplo, que as relações sociais e hodiernamente isto acontece sobremaneira, estão abertas a todo estado de representação, mas que as modernas sociedades ocidentais estão passando por um momento de intensificação de formas de produção, por meio da atividade humano-social orientada. Daí que, novamente, a questão se a industrialização teria saído dos trilhos depois do século em que a ciência lúgubre estivera na ponta de lança de processos, que somente agora se tornaram parte da estrutura de sentimento, que é a arquitetura e o urbanismo, coloquem, atualmente, o problema. Porém, o fato é que o crescimento das economias se faz pela replicação do modelo orientado pelo Estado, quando o mercado se assenhoreou administrativamente dele por meio de todas as suas produções baseadas em capital intensivo, modelação de crescimento, como na indústria aeroespacial, nas telecomunicações, no setor petroquímico e extrativo-mineral.

Nos dias que correm, as nações como a de desenvolvimento (capitalismo), ou cujo telos se faz pela apropriação do futuro de outras pela consecução de origens, por meio do colonialismo, são europeias. As políticas em países de conflitos etnocêntricos podem implicar a redução das políticas assistencialistas ou levar ao fim de organizações de bases classistas, caracterizam-se, segundo Heller (1998), por uma moda *sui generis*.

O projeto político não é novo dentro da modernidade, mas em sua versão pós-moderna, a pós-modernidade é uma nova era, desde que já deveríamos nos despir da velha tormenta que trouxe ao fim da suposta afluência ocidental. O movimento estudantil, que durante os anos de sessenta estivera com a maior parte do leão, como portador do universalismo, pela urgência do tempo de transformações se fez de tudo. Fica aberta a orientação dos velhos movimentos sociais do terceiro-mundo, sempre pautados pelo produtivismo leninista ou taylorista, as tentativas de buscar a resolução do conflito de classes interimperiais através da nacionalização do Estado pela economia.

Promoveu-se o fim do capitalismo de Estado, arregimentaram barricadas em Paris por toda a capital, ou ainda, fizeram-se conclaves para o fim da Guerra do Vietnã. Propunha-se a solução da questão social pela defesa da modernização da universidade. Na análise atual, tendo sido difícil esmaecer o padrão espertamente atilado do capital, de tratar cada coisa no seu lugar, senão integrar-se a esta parte

assistencialista da política. Ainda assim, depois do fim do marxismo, do fim do cientificismo e da pós-história, levar adiante o sonho da Europa unida, transitando do moderno ao "pós", parecera tarefa distante da sociedade, um *slogan* vazio incorporou-se no padrão da União Europeia.

No lugar da política, a condição pós-moderna indica que deveríamos ser cautelosos com as generalizações sobre a modernidade e detalhadamente buscar uma tendência universal, ainda que imprecisa. Com a insatisfação, a tendência a tratar do objeto social da economia, por exemplo, será um traço geral-universal, para buscar tratar de necessidades coletivas e satisfação pela individuação - em consequência a pós-modernidade deve levar a uma pós-modernização, uma sociedade em que os problemas estejam por se tratar. A noção de que em consequência desses focos, os problemas de uma nova ética, os problemas de formulação política e de justiça societal foram postos no centro de nosso projeto. Autores cunharam, então, o termo: "[...] sociedade insatisfeita [...]", precisamente, a Heller (1998, p. 25).

2.3.1 A Condição política pós-moderna

Existe, então, a criação, percepção, distribuição e satisfação das necessidades, e uma lógica dentro da modernidade: a lógica do capitalismo; a lógica do desenvolvimento e a lógica da insatisfação. A primeira se refere à necessidade de construir-se as instituições do capitalismo, industrialização; a segunda à lógica da democracia, já que o *tertium-datur* da modernidade seria, pois, o capital. A sociedade satisfeita deve resolver politicamente problemas filosóficos, enquanto a sociedade moderna deve resolver problemas que são mobilizados muito comumente pela sua instituição o saber filosófico, no meio social. Então, agindo dentro de estruturas que não têm jamais consciência de si mesmo, a não ser filosoficamente.

A moderna concepção de sujeito filosófico deita raízes na história do ocidente, mobilizado por meio da filosofia o fado e a contingência deveriam ser vividos. O primeiro como uma fatalidade da política, da vida social, enfim, do trabalho, e as normas da vida deveriam regular apenas a contingência para determinados indivíduos. Somente os cidadãos eram livres em vez do cidadão moderno que ora se

faz presente no militarismo, pela condescendência, pela via do alistamento militar na Roma Antiga, ainda que, não tenha sido sempre pela determinação do Estado.

A organização social moderna fez com que alguém pudesse não ser e ser, este sendo o rumo das transformações revolucionárias no quadro da Guerra Branca de Hitler e a Guerra Fria de Stalin. Jamais se pensou em uma ordem contextualizada, em que o homem e a mulher fossem determinados pelo contexto em que vivem (HARVEY, 1992).

A imposição de normas por meio do Estado, do partido, da velha ordem sobre a nova progressista, a contra-insurreição conservadora atual, todas as formas de politizar a sociedade fracassaram porque foram tributárias de meta relatos, daí a busca da política. Por meio desta asserção, Heller (1998) distingue necessidades racionais e ricamente constrói um painel ao qual se delimita essas como necessidades que devem ser supridas, porém mesmo aqui e agora não poderiam ser satisfeitas com o curso dos acontecimentos individuais. Não deve ser provável que as pessoas possam mobilizar recursos para satisfazer as suas necessidades. E, ainda, as necessidades irracionais em que a satisfação delas (e por que a sua busca?) se faz pela sua imposição de que deveriam ser satisfeitas, mas não podem ser satisfeitas estejam fora daqui.

A melhor descrição de moral seria a democracia. Sua efetiva relação com a liberdade se dá atribuindo-se princípios na esfera dos Estados soberanos, meio de exemplos na área do tema de política internacional. De um lado, a relação com a superpotência mediada por uma política de assegurar os seus limites, dentro da ordem bipolar, com a noção de influência.³⁰ Assim, democraticamente, o problema se reveste em garantir princípios para que não apenas a ética da responsabilidade se realize (esta indica que os princípios democráticos devem ser garantidos pela moral ou pelo direito e a ação conducente a tal força de lei deve ser tomada em uma destas esferas).

Delimitam-se as fronteiras com outros povos, e reconhece-se, enfim uma soberania.

Os princípios da democracia podem e devem ir além de uma política da ética das responsabilidades. O princípio é o seguinte: aja segundo o princípio constitutivo

³⁰A esfera de influência surgiu com o fato de terem pipocado diversos regimes autoritários, que se tornaram afiançadores da ordem hegemônica. A referência está em quaisquer dos livros de História da Política Internacional. A referência mais cabal que pode ser apensada sobre isto está prefaciado na obra de Gerard Chaliand (1977) *Os mitos revolucionários do terceiro-mundo*.

de uma política democrática (HELLER, 1998). O princípio político da liberdade deve ser respeitado, pois indica que a liberdade e a igualdade garantem-se como unitárias. A liberdade pessoal deveria responder a garantia da liberdade de outrem, e qualquer violação da liberdade individual deveria ser encarada como um atentado aos direitos humanos. A moralidade, em segundo plano, não sendo respeitada, é uma questão crucial que nos apresenta no problema da liberdade, assim colocado (ou seja, não limitado pela noção de soberania e de ética da responsabilidade), firma o princípio tal qual colocado: aja segundo a liberdade de sua nação e contrarie qualquer violação da liberdade em outro país porque a liberdade de cada um dependesse da sua (liberdade).

Em segundo lugar, a renovação de uma política democrática será encorajada pelo direito de alguém dispor de sua própria liberdade. Deve-se agir, segundo as leis de cada país, seguindo as regras nacionais como se cada infração de uma lei em um país fora uma resposta digna de nota em uma negação de desaprovação a uma conduta deste mesmo grau no seu país (democracia).

Em terceiro lugar, porque devendo ser submetido ao público da democracia, a garantia de tal lei precisa ser aplicada, e somente ser adequada à resolução e à observância, caso em que tiver sido determinada pelo grupo, ao que leva a regular a ação individual pela norma coletiva: submeta as propostas de política aos planos de discussão (HELLER, 1998): eis o princípio da igualdade (racional).

Em quarto lugar, a justiça. Para Heller (1998), deve-se entender, ou jamais submeter a liberdade, a justiça e a igualdade a um choque com as máximas da liberdade, justiça (racional), e igualdade. Em último lugar, recomenda-se que as negociações de classe sejam apoiadas pelos grupos, ou países, quer sejam delimitadas pela noção de respeito à vida ou garantidas como direitos econômicos, na medida em que a liberdade econômica tenha seu caráter político inescusável - pois é uma liberdade de troca, viável.

Esses são exemplos de temas que ganham vida no interior de relações sociais problemáticas, historicamente irrepetíveis. São exemplos evidentemente contrafactuais, mas a melhor descrição de moral é a relação do indivíduo com as normas de conduta. Distinguem-se, então: a relação do indivíduo de um lado, e as normas e regras de conduta de outra que unem (este aos indivíduos do tecido social).

Se o rompimento com esta tradição ocidental deve levar a uma inovação política, não se sabe ao certo em qual período teríamos entrado? Esta talvez seja outra questão, não menos importante, a ser respondida por uma pós-modernização, quer dizer, uma transição da *usicherheit*, o caráter escuro, anuviado dentro de uma sociedade que tornou os indivíduos vulneráveis, em consequência de uma modernidade acometida de regras irrealizáveis, condutas e ações de aparatos de guerra que se voltam contra a população, superando-a na forma de políticas que fazem terra arrasada, esmaecendo a discussão de direitos.

Não terá sido, então superada (a *usicherheit*) pela chegada a uma forma de politização social que se faz pela noção de discussão de princípios, como apenas um dos aspectos da moralidade, mas sim, levando a rever o segundo (*sitchehkeit*), isto é, pela imposição de novas normas, e prescrições morais, pensar as normas coletivas? Este é o cerne do livro de Heller (1998), sobre ética da cidadania e virtudes cívicas tratadas no sexto capítulo da obra. Assim, se a autora tivesse colocado a descoberta de seus princípios em aspectos científicos, logo se veria enredada no problema ético da norma de realização de finalidade sociais. Porém, em sociedades não tribais, temos três dimensões, a dar-se: na vida cotidiana, na moral e nas instituições econômicas. Fica claro, que, autarquicamente os Estados estiveram voltados para necessidades impostas ou pela assistência ou pela guerra (o que Braudel, em 1989, denominara de "mudar o fuzil de ombros"), sabendo que, inevitavelmente, far-se-á.

No entanto, o teórico não pode determinar valores para situações deste tipo, socialmente válidas, ou aquilo que teóricos como Sen (2012) denominava de bens econômicos. Formas de valorização para aqueles que, em um território - detêm o poder das normas que geram confusão entre os poderes governamentais que desejam ter o capital, não é evidentemente uma forma muito rigorosa de tratar estes temas, caso em que os capitais podem armar sua tenda rapidamente, e desarmá-la. É claro que na sociedade existem coisas, muitos bens, o que se denomina de dádivas, e que os bens podem ser relações humanas, estados de espírito, as medidas disto, porém, sendo dadas pela regulação assim estabelecida. Porém aqui, temos o lugar para discutir um tema como o valor intrínseco para todo cidadão, independente de seu credo religioso, suas aspirações individuais, compromissos, profissionais e coisas do tipo relacionadas ao bem-comum, a uma sociedade

regulada por normas de pessoas, normas que, por meios que estas estabeleçam uma república.

Continua a autora: "O sufrágio universal constituiu-se em regra na formação dos Estados nacionais modernos." (HELLER, 1998).

Ainda assim, podem-se tirar conclusões sobre o debate na condição política pós-moderna. A virtude cívica está em reconhecer valores inerentes aos cidadãos, quer dizer, far-se-á saber quais valores são estes numa esfera dimensional em que os filósofos não podem determiná-los. Deve-se entender que a dominação, a força, a violência e o sadismo não são reconhecidos neste ponto da ética porque não têm relação com a individualidade na formação da modernidade como um valor universal, nem mesmo se prestam a serem ulteriormente levados a efeito pela ciência, que julga sexualmente neutra. A segunda forma de chegar a conclusões sobre estes valores que não são formados no mercado são as virtudes republicanas assim, ordenadas. Liberdade de agir, necessidade de outorga e presentificação desta, na representação de uma vontade soberana, discussão e decisão pública garantida e, ao fim, a Constituição da República.

A virtude republicana é que os valores de viver, economicamente servem para uma existência que não deve ser limitada nas suas dimensões existenciais. Praticamente, os direitos reconhecidos são os mesmos da virtude cívica, sendo formulados princípios como a valorização ética do discurso, a prática racional, e a mediação do conflito, pois neste último caso, se nenhuma guerra encontra seu final, temos a ideia reguladora de um direito à ser acolhido pela comunidade, ou o direito à liberdade em um caso específico, que não será tematizado, mas que se refere à ideia reguladora da paz como eticamente viável.

A virtude cívica e a virtude republicana devem ser reconhecidas como formas de valores imanentes a todo cidadão deste mundo, mesmo em crises, já que, em terceiro lugar - a forma, de toda lei, reconhece-se pela obediência daqueles que a observam. Já que a fizera com força de uma imposição sobre a realidade, permitindo a realização dos valores éticos, dentre os quais se destacam os direitos inalienáveis, a jurisdição e a solidariedade.

A solidariedade destaca-se com o fato de que os valores impeditivos da realização dos direitos não podem realizar-se somente com a retirada das imposições contrárias à força da virtude cívica, mas são atingidos pela população

em sua forma comunitária, a não ser que os direitos que não são garantidos passem a ser. Neste ponto da discussão, os valores intrínsecos ou imanentes, são garantidos porque existem vozes que chegam a propor tal solução. Ao não ser comprimida, retida por quem quer que seja, e com uma capacidade de indignação que não se detêm, a luta por direitos adquire com a solidariedade uma força trans-histórica, uma modernidade como padrão civilizacional, temos ainda, no entanto, um grau acima de força de eticidade universal.

A solidariedade pode ser também levada a efeito pela denegação da moral que aprisiona, o que se faz pelo enfrentamento de minorias pelo reconhecimento dos seus direitos, aqui, a verdade está sempre com o indivíduo, jamais uma classe pode se contentar com sua própria força, seu caráter universal, algo imanente, mas deve fazer por si mesma o que é tarefa de todos. Em quarto lugar, a solidariedade tem relação com a justiça - esta não exige redefinição.

As camadas sociais e as novas territorialidades se conjugam para a formação do Brasil moderno. Jamais se falara até os dias que correm que a pós-modernidade era outra coisa que a crise de representação, porém, vimos que as novas espacialidades geraram uma nova tipologia da conectividade entre as narrativas e as formas de dimensão experimentada no atual estágio do capitalismo. Em primeiro lugar, a crise dos paradigmas foi interpretada como uma crítica contumaz, radical se assim podemos se referir ao pós-modernismo, que teve a sua função heurística em determinar uma nova fase para o seu desenvolvimento. Autores da economia tratam os dados do crescimento econômico, a partir da teoria que estão nos dados.

Por exemplo, em primeiro lugar, a crise da representação se fez por solapar as bases do racionalismo através da ciência e da filosofia. Em segundo lugar, a pós-modernidade possibilitou que novas racionalidades microlocais que se fizeram presentes depois das guerras de libertação, vinculassem o tema ao escopo da teoria do desenvolvimento. Assim, autores da Economia, tratando de temas do crescimento da economia e do desenvolvimento, em que, os países do centro já teriam feito o que os demais estariam por fazer.

Em terceiro lugar, e isto nos interessa mais de perto, a economia capitalista, de fundamento individual na racionalidade difusa do mercado, levou com que assim como no período fordista, tivéssemos linhas de desenvolvimento bem características no após-fordismo, isto é, levou-se à formação de capitais liberados para o novo

mundo - territorialidades, espaços de produção, aproveitamento de novas bases de organização técnica, inovação ao invés de grandes empreendimentos de capitais financeiros, a ponto de que setores modernos relevantes no desenvolvimento do seu país hegemônico, atualizaram novamente os mesmos pressupostos do capitalismo, sem problemas. A dívida das principais corporações com o tesouro norte-americano que montavam a ordem de 170 bilhões em 1977, o conjunto dos negócios da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o nível de produção da economia norte-americana em uma época crise, e, ainda, o estoque total de valores no mercado imobiliário, levou que a dívida fosse facilmente rolada daí em diante. Porém, mesmo que as economias de conhecimento sejam a nova face do capital, a inovação, o capital fictício, o empreendedimentismo e a divisão da indústria em gerência de custos têm feito de o período atual ser datado como pós-fordismo.

No Brasil, de acordo com prisma analítico proposto por este trabalho, junto dos dados agregados em autores como Harvey (1992), temos que direcionar a crítica ao modelo como um todo, que já em 1986 tivera como dívida líquida 114,5 bilhões. Acumulado de juros em 65 bilhões, totalizando dívida ativa de 155 bilhões rolada no mercado Long Term, capital Management: não temos aqui flexibilidade do trabalho (corporações de trabalhadores simbólicos), nem tampouco flexibilidade nos mercados por causa dos sindicatos, e ainda a imensa desvalorização e o atual ajustamento de custos, de trabalho, transporte e movimento de mercadorias, levou com a desvalorização do câmbio à uma nova territorialidade, novos padrões do consumo e produtos (REIS, 2006).

A teoria marxista de Heller (1998) permite também responder a estes pontos norteadores de toda a política duradoura, que busca atuar sobre os preços da economia, trabalho, juros nominais e preço da terra e salários como um todo, porque novas territorialidades geram novas espacialidades (REIS, 2006).

Bauman (2001), tradicionalmente inscreve a modernidade numa vertente em que a história permanece sendo utilizada pelos teóricos da sociedade, e, porque não dizer, pelos próprios historiadores, com a função epistolar de organizar o passado em função do presente. Conquanto, trata de conceitos diferenciados: a liquidez na pós-modernidade e a crise de identidade, relacionando a primeira ao seu arrazoado conclusivo sobre a noção de imediato histórico resultante do século XX, e, numa mesma matriz de Marx e Engels (2007, p. 51), pauta-se nesta escritura

contemporânea, por um princípio marxista, princípio de que se usa na fase atual:
"Tudo o que é sólido se desmancha no ar".

CAPÍTULO 3

BAUMAN E A MODERNIDADE LÍQUIDA

3.1 INTRODUÇÃO

Bauman (2001) tradicionalmente inscreve a modernidade numa vertente em que a história permanece sendo utilizada pelos teóricos da sociedade. Considerada pelos próprios historiadores, com a função epistolar de organizar o passado em função do presente, conquanto trata de conceitos diferenciados. A história aparece como forma de uma narrativa. Para ele, a liquidez na pós-modernidade e a crise de identidade relaciona-se ao ofício do historiador, quando, em primeiro lugar, tratando-se de seu conceito de uma primeira noção de imediato histórico resultante do século XX, e, numa mesma matriz de Marx e Engels (2007, p. 51), pauta-se nesta escritura contemporânea, por um princípio marxista, princípio de que se usa na fase atual como um modelo heurístico do mundo pós-histórico. A forma clássica deste tempo é que "[...] tudo o que é sólido se desmancha no ar".

Um mundo de fluidez, característica dos líquidos, significa que a modernidade substitui o mundo arcaico, colocando instituições novas em seu lugar a partir da materialidade do capitalismo. Porém, tal transformação que já estava claro conquanto se pudesse determinar um lugar para a empresa privada, um lugar novo, diga-se de passagem, necessário e inalienavelmente político desde o período da Revolução Industrial – isto implicou um cuidado para Bauman (2001), em que o conceito de modernidade líquida, o fez afastar-se da metafísica, deixando um problema para o estudo do período atual, onde o seu tratamento rigoroso somente pode ser mantido com esta terminologia, assim, como Marx e Engels (2007), o autor representa uma sociedade não mais palpável.³¹

Bauman (2001), em sua obra *Modernidade líquida* apresenta, portanto, uma abordagem do esgarçamento do tecido social. As consequências do desencaixe para o âmbito dos relacionamentos numa área em que o ser social enfeixava a um

³¹ O período estudado por este autor é o final do século XX; abordagem de uma sociedade fluida, e com uma dinâmica parecida com a liquefação e a transformação dos sólidos.

problema que simplesmente não existia antes dos *media*, a partir de conceitos como modernidade sólida e modernidade líquida, recoloca o problema da sociedade no plano dos conceitos. São apresentados deslocamentos da racionalidade governamental em direção ao neoliberalismo, devendo aqui lançar luz a uma época em que teorias recentes têm imbuído os esforços de rever possíveis articulações de tais mudanças na esfera pública com a de educação, conquanto destituindo-a de seu papel de hominização.

Assim, por influência da importância dentro da modernidade de que o homem se tornasse portador de uma cultura geral, para um porvir em que a educação se tornou aprisionada na lógica do mercado, mesmo a ideia da emancipação deveria ser equacionada num momento em que a libertação de uma sociedade, na qual, segundo Marcuse (*apud* BAUMAN, 2001), não conta com uma base de massas. Incorporam-se contribuições de autores como Foucault (2008), Marx (1994) e Berman (1986) para descrever e problematizar mudanças de ênfase em algumas das atuais práticas sociais. Portanto, à moldura deste quadro teórico são feitos três questionamentos que sinalizam para a potencialidade de tais ferramentas para a pesquisa.

Modernidade líquida é caracterizada por esse abismo, pois o capitalismo atualmente levou a que se alterasse a relação público-privada. O que levou esta transformação na esfera pública traz, ao mesmo tempo, um relacionamento entre a cultura no território e o Estado, enquanto não mais se condicionam. Até o momento, pretendia retomar estes elementos a partir de uma pesquisa selecionada dos autores que dissertam sobre este enquadramento geral.

Vimos que durante o apogeu da modernidade, quando qualquer elemento cultural que permitisse aos indivíduos considerar-se como: expressão de um princípio ou expressão de uma crença levava a sociedade formada a partir destes indivíduos como portadora da ideia emancipadora da revolta. Dentre os três questionamentos iniciais propostos por Bauman (2001), o primeiro era que, diante de uma sociedade socialista, de produtores, de um monólito a que deveriam estes indivíduos, na condição de trabalhadores se agarrar como seu futuro utópico, o Estado deveria encontrar o seu fim a partir de uma solução: aqui, a revolução era a ideia imanente à uma narrativa histórica comprometida com um futuro utópico.

O primeiro problema é o de que, no caso em que seriam os homens não meros autômatos, mas tributários de uma crença, a de que devemos fazer as coisas acontecerem, altera-se inclusive a noção de historicidade (BAUMAN, 2001). Primeiro, porque antes de viverem na história, as relações sociais constituem-se em resultados das transformações históricas que nos trouxeram até o mundo moderno. Então, pressupondo certa permanência de tais vetores, e até mesmo o seu aprofundamento - tais como expresso nos fatores econômicos (os ganhos de capital com as circunavegações e a exploração extrativo-mineral, a acumulação primitiva e outros aspectos da mundialização econômica), vemos que, não somente o indivíduo moderno atua dentro deles, mas está constantemente premido com atribuições e serviços para o capital. Numa modernidade entendida, assim, como um processo histórico, na medida em que o faz, atua por si mesmo, de forma a estar constantemente verificando como suas necessidades devem ser incorporadas ao conjunto, trazendo com isto, ou um alto grau de discordância (quase uma tendência muito grande ao rompimento nestas relações), mas que pode levar, ou ao envolvimento na produção, fator bastante considerável na tendência a incorporar massas urbanas ao processo capitalista de larga escala, ou a uma tendência a elevar-se o padrão de vida pelo crescimento via replicação de postos de trabalho dentro do complexo econômico moderno.

Isto está relativamente documentado na história moderna e contemporânea, quando se sabe que o socialismo nutriu durante muito tempo a ideia de que em ambos os casos, por assim dizer, tanto com a participação do movimento operário na produção em luta por seus interesses de classe, quanto numa ocasião em que a luta se tornasse politicamente influente no sentido da incorporação, tendo como exemplo, os países Europeus. A tônica deste movimento terá sido sempre a luta pela revolução, mas que, pressupondo que a participação do trabalhador na esfera pública deveria levar ao fim do capitalismo, talvez pudesse levar ao seu contrário, caso o capitalismo mudasse a sua face. Esta é a primeira pincelada geral no quadro histórico do capitalismo, que se refaz sob a base da política social-democrata (política da associação unionista).

Para outros autores, desde o início desta epopeia do desenvolvimento, a nova ideia expressa no projeto iluminista era a de que o governo dos homens deveria passar ao governo das coisas, e o próprio Marx (1994) cria que, se abria uma

avenida até isto acontecer, ou seja, o caminho da libertação da razão deveria encontrar-se ao comunismo (JAPIASSU, 2011). Como o capitalismo e seu projeto de cidades esfumaçadas tão presentes na Inglaterra iria ser superado em seu obscurantismo (reconhecidamente uma característica de seu rude instrumentalismo presente nos princípios da regulação para o controle dos operários desde o surgimento das fábricas manchesterianas), por uma sociedade autorregulada, é uma questão que não podemos responder neste trabalho, pois foge aos objetivos que servirão de mote para discorrer.

Talvez estes vínculos exteriores ou estas inalienáveis mediações com que representamos a realidade como um constructo subjetivo, mas que, em última instância, existem independentemente dos sujeitos, devam ter se tornado mais fluidas, difíceis de definir ou desorientadoras, na medida em que esta história transcorre. Deste modo, ao indicarmos o conceito de modernidade líquida como parte do ser social, o objeto deste trabalho, pretende-se existente, na medida em que a história *objectiva*, vivida e natural, para usar uma expressão para diferenciar a história da historiografia (que, enquanto historiador, utiliza para caracterizar o estudo da história da história) tenha se tornado para eles, que como tais, trazem estas marcas, dentro de um período, no qual os próprios seres viventes desta época portam uma noção de que ainda enquanto apenas concebidos dentro destas relações, como partes do ser-social, o indivíduo se torna produtor por si mesmo, individualmente (novamente, bem ao modo do liberalismo, ou da regulação do *manchesterianismo*).

Em segundo lugar, o que chamamos de sujeito, no entanto, cabe melhor aqui na descrição do indivíduo no atual estágio da modernidade, pois age com relação a fins econômicos, e ainda que, em seu comportamento tenha que ter claro como irá se ajustar às atividades-meio, precisa transitar entre a esfera pública, onde aparentemente realiza suas finalidades de consumo, e a esfera privada, em que atua consciente de suas necessidades. Contudo, deve saber também quando deverá interagir enquanto fatores sistêmicos para satisfação de seus interesses, dentro das estruturas econômicas que são as organizações produtivas. O problema é que a modernidade permitiu ou utilizou-se do fato de que numa esfera pública existia uma forma de que os trabalhadores expressassem sua identidade, o fazendo por meio da participação no mercado de trabalho. Porém, as formas de participação

e a afirmação da identidade alteraram-se muito, mesmo quando consideradas as suas ações predominantes nas organizações, as quais, cada vez mais atuam por meio da esfera privada.

Justamente aí, quando paulatinamente as empresas são levadas a globalizarem suas cadeias produtivas, algo que devemos ter presente, junto da ideia que deve ter ficado clara ao leitor sobre a formação do mercado (que vem da alienação, da concentração dos meios de produção, sob a forma de um primado da esfera pública, que volta a ter predominância sobre a esfera privada, que, desde a antiguidade, servia ao indivíduo como *locus* da satisfação dos seus interesses pelo trabalho - que devia levá-lo ao mercado, e que, nesta imposição, acabou por formar a esfera pública), o fato de que a noção de esfera pública, durante muito tempo funcionou como o princípio catalisador do sentimento de pertencimento a uma comunidade e, atualmente, com a flexibilização do mercado de trabalho e a emergência do trabalhador por encomenda, novamente, vemos o trânsito da produção pós-fordista, das grandes plantas industriais para escritórios ou mesmo as casas dos novos trabalhadores flexíveis.

O enfraquecimento dos laços sociais, o fim dos planos de carreira dentro de empresas tradicionalmente importantes, que, antes eram berços de longas trajetórias, serem fatores homogeneizadores de um futuro procrastinado, que igualam todas as causas de transformações no mundo do trabalho, exatamente, a uma nova imposição da concorrência global: o corte de custos fixos e variáveis. Perguntamos: leva ao que estamos prestes a determinar, isto é, que, os fatores históricos, embora sejam muito mais duráveis, e o que se denomina hoje de pós-modernidade deve ser visto não como o início de um processo, mas, talvez, o fim de uma era em que suas nuances se tornaram apagadas, quando as relações se imediatizam e tudo se torna passível de intervenção social, deixando um rastro de incerteza, ao mesmo tempo em que, eleva-se, por meio do mercado, o grau em que a desorientação social acaba influenciando o sistema, gerando desordens de todo tipo? A ideia inicial que nos leva a problematizar o conceito de modernidade é que o fim de sua "onda de progresso", ou a resultante de uma modernização, deveras foi substituído por uma realização muito mais individual de melhoria social. Não havendo uma ideia de destino que nos guie, como salienta Baumam (2001), falta de uma definição de uma boa sociedade, ou a lacuna sobre o que deveria ser motivo de

intervenção social para dar um rumo certo ao progresso, este ambiente dá um novo sentido para o que se chamava de projeto racionalista, pois isto, "[...] na sociedade em que vivemos, nos faz inquietos e prontos a correr" (BAUMAN, 2001, p. 154).

A segunda transformação está relacionada objetivamente com a forma de aparecimento do capitalismo no crescimento das economias e com os *media*. A liberdade era dificilmente percebida como algo a ser conquistado. A libertação tinha algo a ver com a difícil constituição da política, e as pessoas não gostariam de buscar a libertação ou muito dificilmente estavam dispostas a congratular-se por buscar algo a que deveriam ter, conquanto acarretasse dificuldades. A liberdade trouxe a insígnia do livro de Orwell (2010). Ainda que, segundo Bauman (2001) a liberdade estivesse perdida, mesmo nos debates que se arrefeceram, a busca pelo estudo da obra e de sua leitura foi se perdendo para se transformar num livro parecido com o livro de Plínio - *História Naturallis* (1982) e *As Profecias de Nostradamus* (KING, 2002). O mundo capitalista era pesado, já agora é leve; sólido, quando, então se transforma em liquefeito; era sistêmico, mas enfim, torna-se organizativamente constituído em redes. Deveras, isto trouxe uma nova forma de encaixe através da sociedade dos indivíduos. Para ser preciso, o mundo sofre de contínuas doses de modernização.

Uma modernidade cindida, a busca da separação entre saberes humanos e esferas de atuação comercial e financeira, a recepção de formas artísticas e outras formas de elaboração consideradas racionais, parecem ser ainda pouco referenciadas neste novo período histórico, ao que de fato tem constituído o seio das normas e códigos éticos, no entanto, a força da transformação indicando que prováveis ciclos de transformação podem colocar a liberdade ou simplesmente, a vida dos cidadãos, em uma nova baliza para que outra modernização aconteça no futuro, trazendo assim o segundo problema, que é a face criativamente destrutiva do capitalismo.

A questão notável é que a noção de capitalismo está estreitamente relacionada, até o momento, com a categoria de consumo. O que recentemente temos de maior destaque, a ser coberto pela explanação de Melo Júnior (2007) é a chamada crise desta sociedade capitalista e do trabalho. Segundo estudos desenvolvidos por Claus Offe (1989), sua análise realiza um vínculo entre a sociedade em crise do *welfare* e o trabalho, seu fiel escudeiro. Assim, no seio

temático da análise marxista, portanto, o que o autor procura destacar é a perda dos referenciais universais classistas, colocada pela ação dos capitais particulares, em cada país europeu, pela forma de uma expropriação dos trabalhadores no interior deste Estado, que talvez seja a maior construção histórica dos europeus no período pós Segunda Guerra Mundial. Mas, ao *welfare* se segue uma dominação pela utilização do Estado em uma sintonia fina com os mercados para promover um aumento da eficácia dos fundos públicos.

Isto a que se denomina, por meio da tese contemporânea de autores que se consideram renovadores da disciplina Movimentos Sociais, como problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, está represado numa concepção de política vinculada a um tipo de movimento social tradicional, que se iniciou após a Segunda Grande Guerra, ou ainda, mais recentemente, quando tendo surgido, a partir da década de 1970, o que está por detrás das políticas de promoção da seguridade social. Naquele momento, era que os atores envolvidos no processo atuavam como grupos de interesses econômicos quer seja por meio de atuações em associações representativas, internamente, ou em intermediações corporativas, externamente. Ao que se seguiu a este período, de outra parte, era mesmo o novo modelo de ação coletiva, quando isto parece ser o cerne da apresentação de autores que se debruçam sobre a teoria dos novos movimentos sociais, como afirma Melo Júnior (2007).

Assim, de outra parte, o importante é notar a referência de Bauman ao segundo suposto desta modernização, na esteira do fim de uma sociedade em que as feições institucionais recolocadas pela questão da pós-modernização, ou seja, pela forma de acobertamento dos problemas da realidade, se dá mais pela formação dos estamentos e novas camadas territoriais do que pela ascensão do que parece ser uma nova classe (BAUMAN, 2001).

Será a época moderna entendida não apenas como uma era em que a razão assume a dianteira na formulação das teses morais e a regulação social através deste Estado, senão, a partir dos paradigmas científico-filosóficos, pelo menos desde o Século das Luzes, aprofundando-se com a Revolução Francesa, a subjetividade ganha espaço num processo de individuação em que o Estado passa a ser o catalisador das novas aspirações. Neste sentido, certamente poderíamos descender da obra de Weber (2004), as linhas de uma necessidade de auto-

certificação da razão. Aqui, tendo sido colocada ante a sociedade ocidental, tal Estado, enquanto estrutura racional-legal, poderá dispor de um poder que tornará planos e metas sociais factíveis de serem atingidas pela organização burocrática do poder, em que sua estrutura está marcada por uma racionalidade com respeito afins (HABERMAS, 2002). “Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, e como fazer para ser o melhor governador possível?” (FOUCAULT, 2008, p. 118).

Deve ser notado que o presente texto se inscreve num terreno de textos canônicos, que ora se transformaram em letras póstumas de obras incisivas da época sobre o popular dito de que o rei é quem governa, até as dissidências mais amplas, então, sobre o clérigo. Notável que tais peças eram textos sobre a dissidência com relação a uma forma de religião, de sociedade, mas que se coloca em todo seu problema político, com Maquiavel (1996).

A análise pela relação entre o príncipe se faz pela identificação de ameaças ao principado. Portanto, retém a lógica de que o principado e o próprio relacionamento consigo mesmo deve ser mediado, evidente, mas pela noção de isomorfismo em que o seu principado exerce sobre todas as relações exteriores e interiores. Sua presença é uma presença exterior, a um principado em que terá recebido por herança, por conquista. Seu vínculo, o do príncipe-principado então, seria de relacionamento carregado de tensão: violência. Retém-se a exterioridade e a transcendência do príncipe pela noção de unificação.

Se de um lado com Maquiavel (1996), o príncipe é o sumo pontífice, terá em terceiro lugar o princípio de uma relação constituída com seus súditos. Ora, naquela época o que estava em questão era exatamente o que um *falconieri* ia fazer ao lado do rei, diria o dito Lampedusa (1996), afinal não é preciso que esteja junto de nós (deles), para que a República aconteça? Assim, a discussão entre o que é premente ao rei e um eleito da República, de fato torna a presença clerical no governo algo do passado. Isto é modernidade.

O que parece que ocorre como um terceiro problema é a mudança do discurso da ordem social dos produtores, que torna o papel de produtor envelhecido na modernidade. Há algum tempo que o principal não é apenas o mínimo necessário para que um sujeito social mantenha-se vivo, sendo capaz de fazer o papel de produtor, mas ocorre que, flutuando o véu de suas ambições entre o desejo de

possuir alguma coisa qualquer e o seu futuro de sonhos, planos e projetos, fazendo disto o seu limite superior em que exemplarmente possa ter em conta a si mesmo e não o medo de ser desprezado, rejeitado e posto na linha inferior, o sujeito desenvolva para si algum tipo de cuidado, quando por ele é traçado um limite de conformidade.

Ao contrário, o que ocorre em torno da sociedade de consumidores, deve ser o bastante apenas o que ocorre nesta esfera do consumo, quando mais não fora porque aí se desenvolve um linha entre a distância entre o hoje e o amanhã. A palavra-chave que se encerra com a questão do seu liame entre o desejo satisfeito e a necessidade de se tornar satisfeito, não será, então o velho teste da conformidade ao padrão de adequação hedonista, o qual o próprio Schumpeter discorreu sobre isto na figura do empresário. O que a sociedade dos consumidores coloca como padrão não é o discurso da saúde como padrão que os seus membros devem atingir, pois, segundo o autor, em modernidade líquida, são os consumidores que devem agir para que no seu rol de liberdades, as privações sejam especialmente satisfeitas. Não existe, já agora a ideia de fazer uma solução quanto ao pacote de necessidades, mas, estas já se traduzem num tipo de ideal de aptidão, em que as necessidades provêm da força sempre renovada de ter novos desejos satisfeitos.

3.2 O MUNDO PÓS-HISTÓRICO E A ATUAL FASE DA MODERNIDADE

Ao tratar do termo contemporâneo, no qual a sociedade esteve ancorada com a formação de novos espaços intraurbanos, Bauman (2001) dá à modernidade líquida o conceito de “medo-ambiente”.

Para realizar este intento, o autor disserta sobre quatro conceitos de espaços. O espaço dos “não-lugares”. Estes, muito comuns na época dos muros da modernidade sólida, mas também, carregados de significado, como: museus, exposições de prédios públicos e grandes concentrações de prédios, cujo exemplo seria a praça de *la défense*. Atualmente, existiriam ainda os espaços êmicos, lugares propriamente restaurados pela última moda. Os locais deste tipo de edificação são fechados, voltados para dentro, quase pouco funcionais e relembram mais os prédios da terceira *Manhattan*, ou ainda, o *Dark River Side*, na Califórnia.

Os sucedâneos dos lugares êmicos, ou seja, os lugares do medo ambiente, são já há algum tempo, os condomínios fechados. Existem ainda os lugares de consumo, como *shoppings centers*, que remetem o exemplar da espécie a suas próprias volições, e enfim, os lugares públicos, onde as pessoas utilizam máscaras para assim, sem compromissos, discutirem sobre assuntos públicos. O impressionante *thriller* histórico que se forma, evidentemente, com este segundo volume escrito por Bauman (2000), sendo o primeiro, cuja obra chama-se *Em busca da política*, terá sido um divisor de águas para a definição de comunidade propagada pelo fim dos lugares vazios de conteúdo.

Dois conceitos se tornam importantes para a definição de comunidade. A urbanidade que se fez no pós-guerra com a formação de cidades-globais e a divisão que se avizinha entre regiões do mesmo Estado-nação em cidades encasteladas sobre si mesmas, e a civilidade, regras de conduta a que se deve aceitar para fazer parte da comuna. Isto que se ocorreu no imediato período do pós-guerra, de modernização e urbanização acelerada em capitalismo tardio, acabou levando ao fim dos espaços públicos e a formação de esferas de participação civis esvaziadas quase a perda dos referenciais universais (BAUMAN, 2001). Relembrando a velha querela dos estudiosos dos lugares comuns, como Norbert Elias (1998), Richard Sennet (1999) e Gyorgy Lukács (1992), é impossível isolar-se em sociedade, afinal, a cidade:

Mas também significa uma cidade que se apresenta a seus residentes como um bem comum que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais e como uma tarefa compartilhada que não pode ser exaurida por um grande número de iniciativas individuais, como uma forma de vida com um vocabulário e lógica próprios e com sua própria agenda, que é (e está fadada a continuar sendo) maior e mais rica que a mais completa lista de cuidados e desejos individuais – de tal forma que vestir uma máscara pública é um ato de engajamento e participação, e não um ato de descompromisso e de retirada do ‘verdadeiro’ ego, deixando de lado o intercurso e o envolvimento público, manifestando o desejo de ser deixado e continuar só (BAUMAN, 2001, p. 112).

Com efeito, a formação da alteridade, instilou durante este período duas estratégias a permanecer os mesmos vetores da modernidade, mas que agouravam: a estratégia antropofágica e a antropolêmica. A primeira citação reverbera o mesmo nexos para o termo contemporâneo das cidades globais. Comércio, *connubium* e comensalidade. No entanto, a segunda estratégia que parece ter predominado uma

necessidade de rememorar, então, quando o que ocorre é até o inverso dos sociólogos das cartas comunais da época da modernidade sólida, ou seja, acaba-se por se tornar possível somente isolar-se em sociedade. A principal referência que Bauman traz é o *Heritage Park*, de George Hazeldon (BAUMAN, 2001). No entanto, a modernidade pode ser lida como a história do tempo. A emancipação do tempo em relação ao espaço, urge dizer, foi colocada com a subordinação da inventividade e à capacidade das técnicas humanas, e assim, a colocação do tempo contra o espaço está sendo com o tempo acelerado da modernidade elevado ao tempo da conquista, assegurada pela modernidade líquida aos detentores do poder extraterritorial. Para Bauman (2001), o sentido do profundo progresso é a autoconfiança do presente. O sentido mais profundo, e, portanto, único, é o de que o tempo está do nosso lado, e de que se pode fazer acontecer. O trabalho era a atividade humana orientando a práxis, e estava envolvido e toda a humanidade se tornava prestes a servir os correligionários do poder. Agora, os que detêm o poder do espaço, esforçam-se por separar-se dos que estão de fora, enquanto o progresso se tornou mais individualizado, pois a garantia do progresso foi privatizada, tornou-se particular. Esta é a noção de que a agenda nacional está em compasso de espera, as pontes da vida privada para a vida pública estão canceladas e assim começa a nova rodada do discurso da procrastinação.

4 CONCLUSÃO

A pergunta central que orienta a presente pesquisa é: como pensar a ideia de cultura da inovação para o conjunto das pessoas excluídas do processo de desenvolvimento do capitalismo? Isto pressupõe que certa noção, a de “cultura da inovação”, vem organizando a relação público-privado e, particularmente, a intervenção do setor público com o objetivo da promoção da melhora coletiva. Pressupõe também que o que é conhecido como processo de desenvolvimento do capitalismo é excludente por sua própria natureza, de onde decorre que ações públicas promotoras da referida melhora podem ser também agentes do processo de exclusão acima mencionado.

Certamente, uma reflexão desta natureza envolveria um número muito grande de pesquisadores ao longo de um tempo também não desprezível. Nesta Dissertação, no entanto, acredita-se que um passo neste sentido será dado, caso seja trilhado o caminho a seguir: primeiro, procurar-se-á responder à seguinte pergunta: qual a noção de cultura da inovação implícita no conceito de inovação, proposto por Schumpeter (1982)? Propôs-se aprofundar nas contribuições daquele autor com o objetivo de saber se é possível, ou melhor, em que medida a noção de cultura da inovação é aderente ao conceito de modernidade líquida, proposto por Bauman (2001). Existe alguma permanência entre a modernidade no seu estado líquido e a inovação inscrita como cultura? A ideia de cultura da inovação se tornou um dos mais importantes signos da modernidade no seu atual estágio. E as políticas para a sua promoção, um dos principais motores da ação pública voltadas para o desenvolvimento.

No entanto, ao longo dos últimos cinquenta anos, os indicadores de exclusão e desigualdade vêm crescendo, ao mesmo tempo em que um tipo de intervenção estatal, promotora do desenvolvimento.

Nos cinquenta anos que se passaram havia uma coincidência entre a ideia de Estado e de território. Tal coincidência se desfez: a ideia de território se descolou da noção de Estado. A partir deste descolamento fica em evidência o problema da diversidade cultural nos territórios. Esta Dissertação, posto isto, quer saber acerca da aderência da noção de cultura da inovação às expressões culturais diversas que se expressam nos territórios.

Este fato coloca uma pergunta de importância para a reflexão sociológica sobre a política social: sabendo que as políticas não permitam algo mais do que a cópia, a chamada bricolagem dos elementos que devem ser dados pelo Estado como ofertante de uma relação entre os atores sociais, adensando a relação capital-trabalho, o fato é que agora o que se pode verificar, ao debater os pontos específicos, desde as políticas de ciência e tecnologia no atual espectro das políticas direcionadas - ao que se poderia indagar, sobre o caso do Estado do Espírito Santo, como no Plano Brasil Maior, principalmente, analisando-se a temática para o desenvolvimento social, para verificar o objeto de estudo que seriam as políticas de ciência e tecnologia voltadas para a promoção da inovação.

Como pensar a ideia de cultura da inovação para o conjunto das pessoas que estão excluídas? O que está por detrás de uma importante questão que esteve implícita na formação do capitalismo por todo o seu "caminho", numa história iniciada pela Revolução Gloriosa, em 1689, pode ser pesquisado pelos aspectos formativos, de suas sociedades modernizadas sob o vórtice desta industrialização, mas que, no seu revolver de toda a sociedade, teve o concurso da maquinaria, enfim, da técnica. Por assim dizer, a noção de ser apresentado este trabalho, tendo como objetivo o fato de que investigar-se-á a noção de "cultura da inovação", se traduzia numa reflexão que estávamos por oferecer, e, junto dela, uma reflexão deste autor que aqui se propõe seguir nas suas linhas teóricas, que é o Schumpeter (1982), sobre o desenvolvimento do capitalismo e não apenas sua lógica.

Em seguida, estamos ante ao tema que proponho investigar nesta Dissertação, que é a relação entre a inovação e a modernidade para tentar compreender o conteúdo da noção de "cultura da inovação". Em outras palavras, a tentativa se resume a compreender o conteúdo de uma ideia, a de "cultura da inovação", indagando acerca da importância da inovação no contexto da modernidade. Por fim, como compreender a relação público-privado tendo em conta a noção de "modernidade líquida" de Bauman (2001), partindo do fato de que a ideia de "cultura da inovação" se tornou um dos mais importantes signos da modernidade no seu atual estágio.

A grande indústria, citada por Bauman (2001) dá novas feições ao mundo moderno, permite a procrastinação das mudanças, mas também permitem erigir um mundo em que o controle, a perda dos laços comunitários, dentro da infinita teia de

relações mercantis moduladas pelo regime de trocas sociais, têm como finalidade, além do aumento da poupança, a construção de uma vida social regulada pelas trocas. Assim, precisamos tematizar a tese determinada pelo ambiente econômico, principalmente, verificando a natureza das relações sociais que o constituem. Esta modernidade líquida que deve acabar sendo o início do processo que levará ao aumento da renda *per capita*, sob a ótica de um controle auto-imposto e não o antigo modelo de subordinação pelo panoptismo poderá gerar, enfim, a inovação, pois dentro da questão inicial, convinha saber qual a relação entre esta cultura racionalista ou tecnocrática, que impõe as finas malhas do poder, que deveriam, ademais, fazer da indústria a nova célula social, criando e recriando a individualidade, o gesto dos movimentos de uma produção social que deveras se reintegra sob o signo da esperada salvação pela técnica moderna.

Em primeiro lugar, o fenômeno do empreedimentismo, da busca pelo lucro pelo atendimento de uma demanda social, ou talvez, pelo requisito de estar disponível para o mercado em quaisquer condições, constituem-se num fato novo. A compra e a venda, ou numa palavra, a permuta, é uma relação social capitalista. Se de um lado temos autores da Economia que propõem um vínculo entre economia e progresso dentro da modernidade, na Sociologia, autores como Bauman (2001) referem-se a esta nova fase do capitalismo em que o crescimento das referências à ideia de consumo, capital social e esfera privada e esfera pública, na qual a noção de “novo”, e, portanto, de inovação, tem servido como motor-contínuo e/ou instrumento de reforço nas estratégias de desenvolvimento, vemos que, o capital, traduz o esforço político que, atualmente, se coloca lado a lado à noção de desenvolvimento econômico.³²

A referência ao emprego do termo dádivas da natureza, com grande erudição está em uma obra de Veiga (2010). Ademais, algo relevante tratado pelo que autores da historiografia imbuída destes valores legaram foi que a vida colonial nos

³² Schumpeter (1982), ao tratar das firmas líderes, trata de fato dos empresários que acabam por dar conteúdo à ideia de desenvolvimento. Enquanto Bauman (2001) se destaca na sua obra *A Modernidade Líquida*. Os tais desdobramentos da modernidade, pode-se dizer, que, de um lado, o mundo do trabalho e o Estado, bem como as instituições sociais passam por transformações que subvertem e influenciam o seio da vida privada; e, a solidez das instituições sociais mais expressivas do capitalismo moderno, como o Estado do bem-estar, a família burguesa, as relações de trabalho (sobretudo esta relação, se pensarmos na forma dos contratos de trabalho patrão-trabalhador), vêm sofrendo com o fenômeno da liquefação (BAUMAN, 2001).

quadros mentais seria sempre subordinada a um devir histórico que era a cultura. Mas, se estivéssemos a expor os dados em que este quadro se evolve dentro das tendências do século XIX, pode-se dizer que: a tentativa de entender o quadro cultural como vínculo assaz louvado e festejado de uma inevitável herança medieval a ser confirmada na prática da colonização portuguesa.

A cultura e a inovação são relacionáveis, pelo menos quando estivermos pensando na forma não econômica, mas que, como demonstram autores como Heller (1998), estiveram prestes a se tornar, na modernidade, imbricadas (economia e cultura no território). Se a discussão historiográfica responde isto, pouco se sabe, afinal, qual a relação entre cultura da inovação e modernidade? Desde o início da modernidade, o que terá permitido a afirmação da identidade, permite igualmente que se diga que estamos assistindo o fim inexorável da esfera pública e a emergência de indivíduos mercantilizados? Para Domingues (200, p. 56):

De um lado, levado em conta os recursos de 'capital', cultural, econômico, social (ou seja, a rede de relações de que dispõe o sujeito); de outro, atentando para o 'reencaixe' que se realiza por esses processos de distinção, por meio dos quais os indivíduos e as subjetividades coletivas se inserem no espaço social - nos diversos tipos de estratificação social que conhecemos.

Desde quando houve a separação das atividades laborativas, ou desde que, ao conjunto da vida privada se distingue (em relação ao quadro geral forjado na esfera pública e eminentemente pelo trabalho) da vida associativa, se pôde desmembrar a mercadoria em relação à ordem dos fatores culturais. Se neste momento histórico, o domínio público passou a ser expressão de uma produção social cujos contornos principais, ou seja, a apropriação e as decisões do quanto produzir e trabalhar permitiu que "o esforço mental e físico", condensasse unicamente no produto do trabalho privado, dá nova forma ao produto do trabalho: "este", ao sair de um lado a outro destas esferas - a coisa manipulada, movida e assim reunida, pôde dar ao trabalho o estatuto importantíssimo de fundador do domínio público (ARENDR, 2012; FOUCAULT, 2008). Esta tese seria ainda notada com algum grau de discussão na teoria contemporânea (BAUMAN, 2001; HARVEY, 1992; HELLER, 1998; SCHUMPETER, 1982).

Quais as consequências disso? Sob esta ótica contemporânea, o conceito de inovação e a diversidade cultural se inserem no território. Qual a estratégia que as

próprias pessoas buscam realizar por si mesmas? É real a noção de que, ao jogarem um papel de empreendedoras participativas no ambiente de trabalho, reformulando o paradigma industrial, isto é o que tem, nitidamente, uma importância muito grande? Porém, o que pensar dos empreendimentos, que fazem da inovação o paradigma central, pois a inovação é o que nomeia todas estas estratégias, então, necessariamente, ter-se-á, como resultado da produção orientada para o mercado, por exemplo, uma mesma sociabilidade? Este projeto trata do tema onde o problema que resta entender é dado pela forma de aparecimento da inovação, com o objetivo de entender até que ponto alguns autores são importantes. Neste sentido, não apenas de permitir a modulação da troca econômica pelo sistema, mas determinar o caminho destas atividades no âmbito do sistema nacional de inovação.

A partir de meados do século XX, por meio de planos, alguns agentes públicos e privados intentaram conscientemente de certa forma, fazer com que na história recente, na verdade, um pouco durante o século XX, mas já antes dele, durante o fim do século XIX, e, numa tentativa que prossegue ainda nos dias de hoje, que o desenvolvimento fosse expressão consciente. Atualmente, qual o sentido do desenvolvimento, num período de maturação de investimentos, que para ser realizado, leva a um efeito contraditório, o período caracterizado pela destruição criadora, pode nos fazer acreditar que, se o ciclo propriamente terá como decorrência a destruição de ativos, ele levará a uma revalorização de outros?

No primeiro capítulo, a cultura da inovação, então, ocupa um lugar teórico importante no sentido em que Schumpeter (1982) deu à noção de dinâmica econômica, em que, ao buscar responder a questões que vêm demonstrando em nossa época, ser a inovação importante, tais como demonstradas pela “cultura da inovação” que, primeiro, existe a partir de uma relação entre a inovação e as políticas de ciência e tecnologia adotadas pelo governo.

Em segundo lugar, ao que poderíamos realizar um levantamento destas políticas no contexto periférico, para responder se esta relação entre inovação e modernidade, alterada pelo esforço do poder público, mas que, segundo a visão de Bauman (2001) está em uma posição menos estratégica, dado a forma como uma modernização que recolocou em cena os capitais voláteis no início do século XXI, ou mesmo, a partir do momento em que este Estado foi remodelado, “enxugado”, era entender o estatuto de termos um lugar das pessoas, se mormente a cultura vincula

uma consideração cerrada que faz do local da cultura (espaço concreto) e o grupo social (língua, etnia, crença) ao Estado. Então, de onde vem, qual o lugar, em qual território e em quais condições esta cultura da inovação se manifesta? De um lado, o liberalismo responde pela formação territorial do Brasil, pela noção soberana de Estado Imperial como construção histórica. O que se viu no Capítulo 2 foi o que o economista já há muito precisava haver com aquilo que nosso autor denominara de lei dos retornos crescentes com duração na produção. Aquilo que leva, a uma linha tênue e outras vezes a uma muralha: a conveniência ou o dilema se adotamos uma produção que não cria nada no sentido físico, ou se incorre em uma prática inovativa. Vimos que o mundo carregou recursos em grande monta para a segunda opção, trazendo novamente à cena um tipo de capitalismo totalmente diferente daquele de Schumpeter (1982), aprofundando uma relação por si só problemática.

5 REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAUDEL, F. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRITTO, J. N. P. Technological complexity and industrial networks: the institutional diversity of hybrid forms of governance. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP), 3., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. São Paulo: Vozes, 2003.

CHALIAND, G. **Mitos revolucionários do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DAHMAN, C; SALMI, J; RODRIGUES, A. Conhecimento e inovação para a competitividade. **The International Bank For Reconstruction And Development.**, 2008. Referência completa.

DOMINGUES, J. M. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. 2 v.

FAYEREBAND, P. K. **Adieu la raison**. Paris: Seuil, 1989.

FEHREJOHN, J. Judicializing politics, politicizing law. **Law e contemporary problems**, v 65, n.3, p.41-68, 2002.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n.17, p. 19-48, jun.1989.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALL, P. A.; TAYLOR, P. A. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua nova**: revista de cultura e política, São Paulo, v. 58, p. 193-223, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, A. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HUYSSSEN, A. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, H. B.(Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção A).

JAPIASSU, H. **Ciências**: questões impertinentes. Rio de Janeiro: Ideias e letras, 2011.

JONES, C. **Introdução à teoria do crescimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KING, F. X. **O Livro de Ouro das Profecias de Nostradamus**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

KUHLMANN, S. Lógicas e evolução de políticas públicas de pesquisa e inovação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008, p. 45-74.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Coleção debates; 115).

LAMPEDUSA, G. di. O leopardo. In: ACHIAMÉ, F. **O Espírito Santo na Era Vargas: (1930-1937)**. Elites políticas e reformismo autoritário. São Paulo: FGV, 1996.

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores; 18).

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2009.

LUKÁCS, G. **Georg Lukács: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte**. 12. ed. São Paulo: Hemus, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume II**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO JUNIOR, J. A. C. de C. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento plural**, v.1, p, 65-87, 2007.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NIETZSCHE, F. W. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Coleção das obras de Nietzsche).

NUNES, L. de P. **O Brasil e a visão de futuro: a miopia de uma nação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Rio de Janeiro: OCDE, 1992.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PAGOTO, C.; RAMOS, E.; SOUZA, A. de O. O prestígio do novo na modernidade literária. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 3., 2007, Maringá. **Anais...** Maringá: CELL, 2009.

PELAÉZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. Inovação e teorias da firma. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

PLÍNIO, O VELHO (Gaius Plinius Secundus). **Natural history**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991. 10 v.

RABAN, J. **Soft city**. London: Collins Harvill, 1974.

REIS, M. C. **Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados**. 2006. 172 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

_____. A problemática territorial e o fomento da cultura da inovação. In: CONGRESSO URUGUAIS DE SOCIOLOGÍA. MONTEVIDEO, 2., 2013, Montevideo. **Anais...** Montevideo: Universidad de La República, 10 a 12 de julho de 2013.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa universitária e inovação no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008, p. 19-43.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVCENKO, N. **A corrida do século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Coleção virando séculos, 7).

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Nova biblioteca de ciências sociais).

SPENGLER, O. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. 4. ed. condensada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SHIMA, T. Economia de redes e inovação tecnológica. In: PELÁEZ, V.; SCREZAMNY, T. (Org.). **Economia da inovação tecnológica no Brasil**.

VAZ, E. da C. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1982. (Coleção Os pensadores).

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: desafio para o século XXI. São Paulo: Garamond, 2010.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.